

ABRIL

revista de reflexão socialista

Nº 491

Nº 2648

Reg

ABRIL 78

25\$00

3

- A transição socialista e a questão do poder — debate sobre as teses de Martins Pereira com a participação de Fernando Belo
- Socialismo ou clientelismo?
- Dossier sobre a social-democracia
- Diálogo com Jorge de Sena
- Abelaira: magia, literatura e revolução
- O outro lado da política (Serras Pereira, João Lopes)

O ABRIL DE ABRIL

EDUARDO PRADO COELHO

A dramática experiência chilena, o desenlace do processo revolucionário português, os resultados da União de Esquerda em França, a falência da mística maoísta, a deterioração do sistema ideológico soviético, a estagnação da luta revolucionária na América Latina ou a evolução do Camboja, eis um conjunto de dados que não permitem a quem quer que seja na Esquerda — a não ser aos imbecis — a mínima euforia.

É certo que as massas continuam a revoltar-se. Que há greves. Que a ideia de revolução permanece, não direi intacta, mas viva, no coração dos homens. É certo que a urgência da mudança inadiável se conjuga com o espectáculo de uma crise que parece sem fim. Mas nada disto chega para que se reabilitem sem mais os velhos estereótipos de um pensamento de Esquerda profundamente abalado em métodos, móveis, desígnios, crenças e fascínios. Ignorá-lo hoje é servir piedosamente a Direita — uma Direita que apenas fica a ganhar se a Esquerda persistir em ser o que hoje é.

Poderá suceder que isto incomode. Aliás, não serei o primeiro a dizer que pensar incomoda como andar à chuva. E virá incomodar os aparelhos partidários que cimentam as suas peças no apagamento obstinado destas dúvidas. E virá incomodar os que, desarmados face às novas situações (incluindo aqueles que pretendem iludir pelo uso imoderado das armas de fogo o desarmamento mental), julgam preferível refugiar-se no calor dos sentimentos e das evidências: o trabalhador explorado, a fome.

O Abril de Abril passa por isto. Nesta fórmula se repete um desejo (todo o desejo insiste): aquele que uma madrugada de Abril, um punhado anónimo de capitães, um estádio cheio num só grito, nos souberam dar com uma força tal que ele hoje apenas se surpreende nos momentos de nostalgia — quando perante as imagens sentimos nelas a dimensão do que perdemos.

Mas toda a repetição abre um intervalo, mar-

ca uma diferença. Em o “Abril de Abril” há uma distância que o “de” preenche, há uma diferença que se atravessa entre um Abril primeiro e um outro Abril. Essa diferença, toda a esquerda que a desconhecer morre. Morrerá, mesmo quando, ainda sonâmbula, se julgar viva.

Essa diferença trabalha (nas suas margens, nas suas desfocagens, nas suas vacilações) o projecto da revista ABRIL. Alguns sabem lê-la mesmo onde ainda não está (e sugiro que o leitor apressado salte já para os textos de Abelaira, de Serras Pereira ou João Lopes). Outros não a avistam onde ela começa a emergir. Contudo, cruzam-se. Mesmo nas distâncias. Mesmo nos desentendimentos. Porque é uma diferença que se não diz, mas que se insinua, vai brocando, espaçando — criará um dia uma inesperada clareira, um oásis, uma terra limpa, uma escrita solar. Os textos ditos de literatura é disso que falam. Não-contemporâneos de nós mesmos, são difíceis aí precisamente: no corte que os separa das nossas evidências.

ABRIL abre neste número um debate que julga fundamental: o das teses de Martins Pereira sobre a transição socialista e o caso português. À sua maneira, e na sua radicalidade, o texto de Martins Pereira diz, no outro lado da razão, o que nos dissera Domenach: a dificuldade de pensar hoje a revolução socialista. Outro francês, cujo nome domina a aventura marxista dos últimos quarenta anos, pôde agora encontrar para título de um livro esta verdade simples: a revolução já não é o que era dantes. Acorrendo à outra ponta da meada teórica de Martins Pereira, Fernando Belo, na sequência de um admirável depoimento que nos havia anteriormente dado sobre a ideia de Esquerda, instala-se como pode e sabe no percurso da diferença que faz o Abril de Abril.

Incomodativo? Talvez. Ler ABRIL como andar à chuva.

Águas mil, assim o esperamos. ■

ABRIL

Sumário

- 2 — **Magia, Literatura e Revolução**
Augusto Abelaira
- 5 — **A Transição Socialista e a Questão do Poder**
João Martins Pereira
- 12 — **Nova Pequena Burguesia e Revolução**
Fernando Belo
- 20 — **Qual é neste momento a estratégia sindical correcta?**
Fernanda Lopes Cardoso
- 21 — **Encruzilhada Sindical**
Amarino Sabino
- 24 — **Nem capital, nem ditaduras, nem monopólios, nem torturas**
Robert Rowland
- 30 — **Os Equívocos da Social Democracia**
Jean Ziegler
- 33 — **A Social Democracia perante as classes médias e o agravamento da crise económica.**
Tygve Bull
- 36 — **Entrevista com Jorge de Sena**
João Lopes e José Camacho Costa
- 39 — **Festival da Besteira**
Jorge de Sena
Desenho de Carlos Barradas
- 43 — **Inserts**
(Não) Sair do "Bunker"
António Gonçalves
- 45 — **Preocupações Femininas:
uma cidade feita em casa**
Miguel Serras Pereira
- 48 — **Imargens**
João Lopes

Director—Eduardo Prado Coelho

Propriedade—Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária

Editor—Encontro—Distribuidora Editorial, SCARL.

Sede — Apartado 2860 — Lisboa-2

Composição e montagem—OHGMIUS - Artes Gráficas—R. Santo António dos Capuchos, 15—Lisboa

Impressão e acabamento—ALTAGRÁFICA—R. José Maria da Costa, 14—Mafra

Distribuição—Dijornal—Distribuidora de livros e periódicos, Lda.

Tiragem—10000 exemplares

Condições de assinatura

anual—Portugal: 300\$00; Estrangeiro: 500\$00

Publicação mensal

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

MAGIA, LITERATURA

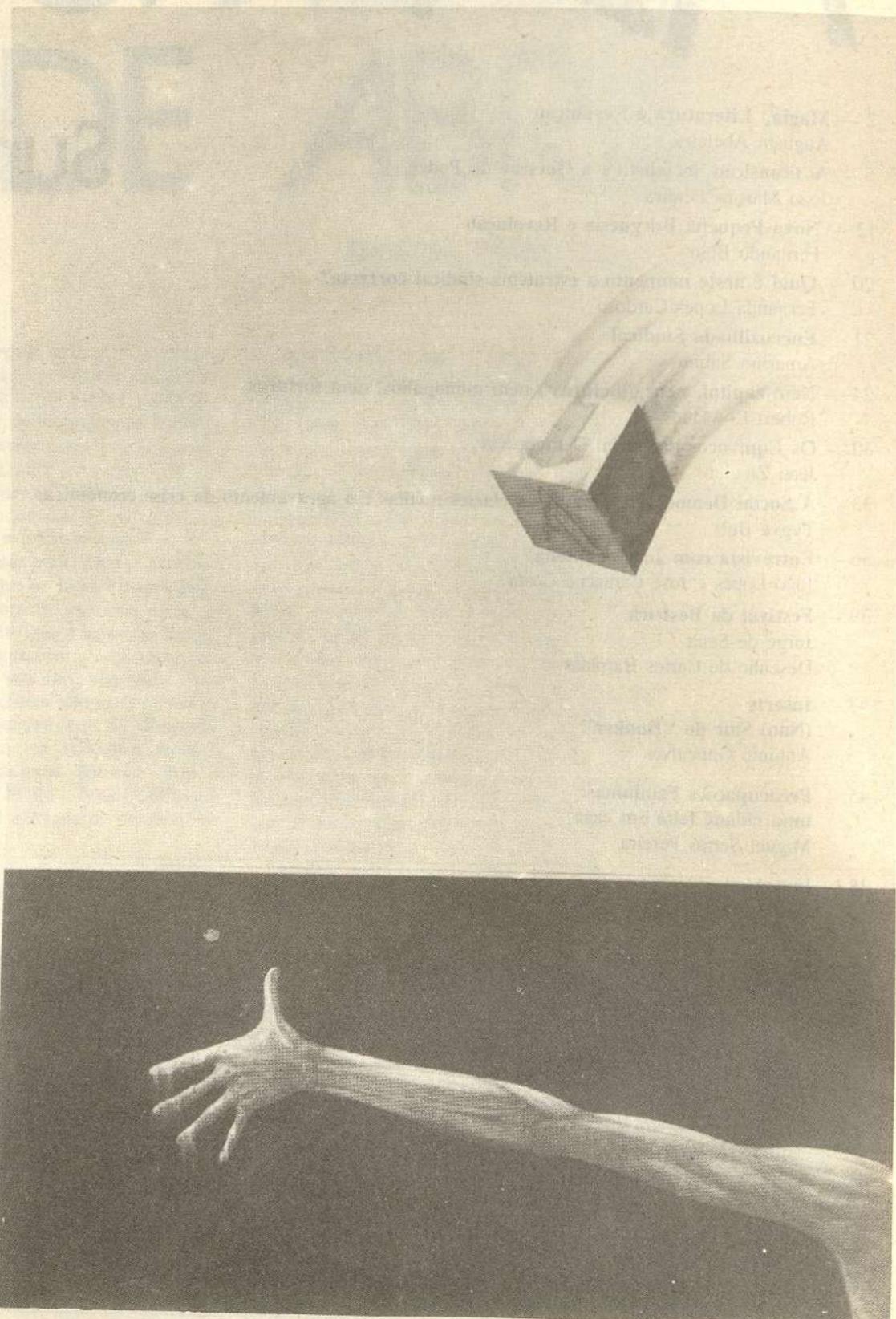


Foto de Fernando Calhau

E REVOLUÇÃO

AUGUSTO ABELAIRA

1

Lá bem no fundo, e mesmo quando, prudentemente, dizem que não, os escritores acreditam no poder da literatura: que a Revolução Francesa foram os enciclopedistas que a fizeram, que certas leis de protecção às crianças se devem aos romances de Dickens e que os livros de Marx... E então escrevem livros com o pensamento de que os leitores, fortemente influenciados, farão isto e aquilo. Acreditam, afinal, na sua grande missão histórica e esperam (esperaram em Portugal durante cinquenta anos) que um dia um capitão ou vinte capitães os leiam. Que os leiam para fazer uma revolução, que os leiam para evitar os fáceis erros.

Brinca não brinca, o romance que hoje se reedita, ao sublinhar que a revolução republicana havia sido perdida, não pretenderia prevenir os leitores (os capitães) de que a futura revolução também poderia ser perdida? Não pretenderia ser lido pelos futuros revolucionários para avisá-los de certos perigos?

2

Tal ilusão é certamente ridícula. Ainda que possam ler romances, não é porque os leram que os capitães desencadeiam golpes militares. Mas, enfim, ter ilusões não é condenável e sem elas não haveria homens de acção. Os próprios Otelos que fizeram o 25 de Abril foram impelidos por certas ilusões — e ainda bem.

3

Explicando-me: quando me dispus a ler *As Boas Intenções*, já calculava que iria encontrar uma grande dose de involuntária ingenuidade; mas supunha que para além dessa ingenuidade um pouco óbvia, e sem a qual tudo é impossível, encontraria também um livro lúcido — um livro incapaz, claro estava, de levar os homens à prática da revolução, mas capaz de os tornar mais conscientes, o que já não era mau. Digamos: um livro que, fingindo embora debruçar-se sobre o fracasso da revolução republicana de 1910, descreveria, adivinhadoramente, o fracasso da então futura revolução de Abril. Um aviso, em suma.

Mas, concluída a última página, descubro um romance que mais se assemelha a um exorcismo do que a um esforço de entendimento, um livro que é uma tentativa de interferir na História recorrendo a palavras mágicas. Afinal, mas de-

certo inconscientemente, eu, que me supunha um escritor racional e lúcido, acreditava que bastaria descrever o Futuro de uma certa maneira para que as coisas acontecessem dessa maneira. Como se a História, como se o Futuro, protestassem contra a minha pretensão de os conhecer e decidissem desmentir-me.

E assim, em pleno século XX, e educado por uma tradição que mergulhava as suas raízes no mais puro racionalismo (meu mestre português fora António Sérgio temperado pelo marxismo), eu confundia literatura com magia e o meu explícito pessimismo racional era um alibi para um emocional optimismo (talvez porque o pessimismo deva considerar-se como uma forma diferente de optimismo, a crença no apocalipse um disfarçado acto de fé no conseqüente mundo renovado).

Por outras palavras, ao escrever *As Boas Intenções*, não era aos futuros revolucionários que me dirigia, antes colocava à minha frente como interlocutor a própria História para a desafiar: "Desmente-me, se és capaz!" Esperando, naturalmente, que ela caísse na ratoeira que tão subtilmente lhe armara.

4

Se pensas que o Pai Natal vai dar-te um comboio de corda ele não to dará, se pensas que a História vai dar-te uma Revolução triunfante nas suas conseqüências, ela não ta dará.. Finge portanto que não acreditas, espera sem esperar, e assim esconjurarás a obscura maldição que sobre ela pesa.

Bom. Recordando: concluído em 1968, o meu romance reflectia uma situação de desalento — pelo menos para quem não tivesse uma fé muito sólida na "marcha implacável da História", uma História progressista, entenda-se. Para trás, e ainda muito perto, estavam as ilusões frustradas que o movimento popular de Humberto Delgado suscitara e o sobressalto infeliz do golpe de Beja. Morta a crença na possibilidade de destruição do regime graças a um grande movimento popular, morta também a crença numa revolta vitoriosa das forças armadas, que nos restava senão uma presumível e duradoira noite?

Tal era (ou parecia ser) a insuperável contradição: impossível que o regime não viesse a cair mais ano menos ano (nada é eterno), mas impossível também derrubá-lo.

A não ser que houvesse milagres, qualquer coisa que desmentisse o que parecia impor-se ao nosso espírito, à aparente lógica da História

NA NOVA EDIÇÃO DE "AS BOAS INTENÇÕES" AUGUSTO ABELAIRA RESOLVEU PRÉFACIÁ-LA, MEDITANDO SOBRE AS FORMAS COMO A HISTÓRIA INTERFERE NA LITERATURA E COMO, EXORCISTICAMENTE, A LITERATURA NÃO INTERFERE NA HISTÓRIA. É, POR ISSO, UM TEXTO DE BALANÇO SOBRE UMA ESCRITA, UM LIVRO, AS SUAS FUNÇÕES. DAÍ A SUA IMPORTÂNCIA.

(Portugal seria uma excepção na História universal, aqui e agora, a história seria outra).

Só um milagre, portanto.

5

É neste contexto, propício à aceitação do irracional (talvez porque o racional estava a ser mal entendido), que o meu romance (como muitos outros) deverá ser sociologicamente encarado. O autor deixou de ter esperanças, convenceu-se de que a História (pelo menos em Portugal) era pérfida, amaldiçoada, e que nada nos poderia livrar do Salazar — que, aliás, cúmulo do desespero, seria imortal. Imortal.

E nessas circunstâncias, se Portugal escapava a toda a lógica, se era uma ilha no desenvolvimento das civilizações, que lhe restava a ele, o autor? E é aqui que entra a superstição inconsciente e que vai fazer de *As Boas Intenções* uma espécie de exorcismo.

Ao descrever (servindo-se do exemplo da derrotada revolução republicana) um futuro desastroso que ele “pensa” estar já inscrito na ordem dos factos, ele procura obrigar o Futuro a desmenti-lo, como se o Futuro lhe respondesse por palavras e obras: “Ah, tens a ousadia de pretender conhecer-me? Pois bem, enganaste.. Haverá uma Revolução e ao contrário do que sucedeu com o regime republicano as consequências desta nova revolução serão vitoriosas...” Superstição, portanto. De qualquer modo, a ilusão de que, mediante um romance, que funcionaria como uma reza mágica, seria possível esconjurar os demónios que envenenavam a História de Portugal, Pátria de revoluções perdidas.

Quanto aos leitores que poderiam eles ter visto n’*As Boas Intenções*? A mesma coisa, decerto (e inconscientemente) — enganados por outro lado por uma certa aparência de esperança que nesse romance encontravam — e que, e contra todo o tom do livro, excrescentemente, o autor lá pusera. Porque, apesar de tudo, uma certa dose de ilusões se encontram n’*As Boas Intenções*. Mas isso também era superstição, também era uma tentativa de enganar a História, caso ela não se deixasse iludir pelo método da visão catastrófica. Em resumo, uma tentativa de jogar em todos os tabuleiros: o posfácio que aparece na segunda edição não tem outro significado. Aí se sugere que desenvolvimento progressivo é inevitável, que amanhã cantarão os passarinhos.

6

Não é sem um certo desgosto que tiro esta provisória conclusão: a literatura (pelo menos a literatura romanesca ou alguma literatura romanesca) será o equivalente moderno da velha magia, da crença nos poderes ocultos de determinadas palavras quando ditas segundo um certo ritual. A literatura: equivalente moderno da velha magia muito mais do que um esforço de clarificação, de lucidez. E isto, sobretudo, nas épocas sombrias em que a razão perde (ou julgamos que perde) a sua força, ou talvez melhor, em que a razão parece incapaz de compreender o que se passa. Melhor ainda: em que a História

parece nada ter que ver com a razão ao contrário do que acontece no mundo físico (mundo físico, esse, susceptível de ser racionalizado e, portanto, domesticado).

Aliás, se observarmos o que se passou no primeiro ano e meio posterior ao 25 de Abril, na época romântica em que (aos homens progressistas) parecia estarem abertas as portas de um mundo novo de acordo com a razão (uma razão benevolmente considerada, coincidente com as visões de esquerda), verificamos que ninguém — da esquerda — se interessou pela literatura porque a literatura já não era precisa. Na euforia, e com o Futuro no bolso, os homens já não se refugiavam nos exorcismos, precisavam, sim, de esclarecimentos profundamente lógicos (ou que pareciam sê-lo). Quando desejavam ler, iam à procura de obras “científicas” de carácter sociológico (possivelmente tão mágicas como a literatura, mas isso é outra questão).

Agora que o nosso país caiu na mediocridade sem esperança, a literatura terá talvez de novo o seu papel. A magia, ainda que disfarçada, digo. Uma magia que dê aos homens a sensação de que vivem apenas um parêntesis, uma magia que lhes aqueça o coração acerca de um Futuro aparentemente sem saída. Mas que outra coisa poderá fazer a literatura?

7

Digamos que escrevo este prefácio num dia de excessivo pessimismo, em plena crise governamental e sabendo até que a constituição (pelos vistos tão difícil) de um novo governo não resolverá a crise, e que, à procura de um novo governo, os partidos (velhas/novas máquinas anquilosadas) perseguem sombras. Sombras, porque são as ideias desses partidos, a maneira como concebem o nosso Futuro, que estão verdadeiramente em crise. E que, enquanto eles (refiro-me aos partidos de esquerda, os outros estão no seu papel) não se debruçarem criticamente sobre essas ideias (como alguns pensadores marginais vêm a fazer há já alguns anos), nenhuma solução é possível, todas as soluções são adiamentos ou caminhadas em linha recta para experiências mais ou menos fracassadas.

8

Releio o que ficou para trás, de novo acreditando que ia encontrar um texto lúcido, e de novo encontro um texto ingénuo que é quase um acto de superstição. Ao falar da mediocridade sem esperança em que caiu o 25 de Abril (os seus capitães eram dignos de melhor sorte), não continuo a fazer obra de magia, a tentar enganar a História (e com ela os leitores), a tentar que ela desmint a o que, sombriamente, me parece inevitável, resultado fatal da nossa incapacidade de cidadãos, resultado fatal da inconsciência dos nossos políticos, num mundo em que, provavelmente (e aí vai a nota optimista ou a necessidade de jogar em todos os tabuleiros) nada é fatal?

(Prefácio à 3ª edição de *AS BOAS INTENÇÕES*, a publicar pela Livraria Bertrand)

A LITERATURA SERÁ O EQUIVALENTE MODERNO DA VELHA MAGIA

A TRANSIÇÃO SOCIALISTA E A QUESTÃO DO PODER

JOÃO MARTINS PEREIRA

“Nem sucumbir como no Chile, nem trair como em Portugal.” Em França, “não sejamos os actores do não há duas sem três”. Eis duas fórmulas que, bem vistas as coisas, se assemelham a outra de gosto maoísta: “ousar vencer”. “A transição socialista” é, em larga medida, um programa económico para esta vitória. Da esquerda. Da revolução.

A transição socialista de Serge-Christophe Kolm é a primeira tentativa séria de estudar os problemas concretos que a revolução poderia pôr num outro país (sobretudo “desenvolvido” — a França), apoiando-se nas lições do Chile e de Portugal. Devemos saudar a iniciativa.

Com efeito, no decurso dos anos de 1974 e 1975, Portugal viu passar, com a mesma massa de jovens que vinham participar na festa revolucionária, quase toda a elite dos intelectuais que, na Europa ou noutro lado, se haviam debruçado, ao longo dos anos, sobre os problemas políticos da revolução e do socialismo. Uma coisa que particularmente nos chocou, a nós, portugueses (e talvez antes de nós aos chilenos, suponho), foi o facto de virem, na maior parte das vezes, com uma atitude mais de pontífices do que de aprendizes. No máximo, procuravam verificar a justeza das suas reflexões anteriores. E o que se ia desenrolando era de tal modo denso e rico que cada um encontrava sem dificuldade “experiências” que confirmavam os seus pontos de vista. Voltavam assim tranquilamente para suas casas, publicavam uma série de artigos ou mesmo um livro — que poderiam ter escrito a partir de informações de imprensa sem terem que se deslocar.

Além disso, a maior parte destes turistas políticos dirigiam-se aos seus “homólogos” portugueses ou àqueles que, julgavam eles, o eram. Acabavam, afinal, por verem os acontecimentos

Em 1977, publicou João Martins Pereira a mais completa e importante análise político-económica do processo “revolucionário” português: **O socialismo, a transição e o caso português** (Livreria Bertrand). Esta obra, extremamente polémica, não suscitou a atenção que merecia. E, sobretudo, não parece ter levado as forças políticas a extrair algumas lições para deslocarem um pouco a fixidez sonâmbula dos seus discursos. Silêncio significativo. Que se regista. A seu tempo se verá (e vai vendo) o preço de tais silêncios.

Neste número de ABRIL, publicamos uma síntese das teses de Martins Pereira que este realizou num texto incluído num volume organizado por Serge-Christophe Kolm e intitulado **Solutions Socialistes** (Ramsay, 1978). O livro de Kolm é uma recolha de depoimentos e ensaios

sobre o seu livro anterior, **La transition socialiste**.

Inserimos ainda um estudo de Fernando Belo, ensaísta e professor, que trabalhou com Martins Pereira na **Gazeta da Semana**, e onde se faz uma análise extremamente minuciosa das teses de Martins Pereira. O ensaio de Fernando Belo constitui peça fundamental para a inteligência do processo político português. E do que vai pelo mundo. Escrito em Junho de 77, este texto destinava-se a aparecer, juntamente com outros, num “dossier” de debate em torno do livro de Martins Pereira, com resposta final deste. Fracassado o projecto, Fernando Belo enviou-nos o seu texto para publicação. O debate continuará em aberto — evidentemente. Esperemos que a nossa iniciativa suscite outras intervenções.

UM LIVRO: «A transição para o socialismo» de S-C Kolm

O livro de Serge-Christophe Kolm, *La transition socialiste (la politique économique de gauche)*, foi publicado na Editorial Cerf em Abril de 77. Este livro pretende responder a dois tipos de questões: 1) Quais as consequências da aplicação de uma política económica "de esquerda" num país de tipo ocidental? Responde-se graças à análise comparada dos dois casos em maior evidência, o Chile de 71-73 e o Portugal de 74-75, e procura-se perceber o que se passaria, por exemplo, em França. 2) Qual a boa política económica de esquerda, isto é, aquela que não acaba nem pelo fracasso político, nem pela traição social? A análise socio-económica permite responder.

Kolm analisa o processo habitualmente desencadeado pela vitória eleitoral das forças de esquerda. Que sucede? Há um aumento imediato dos salários. Contudo, estes aumentos são recuperados pela inflação que rapidamente torna as coisas piores do que antes. Porque, quando se aumentam os salários, não há possibilidades de compensar as empresas nem pelo aumento dos preços de venda nem pela possibilidade de despedir. Onde, verifica-se o desaparecimento do lucro. É a paralisação dos investimentos. Que fazer? Um único recurso: o crédito dos bancos nacionalizados. Contudo, a procura de bens de consumo aumenta; pressionada pelo aumento dos salários. Isto traduz-se em falta de alimentos, bichas e descontentamento popular. Torna-se necessário importar mais, o que diminui divisas. Importando mais, a inflação aumenta. É preciso então desvalorizar. Em breve, o governo de esquerda está confrontado com dois dados: o ressentimento popular e a necessidade de recorrer aos empréstimos externos. Qual a solução que Kolm entrevê? A de um Governo de esquerda, aproveitando a desorientação inicial da direita nos cem primeiros dias, encetar desde o início um conjunto de medidas que se orientem decididamente no sentido de configurar imediatamente as finalidades da nova sociedade. Trata-se, não de ceder no campo dos salários, mas de actuar de modo a que os trabalhadores sintam que qualquer coisa muda no capítulo dos poderes, sobretudo no interior das empresas. Se o processo deve terminar pela vitória do não-mercado, é necessário desde o princípio reduzir ao máximo os mecanismos de mercado. Perdido o tempo desta entrada, todo o processo fica comprometido. O rol das consequências já o conhecemos de cor — nós, portugueses.

com óculos viciados, de tal modo que, às vezes, no final da sua estadia, produziam verdadeiros monstros⁽¹⁾.

Pelo contrário, o livro de S.-C. Kolm, extraindo a lição dos acontecimentos, é a primeira excepção. Proponho-me discutir algumas das questões essenciais que ele levanta. Sobretudo, por causa dos limites — a economia — que o próprio autor a si mesmo fixou. Mas, antes disso, gostaria de observar que os dados de base de que o autor se serve para caracterizar, de um ponto de vista económico, o que se passou em Portugal, estão suficientemente precisos para poderem fundamentar a análise⁽²⁾. E creio que o mesmo sucede para o Chile. Sendo assim, debruçar-me-ei sobre as conclusões deles tiradas e as teses resultantes (o que Kolm chama "a boa política").

As grandes linhas de uma política económica revolucionária são apresentadas por S.-C.K. com muito rigor. Reduzir "desde o início" a importância do mercado e das trocas monetárias, fazer uma política de independência económica ("contar com as próprias forças", "mais autonomia", etc.), apontar para uma nova racionalidade de gestão a todos os níveis, promover o "poder dos trabalhadores" e todas as formas de democracia directa, motivar, informar. Sobretudo, desde o início, apontar para o fim e andar de pressa.

As medidas muito pomenorizadas que são propostas nos diversos domínios da economia enquanto concretização destes princípios parecem-me, de um modo geral, correctas, até mesmo imaginativas, e, dum ponto de vista económica, coerentes.

Mas a gente interroga-se: todos estes verbos enunciados (reduzir, fazer, apontar, promover, motivar, informar) — quem é o sujeito deles? O autor limita-se a responder: a esquerda, a verdadeira esquerda. Parece demasiado fácil ficarmos com essa resposta. Seria, com efeito, fazer como se fosse possível pôr entre parênteses "o político" e, em particular, a natureza de classe do poder de Estado na análise dum processo revolucionário ou mesmo na simples formulação de uma estratégia para uma tal situação. Ora, uma revolução é, segundo a expressão de S.-C.K., "uma mudança social geral e profunda", e não apenas, segundo uma definição que ele (infelizmente) atribui ao marxismo, "uma alteração da infraestrutura, da estrutura de propriedade".

Em jeito de introdução a uma análise mais pomenorizada das relações entre o político e o económico num processo revolucionário e sobretudo do papel decisivo da luta de classes na evolução destas relações, apresentemos uma breve observação. É devido à sobrevalorização da "questão da propriedade" que S.-C.K. podia dizer, no Verão de 75, a propósito de Portugal, que "o processo é irreversível", que "aconteça o que acontecer as nacionalizações e a reforma agrária permanecerão", que "não há dúvida que a expropriação da terra irá até ao fim", que "as diversas liberdades individuais estão hoje com certeza seguramente adquiridas", etc. Ora que se vê hoje? No momento em que escrevo (fim de Julho de 77), uma nova "lei da Reforma Agrá-

ria" proposta pelo Partido Socialista, e que reconstitui a grande propriedade capitalista no Alentejo, acaba de ser votada e aprovada; um decreto recente autoriza que a gestão de empresas nacionalizadas possa ser dada "em concessão" a entidades privadas⁽³⁾; dentro de alguns dias (sempre com os votos dos partidos da direita) outra lei será aprovada, e que atribui aos antigos grupos monopolistas substanciais indemnizações, susceptíveis de serem imediatamente reconvertidas em capital de novas empresas; as desocupações de casas e a devolução de empresas aos antigos patrões prosseguem; e, por fim, começa a haver dificuldades para fazer aparecer textos "menos conformistas" (falo disto por experiência) na grande imprensa quotidiana, na maior parte estatizada e ameaçada por um projecto de lei do governo de ser "posta em ordem", à imagem dos grandes órgãos de informação que o Governo controla politicamente (TV, Diário de Notícias, agência A. N. O. P., etc.), em que a informação "oficiosa", ou mesmo a censura mal escondida, se tornaram regra.

Por que razão as previsões de Kolm se revelaram demasiado audaciosas? Por que razão o que elas julgavam adquirido é hoje posto em causa? Eis a questão de fundo. Tudo isto foi possível porque o poder político de Estado nunca foi um poder revolucionário. Em termos de luta de classes, pode-se dizer que, na sociedade civil, a relação de forças durante um período inverteu-se: os trabalhadores, o movimento de massa, estavam, por uma vez, em posição nitidamente ofensiva. Mas as estruturas de poder político, do aparelho de Estado, mantiveram-se quase integralmente: só "os ocupantes dos lugares" mudaram. Por conseguinte, uma simples mudança de pessoal político pôde, sem demasiada dificuldade, restabelecer um poder burguês "sem máscara", mesmo se as relações sociais estão ainda longe do que eram antes de 1974.

É aqui que é preciso ver a razão pela qual, em situações deste tipo, mesmo quando tudo parece "ir depressa", não se vai necessariamente na "boa direcção", não se visa desde o início a "boa sociedade", não se atacam verdadeiramente os mecanismos de mercado. Acontece, no máximo, que, como nota S.-C. K., em situações de crise revolucionária (prefiro dizer: pré-revolucionária), o poder se mostre "vacilante" e fraco, e que isto permita ao "poder popular" impor-se e alterar a estrutura da propriedade a um ponto tal que pode dar a impressão de irreversibilidade. Mas este é o ponto capital da dialéctica social: o poder popular impõe-se porque o poder de Estado é fraco. O que quer dizer que, se o poder de Estado não fosse fraco, não haveria alteração social, e seria a ordem (antiga) que se imporá. S.-C. K. resolve facilmente o problema: admite que um poder de Esquerda pode, na ordem, dinamizar o seu próprio contra-poder — "em todo o lado os soviets". Mas qual seria o poder de esquerda a fazê-lo? Uma frente popular apoiada numa maioria eleitoral frágil,

preocupada com tranquilizar toda a gente (incluindo os seus próprios inimigos) e apresentar-

-se como um "verdadeiro governo" responsável? Não: o programa económico contido em *La transition socialiste* só poderia ser aplicado por um poder revolucionário, forte, esse, nascido do impulso do movimento de base e que varreria poder de Estado burguês — e não é isto, sejam quais forem as suas "boas intenções", uma Frente Popular. O programa proposto por S.-C. Kolm não é um aperfeiçoamento do programa da "esquerda" francesa, é algo de outra natureza.

Como aliás se poderia imaginar que um programa económico que atacasse tantos direitos adquiridos e privilégios, que se propusesse destruir as relações mercantis (que são muito mais relações sociais do que relações económicas ou de troca material), que, no seio do Mercado Comum, tendesse, tanto quanto possível, para "mais autonomia", como é que este programa poderia ser aplicado por um poder "vacilante"? Só um poder forte, mas que fosse a expressão de uma imensa democracia dos trabalhadores, poderá fazê-lo. Como chegar a este poder, o único que permitirá superar a contradição poder do Estado/poder das massas — eis a grande dificuldade a vencer para arrancar para a verdadeira transição.

Tomemos o exemplo do comércio externo. Diz S.-C. Kolm: "A escolha entre tirar vantagem das possibilidades oferecidas pelas trocas internacionais e maior ou menor autonomia, entre trocar e contar com as próprias forças, é sem dúvida a principal opção a tomar em matéria de economia externa na situação considerada." Pergunta-se: quem tomará esta opção? Em economia de mercado, ninguém faz tais opções globais concernentes à estrutura do comércio externo: a capacidade produtiva nacional, o comportamento da procura, as condições da concorrência internacional, o jogo das elasticidades combinadas e outros factores secundários acabam por determinar o volume e o valor relativo das importações e exportações. É claro que qualquer governo, mesmo o mais liberal, pode tomar (e toma por vezes) medidas de intervenção procurando equilibrar a balança comercial e, mais geralmente, a balança de pagamentos. Mas pensar que através de medidas restritivas mais ou menos clássicas se chegará a orientar rigorosamente o comércio externo (até a reduzir o seu volume global), a criar obstáculos às exigências de uma procura fortemente acrescida e rapidamente modificada na sua estrutura, sobretudo a partir de uma situação de pleno emprego das capacidades nacionais, e reorientar a produção nacional no "bom sentido" — seria desconhecer as enormes contradições que atravessam um poder político do tipo frente popular, e portanto, a sua fraqueza estrutural. Seria subestimar, face a esta mesma fraqueza, o poderio intacto de um sector privado ligado à importação-exportação, as pressões e ameaças vindas do exterior. E sobreestimar a capacidade e a vontade de um tal governo de violar as regras da livre-troca que inspiram os acordos europeus.

Quer dizer que os objectivos de política económica externa preconizados por S.-C. K. exi-

A relação das forças sociais e a natureza do Estado.

gem um poder forte, num primeiro tempo, que se apossará das rédeas, pelo menos inicialmente, dos sectores chaves do comércio externo. Não há outra forma de lutar contra o mercado mundial. E a acção do mercado mundial é terrivelmente subversiva em relação a qualquer tentativa revolucionária se deixarmos que tenha um "contacto directo" com as estruturas de produção e consumo nacionais. Também isto é uma lição do Chile e de Portugal. Sem isto, a política voluntarista de preços recomendada por S.-C. K. ao nível nacional será desmantelada sem grande dificuldade — mesmo se fosse decidida e aplicada — pela acção da concorrência internacional em mercado aberto, ou mesmo bastante protegido. Sem falar de outros efeitos conhecidos de acções cometidas a coberto das relações comerciais privadas com o estrangeiro (sub — ou sobre-facturações, por exemplo). Isto leva-nos à necessidade **globalidade** de um processo revolucionário.

O capitalismo não é, como sugere S.-C. K. ao referir-se ao marxismo, "uma certa estrutura de propriedade do capital". O grande inimigo não é, segundo ele, este capitalismo, mas o mercado. Para quê fazer esta distinção? O mercado, em sentido estrito, é a expressão do funcionamento económico do capitalismo (mais precisamente do modo de produção capitalista). Ora o capitalismo é mais do que isso: pode-se mesmo dizer que, afinal, as relações mercantis, de mercado, apenas escondem ou tornam opacas, por detrás das aparências da livre troca e da livre iniciativa, as relações sociais de exploração e dominação — as que são essenciais. É por isso que, por um lado, atacar o mercado em termos simplesmente económicos é insuficiente, e que, por outro lado, mesmo uma tal acção limitada engendra reacções em cadeia nos planos, decisivos, social e político. Não podemos atacar parcialmente certos fenómenos de mercado se não estivermos conscientes **do que vem a seguir** e se não estivermos para tal preparados. É impossível fixarmos rigorosamente até onde queremos ir, estabelecermos limites a não ultrapassarmos. E isto, precisamente, porque o capitalismo é um sistema **global**: não podemos atingi-lo em certas zonas sem o atingirmos globalmente, isto é, sem provocarmos uma reacção **generalizada** das forças dominantes (e daquelas que suportam a sua hegemonia).

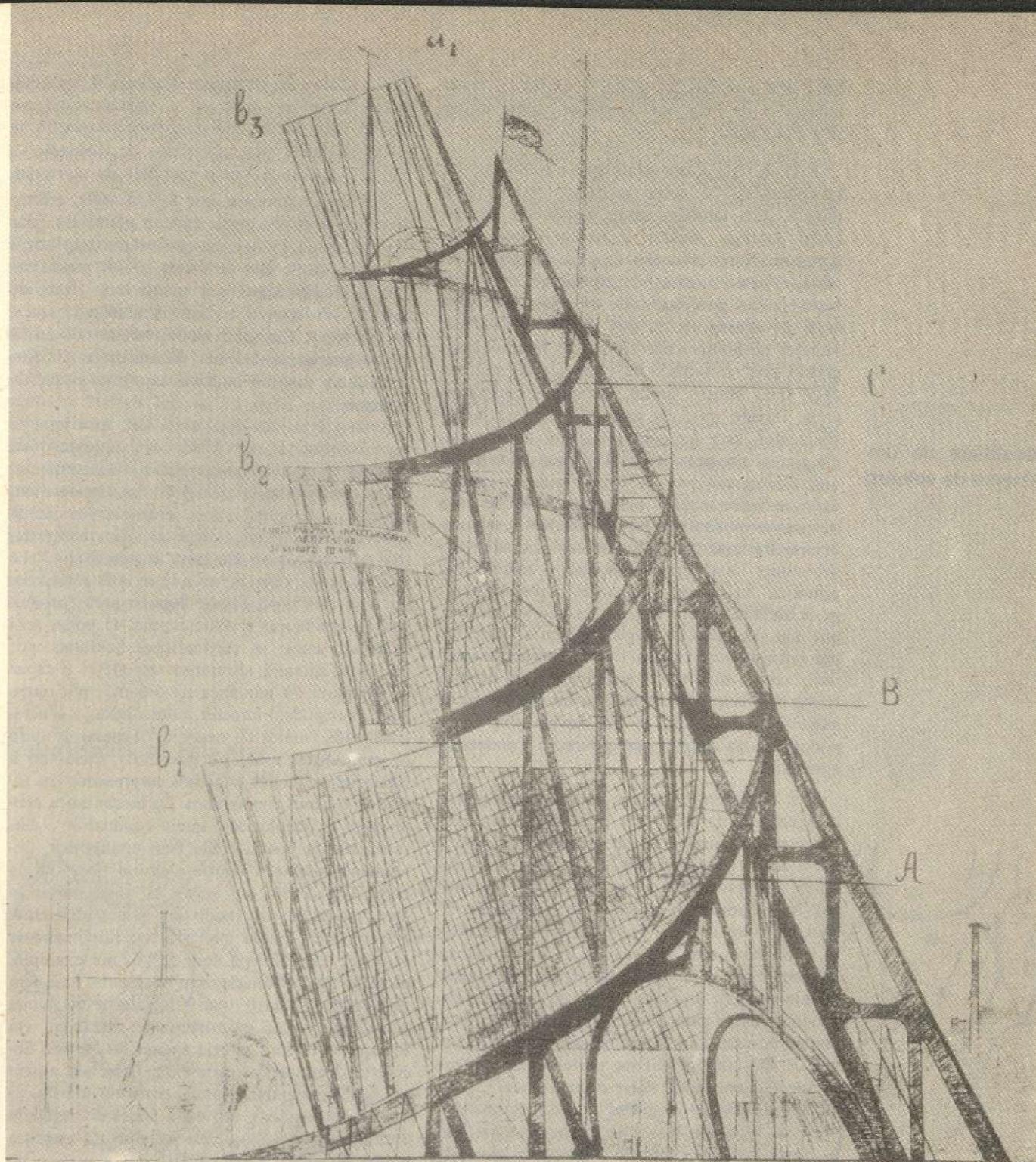
E chegamos aqui a outra questão importante. Como diz S.-C. K. a propósito do Chile, é muito perigoso pensarmos que as acções de obstrução ao desenvolvimento do processo revolucionário são resultado do "carácter mau de (certas) categorias de indivíduos". Isto pertence a uma concepção moralizante ou maniquêista da política e sobretudo da luta de classes. Um empreendedor capitalista (cujo coração pode mesmo pulsar "à esquerda") que, perante as ocupações de fábricas, perante a subversão das hierarquias, perante a fraqueza do poder na manutenção da ordem, não só deixa de investir, mesmo se tem os fundos necessários, mas ainda reduz a produção ou tenta colocar capitais no estrangeiro, este empreendedor age **logicamente** do ponto de vista dos seus estritos interesses económicos: não está seguro do futuro e isto exige-lhe prudência, mi-

nimização dos riscos, no melhor dos casos a expectativa de que "a tempestade passe". E não o faz por ser mau, faz **porque é capitalista**. Ora da acção acumulada de todos os capitalistas no mesmo sentido resulta uma "acção de classe" que acaba por tomar **uma qualidade política** e pôr em perigo o novo poder político. É o sistema que se defende através dos seus mecanismos estruturais: julgando-se excluído do comando político, o "bloco" dominante retrai-se imediatamente (e sem por qualquer maldade ou intenção deliberada) no seu poder económico — que está longe de ser apenas o dos monopólios. A mais simples acção do mais insignificante dos empreendedores contribui para reforçar a "crise". O que não quer dizer que, neste domínio, não haja comportamentos politicamente conscientes, de "sabotagem" caracterizada. Mas o que é decisivo, uma vez mais, é o fenómeno global, a paralisia global dos mecanismos económicos. E, para a combater, a acção deve ser em primeiro lugar política. Por isso é preciso que o poder seja forte e que os trabalhadores se reconheçam nele.

Em Portugal, como no Chile, o poder político afirmava-se "ao serviço dos trabalhadores". Os trabalhadores não se enganam tão facilmente. Com efeito, estes governos tentam sempre conciliar até ao fim interesses inconciliáveis: não se pode permitir as ocupações das casas de habitação porque isso vai desencorajar os investidores privados no imobiliário e aprofundar a crise do sector da construção civil. O mesmo quanto às medidas drásticas relativas às rendas altas, etc.. Entretanto, enquanto o governo se debate com tais hesitações, as ocupações prosseguem e ninguém investe há meses um tostão no sector imobiliário. Outro exemplo: não se pode fixar um salário máximo nacional bastante baixo (embora "confortável") porque isso vai desencorajar os quadros e ameaçar a produção. Mas, ao mesmo tempo, as medidas favorecendo o controlo dos trabalhadores sobre a gestão, o poder adquirido pelas "comissões de trabalhadores" nas empresas e as acções patronais (ver *supra*) puseram já em causa os quadros no que para eles é vital (o prestígio, a segurança, a autoridade na empresa) e fizeram fugir alguns, assim contribuindo para a quebra de produção.

Tudo isto nos leva a dizer que não há "um justo meio"; não se pode fixar antecipadamente "quanto de mercado e quanto de não-mercado". É preciso compreender, e assumir, que, uma vez desencadeado o processo, este acabará um dia ou pela vitória do **mercado** (mais correctamente: pelo retorno à dominação capitalista, em sentido global) ou pela do **não-mercado** (mais correctamente, pela dominação das relações de produção socialistas, também **globalmente**) e não qualquer "justo equilíbrio" (4). E é a própria dinâmica social, os afrontamentos concretos no terreno da luta de classes, que acabarão por impôr ao poder político as decisões que, **segundo a natureza do poder**, serão ou passos em frente.. ou atrás. De um ponto de vista revolucionário, o único equilíbrio vitorioso é aquele que não permitirá que o sector de mercado subsistente possa reforçar as relações capitalistas, mas aque-

Como atacar o sistema de mercado?



"Projecto de Monumento para a III Internacional", de V. Tatline.

le em que este sector será reduzido a uma actividade subsidiária, controlada, dominada — e deste modo contribuindo também para a acumulação socialista até ao seu desaparecimento. A mais ou menos longa marcha em direcção a uma tal situação é, precisamente, a **transição socialista**. Para lá chegar um dia, é preciso audácia política na tomada de medidas cada vez mais irreversíveis.

Insiro aqui a questão das motivações e da informação. Considero uma frase do economista soviético Novozhilov, um daqueles que foram mais longe no questionamento do "modelo estalinista" e preconizaram reformas, apoiadas nas aquisições da econometria, que nunca viram inteiramente a luz do dia no seu país (apenas a Hungria avançou bastante nesta direcção: o "so-

cialismo de mercado"). Ela escreve: "as ameaças, como séculos de experiência administrativa o demonstram, são um estímulo à produção menos eficaz do que o interesse económico ou moral". E, curiosamente, para substituir o sistema estalinista das ameaças, propõe simplesmente o sistema de interesse económico (lucros, prémios, etc.). Diremos, e S.-C. K. connosco, que a motivação socialista não pode ser nem a ameaça vinda de uma burocracia onnipotente, nem as "cenouras" materiais do lucro e dos prémios individuais, que são de facto as motivações próprias do capitalismo. A motivação socialista só pode ser moral (segundo a expressão de Novozhilov) ou, mais correctamente, só pode ser a da consciência da utilidade social da própria actividade, a do "prazer" da decisão colectiva, a da "ale-

gria” da intervenção social e política — numa palavra, a da “tomada do poder” sobre a própria existência.

S.-C. K. diz, com razão, que a mudança das mentalidades, “é coisa que leva tempo”. Sem dúvida. Mas também neste domínio é preciso andar depressa. Melhor: é preciso **deixar andar** depressa. Numa situação de crise pré-revolucionária, massas imensas de trabalhadores descobrem por si próprias tudo o que se ocultava atrás da onnipotência das relações mercantis. Milhões de homens dão em pouco tempo passos gigantescos no sentido da mudança de mentalidade que, doutro modo, duraria intermináveis anos. Duvido que, em países fortemente industrializados, esta famosa “conquista da hegemonia gramsciana possa ser deixada aos cuidados de uma “revolução passiva” prolongada; a capacidade de “recuperação” pelo capitalismo de tudo o que se poderia julgar subversivo revelou-se imensa até hoje. As crises pré-revolucionárias são sobretudo — e aí seguimos gramsci — crises de hegemonia. As classes dominantes perderam, temporariamente, a sua hegemonia. Como não ver que são períodos privilegiados para a substituir por outra hegemonia, um outro “sistema de valores”, como diriam os sociólogos? A própria transparência que as relações sociais e económicas adquirem nestas fases é sem dúvida uma ajuda poderosa para aqueles que quisessem e pudessem aproveitar.

É a tarefa, entre outras, de uma força política resultante da acção das massas, ou adquirida nas suas conquistas, que apenas poderá aprofundar a sua “consciência social” rapidamente crescente. E para tal será necessário nunca esconder aos trabalhadores o preço duma revolução. E aqui intervem o papel da informação. Com efeito, é provável que, em virtude de uma situação revolucionária e da luta desesperada das classes dominantes em desgraça, o “nível de vida”, segundo **critérios anteriores**, acabe por baixar para muitas pessoas. Ora não se conseguirá motivá-las se elas não compreenderem perfeitamente a **troca** que está em causa: **entre o ser e o ter**. E para escolher, é preciso conhecer os dados do problema e da situação. É preciso conhecer e **preferir** os novos critérios, sabendo o preço da sua aplicação. Nestes critérios está a essência do socialismo.

Não se pode ignorar o facto de que, para muitos, incluindo trabalhadores, o **status quo ante** com a sua aparente estabilidade, as suas “oportunidades de promoção”, os seus “valores tradicionais”, os seus atractivos materiais, etc., pode **parecer preferível** ao desconhecido de uma aventura revolucionária. Mas uma boa parte de esses é constituída por pessoas condicionadas pelo “conformismo” — sendo o conformismo, aliás, segundo Gramsci, uma componente essencial da hegemonia, seja ela qual for. Tais pessoas poderão afinal de um modo bastante fácil viver em conformidade com o novo modelo até ao momento em que tomarão consciência do que é mais justo, mais humano, mais estimulante. Por fim, haverá a minoria dos que são atingidos nos seus interesses profundos (sem falar daqueles em

que a idade não permite a mudança de mentalidade). Uma vez mais, só a existência de um Estado forte conseguirá mantê-los no quadro da nova sociedade por um efeito de dissuasão — não necessariamente pelo exercício da repressão.

Por fim, e uma vez que S.-C. K. fala, e bem, do Chile e de Portugal, seja-me permitido falar um pouco da França. Se procurarmos aplicar à França o que acabo de dizer, que se pode concluir? Modificando ligeiramente uma frase de S.-C. K., diria que “a via da mudança à esquerda efectiva e durável é **ainda mais estreita**, difícil de encontrar, ladeada de múltiplos “impasses”, mais do que imagina a própria esquerda francesa.

Com efeito, das duas uma. Ou, após uma vitória eleitoral de uma União da Esquerda, toda a gente se mantém muito disciplinada, esperando as benfeitorias que virão do novo poder, sem reivindicar demasiado, sem levar à aceleração da aplicação das medidas previstas — enquanto outros esperarão, pelo seu lado, as suas fraquezas e ilusões. Neste caso, penso que seria ilusório contar com esta nova Frente Popular para “promover” as mudanças revolucionárias. O poder será apanhado entre as contradições habituais: por um lado, quererá afirmar-se respeitável e capaz de assegurar “a mudança na ordem”; por outro lado, não poderá impedir a desconfiança generalizada dos “meios de negócios” (apesar de tudo os comunistas estão no governo!), incluindo a legião de pequenos e médios empresários em todos os sectores económicos. Os mecanismos económicos (e ideológicos) que o conduzirão à derrota estão a postos e são bem conhecidos. Entendamo-nos: se a vitória eleitoral fosse obtida com 70% ou 80% de votos, as coisas passar-se-iam talvez de um modo um pouco diferente. Mas ninguém pensa que isto seja minimamente provável. Uma vitória com 52%, por exemplo, permite uma “rotação sem incidentes” (e sem revolução, é claro) numa Inglaterra ou numa Alemanha — e, eventualmente, também em França, se fosse a vitória apenas do Partido Socialista. Mas, no caso presente, tudo leva a pensar que, sem grandes movimentos de massas, os dias — ou os anos — do novo poder de esquerda estarão contados, e que ele nos deixará apenas a marca de algumas nacionalizações a mais e de algumas reformas mais ou menos importantes.

Outra hipótese poderia ser a que S.-C. K. formula, mas de que ele mostra os riscos se se trata de a realizar no quadro de um programa económico errado: a vitória eleitoral leva a um novo 36-38. Em minha opinião, é a única “hipótese revolucionária”, embora não despreze os riscos descritos por S.-C. K. e muitos outros. Aliás, num artigo surgido em *Le Monde* (11 de Março de 1977), N. Poulantzas, mais sensível ao lado político da questão, interroga-se também de um modo surpreendente (querendo precisamente apoiar-se nos casos português e chileno): “Como evitar que não nos encaminhemos, lenta mas seguramente, para uma situação de cuplo poder?” Dou a isso a minha resposta, que talvez nem seja a boa: se as massas se põem em movimento, **não haverá meio de o evitar** (excepto por uma intervenção armada). E por isso eu

A necessidade de um novo sistema de valores

As limitações das Frentes Populares

nova pequena burguesia e revoluções eis a questão

O LIVRO
DE JOÃO
MARTINS
PEREIRA
"O SOCIALISMO,
A TRANSIÇÃO
E O CASO
PORTUGUÊS"

A transição para o socialismo, em Portugal, começou ou não? É esta a questão central do texto de J. Martins Pereira, desde as primeiras palavras da Introdução. Questão polémica, que o autor curiosamente parece julgar que não: "é bem provável que não subsistam já muitos candidatos à demonstração (ou, pelo menos, à defesa convicta) de que em Portugal, mesmo no exaltante pós-11 de Março, se chegou a encetar a 'transição para o socialismo'" (p. 9). Polémica, porque põe a questão da estratégia do P.C. durante os anos de 74 e 75 e a questão de saber o que foi, de facto, o "movimento popular" nesses mesmos anos; polémica, porque põe a questão da viabilidade "da revolução e da transição para o socialismo em formações sociais capitalistas 'intermédias', situadas a 'meio caminho' entre os países economicamente desenvolvidos (...) e a orla ultra-explorada do sistema" (p. 261); polémica, porque a demonstração do "não" que J.M.P. tenta pôr agudamente o problema da actualidade em termos de regressão a formas "mais ou menos fascizantes ou mesmo fascistas" (p. 226) ou de alternativa revolucionária, que não tem sido possível formular e que estará "em larga medida determinada, pela evolução política em Espanha, em Itália e mesmo em França" (p. 226).

Assim li o texto com o interesse que me merecia a tentativa de alguém de que me sinto muito próximo e em que deposito confiança de "seriedade teórica"; o que vai seguir dá conta de algumas dificuldades que essa leitura me pôs, no sentido de possibilitar o seu esclarecimento. Este debate parece-me decisivo.

As principais
teses de J. M. P.

Três capítulos de volume equivalente ordenam-se sobre as questões: de que socialismo se trata?; distinção entre pré-revolução e transição para o socialismo; análise do caso português, à luz teórica elaborada nos dois primeiros capítulos.

1.º — O socialismo é a negação do capitalismo, opondo à propriedade privada dos meios de produção e à consequente anarquia económica a socialização e o plano; à produção visando a criação de valor de troca e o lucro, o primado dos valores de uso, tendente ao desaparecimento do dinheiro; à relação salarial de exploração, o trabalho como serviço colectivo voluntário; propondo a atenuação gradual da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre campo e cidade, o controlo-gestão colectiva da produção, a criatividade colectiva das massas, a democracia de massas, a ordem assumida colectivamente, com milícias e consenso (cf. p. 27-30).

2.º — Na perspectiva de que a revolução se fará na Rússia, com predominio da agricultura (J.M.P. falará de "revoluções camponesas" para designar as que se realizaram em 1917, na China, em Cuba e no Vietname), o problema fundamental que se pôs foi o da "base material para a construção do socialismo", com duas opções possíveis na estratégia da aliança operários/camponeses: a duma industrialização acelerada à custa dos camponeses (adoptada pela URSS em 1929, implicando uma concepção economicista de "socialismo = partido operário no poder + propriedade colectiva dos meios de produção + plano + grande indústria pesada") ou a duma sólida aliança operários/camponeses, com o atraso consequente do processo de industrialização (China, Vietname, Cuba) (cf. p. 32-45).

3.º — A esta questão se liga uma outra igualmente essencial: como articular o poder do Estado com a iniciativa e a participação das massas. O economicismo estalinista decide em função do poder do Estado que se burocratiza; a revolução cultural chinesa decide em sentido inverso (como o Lenine do "comunismo de guerra"), marcando a dominância do trabalho vivo sobre o investimento em meios de produção, o que explica a importância das pequenas e médias empresas na China face às empresas gigantes (p. 78) (cf. ainda p. 40-80). Evitar o economicismo e a burocratização, por um combate ideológico desde a primeira hora, é condição para uma transição para o socialismo, definida como fase em que se assegura progressivamente a inversão dos "critérios" capitalistas na economia (valor de troca e valor de uso), no poder político (Estado e controlo das massas) e na ideologia: o socialismo, fase entre o capitalismo e o comunismo, existirá quando os "critérios" comunistas começarem a ser dominantes, embora ainda não eliminados completamente os capitalistas (Cf. p. 80-88).

4.º — Distinguir pré-revolução e transição para o socialismo é capital na teoria de J.M.P.. Entre as duas, a tomada do poder político pelo proletariado. Duas hipóteses possíveis: uma fase de luta armada, mais ou menos longa, uma fase de crise política global, qualquer delas susceptíveis ou não de serem seguidas de revolução. Três características desta indispensável fase pré-revolucionária: a situação de duplo poder (territorialmente distinto no caso de luta armada), ruir dos mecanismos económicos capitalistas, governos instáveis, de coligação. Mas, mesmo nesses casos, houve sempre confronto armado, ou após conquista do poder político (URSS), ou com derrota do proletariado (guerra civil em Espanha, Itália e Alemanha nos anos 20, Chile) (cf. p. 89-117).

5.º — Aqui se põe uma questão de fundo, no que se refere ao caso português ou chileno, enunciada por Gramsci: a existência de uma larga "classe média" (ou duma "nova pequena burguesia") (1) postula a necessidade duma conquista hegemónica ideológica pelo proletariado antes da conquista do poder político (é o que caracterizará a fase pré-revolucionária neste tipo de formações sociais já suficientemente capitalistas); ou seja, a questão estratégica principal já não é a duma simples aliança entre proletariado e campesinato, mas a "duma aliança de outro tipo, especificamente entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa" (p. 152) (Cf. p. 48-52, 91-92, 152-153).

6.º — J.M.P. distingue duas etapas na transição para o socialismo, e, na primeira, dois períodos. O primeiro período, tanto mais longo quanto mais curta foi a luta armada, caracteriza-se pela desagregação económica (sabotagem económica, fuga dos patrões, dos capitais e dos técnicos, etc) e pela impossibilidade consequente de planificação socialista; o segundo, pela recuperação económica ligada à planificação. A segunda etapa é a do início da construção do socialismo. Em qualquer destas etapas, a existência dum largo campesinato num caso, da tal "nova pequena burguesia" no outro, tornam indispensável a existência duma direcção política segura. (Cf. p. 117-141).

7.º — Na transição para o socialismo, necessidade de um poder com larga base popular, com dominância da "ideologia proletária" e com "uma relação dialéctica muito tensa entre partido e massas, que só poderá ser resolvida com uma crescente democracia de massas" (p. 155) (Cf. p. 142-155). O conflito entre duas lógicas, capitalista e socialista, põe ao nível económico, além da questão da independência nacional (p. 158-161), a da centralização/descentralização do plano, de forma a evitar um plano ultra-centralizado, com a respectiva "irrationalidade" (equivalente à da concorrência capitalista, cf. p. 140) e burocratização economista (questão posta historicamente pela revolução chinesa) (Cf. p. 156-180).

8.º — Estas sete teses, sumariamente aduzidas aqui e apoiadas em J.M.P. por constantes citações de textos e resumos de análises das situações históricas, permitem ao autor, na abordagem, em apenas 80 páginas, do caso português, desmistificar a "originalidade da via portuguesa", cuja especificidade é apenas a da existência do

M.F.A., resultante da queda do fascismo ser resultado imediato do impasse colonial. Portugal viveu e ainda vive um caso relativamente típico de "situação pré-revolucionária". Esta conheceu, entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, um duplo impasse: político e económico.

9.º — O impasse político, segundo J.M.P., resultou de o P.C.P., dito "partido potencialmente revolucionário" (Cf. n. 9, p. 199), por "se ter colocado no campo do poder de Estado (e não do poder de base, que aparece a "dobrá-lo)", fez desviar a questão do poder na sociedade para a questão do poder dentro das Forças Armadas" (p. 198). Assim, em relação aos três aspectos típicos duma situação pré-revolucionária: na situação de duplo poder, o bloqueio do processo "resultou da divisão entre uma suposta 'vanguarda', só interessada nos movimentos de aparelho (...) e um movimento popular entregue a si próprio" (p. 212), buscando-se, "sobretudo a partir de certa altura, controlar (as comissões de base e órgãos populares) da forma mais sectária e antidemocrática" (p. 213); diante da "reação de defesa" dos capitalistas, utiliza-se uma estratégia anti-monopolista, com exclusão duma estratégia anticapitalista, sugerindo às massas que os avanços decisivos vêm do poder (nacionalizações, medidas antimonopolistas) e escamoteando por completo o papel fundamental dessas mesmas massas; em face de um governo e de um M.F.A. acima e árbitro da 'luta de classes e pretendendo ser o "Estado ao serviço dos trabalhadores", mas não defendendo de facto o essencial dos interesses de nenhuma das classes em luta, o P.C. pretende apenas "a salvação" desse mesmo Estado ocupando postos-chaves (estalinismo obtuso), e não a sua transformação, deixando o movimento de massas sem direcção política revolucionária. (Cf. p. 193-223).

10.º — O impasse económico, por seu turno, resultou da ausência de "uma política de arrojo revolucionário". J.M.P. dá uma série de exemplos sugestivos: revolucionarização do orçamento e do sector nacionalizado (exigindo-se também a nacionalização do comércio externo), redução das necessidades de liquidez criando curto-circuitos económicos adentro do sector Estado, alargamento da noção de controlo da produção, contratos do Estado com empresas falidas e construção civil, integração orçamental do sector estatizado com um estudo rápido a assegurar a participação dos trabalhadores e a evitar a burocratização, investimentos virados para a criação de postos de trabalho e independência nacional, reorientação rápida dos parceiros comer-

FERNANDO BELO



dizia no início que a via revolucionária é ainda mais estreita do que parece. Porque não se vê facilmente como o muito respeitável governo PS-PCF, impulsionado pelas massas, se assumiria enquanto "governo revolucionário" e tomaria então as medidas sugeridas por S.-C. K. entre outros. Com toda a probabilidade, teríamos uma vez mais uma situação pré-revolucionária típica que só poderia terminar pela derrota conjunta dos "dois poderes" — o do Estado e o das massas, — e é isso o que Poulantzas teme, ou pela emergência de um novo poder de Estado, muito imbricado nas massas, que fosse, ele, o poder revolucionário — o único que pode aspirar a "mais autonomia", a motivar as pessoas segundo "novos valores", a fazer compreender as exigências de uma situação de crise e as suas compensações, a alterar na "boa direcção" todas as estruturas — os mecanismos económicos, os comportamentos sociais, as relações de força políticas, as relações de produção, etc., etc.. Num palavra: é a única oportunidade de "mudar a vida". A França, a França dos trabalhadores, estará preparada para isto? Estão disto conscientes aqueles que votam "à esquerda"?

(1) Dois exemplos apenas: Portugal — la Révolution en marche, visão trotskista de Bensaïd, Rossi e Udry; o filme "A revolução triunfará?" do famoso americano Robert Kramer, que exprime de facto o ponto de vista do grupúsculo português P.R.P.. Sem falar do apadrinhamento de A. Badiou, na Maspéro, às teses do M.R.P.P., grupúsculo provocatório dito maoísta que se poderia mais justamente catalogar na extrema-direita (Le Portugal de près).

(2) Uma excepção, aliás importante. O "peso" real do sector nacionalizado muito inferior aos 60% avaliados por S.-C. K.. Mas este era na realidade o número correntemente citado no momento em que ele escreveu o seu primeiro texto sobre Portugal (Verão de 75).

(3) Por agora foi preciso inventar esta subtilidade porque a Constituição poderá ser revista — admitindo que ainda esteja em vigor... :

(4) A fórmula de "coexistência concorrencial" entre o sector privado e o sector de Estado, enunciado por M. Soares para Portugal, é, nesta perspectiva, claramente uma fórmula de "retorno em pleno capitalismo". Num economia aberta, com os lucros como critério motor, com o sistema de preços de mercado existente, tal concorrência "leal" só poderá redundar na vitória do capitalismo.

(tradução de B.P.)

"Fraternidade", de Paul Klee.



nova pequena bur

O LIVRO DE JOÃO MARTINS PEREIRA "O SOCIALISMO, A TRANSIÇÃO E O CASO PORTUGUÊS"

A transição para o socialismo, em Portugal, começou ou não? É esta a questão central do texto de J. Martins Pereira, desde as primeiras palavras da Introdução. Questão polémica, que o autor curiosamente parece julgar que não: "é bem provável que não subsistam já muitos candidatos à demonstração (ou, pelo menos, à defesa convicta) de que em Portugal, mesmo no exaltante pós-11 de Março, se chegou a encetar a 'transição para o socialismo'" (p. 9). Polémica, porque põe a questão da estratégia do P.C. durante os anos de 74 e 75 e a questão de saber o que foi, de facto, o "movimento popular" nesses mesmos anos; polémica, porque põe a questão da viabilidade "da revolução e da transição para o socialismo em formações sociais capitalistas 'intermédias', situadas a 'meio caminho' entre os países economicamente desenvolvidos (...) e a orla ultra-explorada do sistema" (p. 261); polémica, porque a demonstração do "não" que J.M.P. tenta pôr agudamente o problema da actualidade em termos de regressão a formas "mais ou menos fascizantes ou mesmo fascistas" (p. 226) ou de alternativa revolucionária, que não tem sido possível formular e que estará "em larga medida determinada, pela evolução política em Espanha, em Itália e mesmo em França" (p. 226).

Assim li o texto com o interesse que me merecia a tentativa de alguém de que me sinto muito próximo e em que deposito confiança de "seriedade teórica"; o que vai seguir dá conta de algumas dificuldades que essa leitura me pôs, no sentido de possibilitar o seu esclarecimento. Este debate parece-me decisivo.

As principais teses de J. M. P.

Três capítulos de volume equivalente ordenam-se sobre as questões: de que socialismo se trata?; distinção entre pré-revolução e transição para o socialismo; análise do caso português, à luz teórica elaborada nos dois primeiros capítulos.

1.º — O socialismo é a negação do capitalismo, opondo à propriedade privada dos meios de produção e à consequente anarquia económica a socialização e o plano; à produção visando a criação de valor de troca e o lucro, o primado dos valores de uso, tendente ao desaparecimento do dinheiro; à relação salarial de exploração, o trabalho como serviço colectivo voluntário; propondo a atenuação gradual da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre campo e cidade, o controlo-gestão colectiva da produção, a criatividade colectiva das massas, a democracia de massas, a ordem assumida colectivamente, com milícias e consenso (cf p. 27-30).

2.º — Na perspectiva de que a revolução se fará na Rússia, com predomínio da agricultura (J.M.P. falará de "revoluções camponesas" para designar as que se realizaram em 1917, na China, em Cuba e no Vietname), o problema fundamental que se pôs foi o da "base material para a construção do socialismo", com duas opções possíveis na estratégia da aliança operários/camponeses: a duma industrialização acelerada à custa dos camponeses (adoptada pela URSS em 1929, implicando uma concepção economicista de "socialismo = partido operário no poder + propriedade colectiva dos meios de produção + plano + grande indústria pesada") ou a duma sólida aliança operários/camponeses, com o atraso consequente do processo de industrialização (China, Vietname, Cuba) (cf p. 32-45).

3.º — A esta questão se liga uma outra igualmente essencial: como articular o poder do Estado com a iniciativa e a participação das massas. O economicismo estalinista decide em função do poder do Estado que se burocratiza; a revolução cultural chinesa decide em sentido inverso (como o Lenine do "comunismo de guerra"), marcando a dominância do trabalho vivo sobre o investimento em meios de produção, o que explica a importância das pequenas e médias empresas na China face às empresas gigantes (p. 78) (cf. ainda p. 40-80). Evitar o economicismo e a burocratização, por um combate ideológico desde a primeira hora, é condição para uma transição para o socialismo, definida como fase em que se assegura progressivamente a inversão dos "critérios" capitalistas na economia (valor de troca e valor de uso), no poder político (Estado e controlo das massas) e na ideologia: o socialismo, fase entre o capitalismo e o comunismo, existirá quando os "critérios" comunistas começarem a ser dominantes, embora ainda não eliminados completamente os capitalistas (Cf. p. 80-88).

4.º — Distinguir pré-revolução e transição para o socialismo é capital na teoria de J.M.P.. Entre as duas, a tomada do poder político pelo proletariado. Duas hipóteses possíveis: uma fase de luta armada, mais ou menos longa, uma fase de crise política global, qualquer delas susceptíveis ou não de serem seguidas de revolução. Três características desta indispensável fase pré-revolucionária: a situação de duplo poder (territorialmente distinto no caso de luta armada), ruir dos mecanismos económicos capitalistas, governos instáveis, de coligação. Mas, mesmo neseu caso, houve sempre afrontamento armado, ou após conquista do poder político (URSS), ou com derrota do proletariado (guerra civil em Espanha, Itália e Alemanha nos anos 20, Chile) (cf. p. 89-117).

Burguesia e revolução e a questão

FERNANDO BELO

5.^o — Aqui se põe uma questão de fundo, no que se refere ao caso português ou chileno, enunciada por Gramsci: a existência de uma larga “classe média” (ou duma “nova pequena burguesia”)(1) postula a necessidade duma conquista hegemónica ideológica pelo proletariado antes da conquista do poder político (é o que caracterizará a fase pré-revolucionária neste tipo de formações sociais já suficientemente capitalistas); ou seja, a questão estratégica principal já não é a duma simples aliança entre proletariado e campesinato, mas a “duma aliança de outro tipo, especificamente entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa” (p. 152) (Cf. p. 48-52, 91-92, 152-153).

6.^o — J.M.P. distingue duas etapas na transição para o socialismo, e, na primeira, dois períodos. O primeiro período, tanto mais longo quanto mais curta foi a luta armada, caracteriza-se pela desagregação económica (sabotagem económica, fuga dos patrões, dos capitais e dos técnicos, etc) e pela impossibilidade consequente de planificação socialista; o segundo, pela recuperação económica ligada à planificação. A segunda etapa é a do início da construção do socialismo. Em qualquer destas etapas, a existência dum largo campesinato num caso, da tal “nova pequena burguesia” no outro, tornam indispensável a existência duma direcção política segura. (Cf. p. 117-141).

7.^o — Na transição para o socialismo, necessidade de um poder com larga base popular, com dominância da “ideologia proletária” e com “uma relação dialéctica muito tensa entre partido e massas, que só poderá ser resolvida com uma crescente democracia de massas” (p. 155) (Cf. p. 142-155). O conflito entre duas lógicas, capitalista e socialista, põe ao nível económico, além da questão da independência nacional (p. 158-161), a da centralização/descentralização do plano, de forma a evitar um plano ultra-centralizado, com a respectiva “irracionalidade” (equivalente à da concorrência capitalista, cf. p. 140) e burocratização economista (questão posta historicamente pela revolução chinesa) (Cf. p. 156-180).

8.^o — Estas sete teses, sumariamente aduzidas aqui e apoiadas em J.M.P. por constantes citações de textos e resumos de análises das situações históricas, permitem ao autor, na abordagem, em apenas 80 páginas, do caso português, desmistificar a “originalidade da via portuguesa”, cuja especificidade é apenas a da existência do

M.F.A., resultante da queda do fascismo ser resultado imediato do impasse colonial. Portugal viveu e ainda vive um caso relativamente típico de “situação pré-revolucionária”. Esta conheceu, entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, um duplo impasse: político e económico.

9.^o — O impasse político, segundo J.M.P., resultou de o P.C.P., dito “partido potencialmente revolucionário” (Cf. n. 9, p. 199), por “se ter colocado no campo do poder de Estado (e não do poder de base, que aparece a ‘dobrá-lo’), fez desviar a questão do poder na sociedade para a questão do poder dentro das Forças Armadas” (p. 198). Assim, em relação aos três aspectos típicos duma situação pré-revolucionária: na situação de duplo poder, o bloqueio do processo “resultou da divisão entre uma suposta ‘vanguarda’, só interessada nos movimentos de aparelho (...) e um movimento popular entregue a si próprio” (p. 212), buscando-se, “sobretudo a partir de certa altura, controlar (as comissões de base e órgãos populares) da forma mais secreta e antidemocrática” (p. 213); diante da “reação de defesa” dos capitalistas, utiliza-se uma estratégia anti-monopolista, com exclusão duma estratégia anticapitalista, sugerindo às massas que os avanços decisivos vêm do poder (nacionalizações, medidas antimonopolistas) e escamoteando por completo o papel fundamental dessas mesmas massas; em face de um governo e de um M.F.A. acima e árbitro da “luta de classes e pretendendo ser o “Estado ao serviço dos trabalhadores”, mas não defendendo de facto o essencial dos interesses de nenhuma das classes em luta, o P.C. pretende apenas “a salvação” desse mesmo Estado ocupando postos-chaves (estalinismo obtuso), e não a sua transformação, deixando o movimento de massas sem direcção política revolucionária. (Cf. p. 193-223).

10.^o — O impasse económico, por seu turno, resultou da ausência de “uma política de arrojo revolucionário”. J.M.P. dá uma série de exemplos sugestivos: revolucionarização do orçamento e do sector nacionalizado (exigindo-se também a nacionalização do comércio externo), redução das necessidades de liquidez criando curto-circuitos económicos adentro do sector Estado, alargamento da noção de controlo da produção, contratos do Estado com empresas falidas e construção civil, integração orçamental do sector estatizado com um estudo rápido a assegurar a participação dos trabalhadores e a evitar a burocratização, investimentos virados para a criação de postos de trabalho e independência nacional, reorientação rápida dos parceiros comer-



Porque razão não foi possível

ciais, apertada austeridade e racionamento igualitário. Todas estas medidas supondo uma ruptura com a economia capitalista e uma direcção revolucionária forte do movimento de massas, como se verificou, único caso, na Reforma Agrária. (Cf. p. 227-259).

A proposta de J.M.P. é extremamente sedutora para o não economista que eu sou. A partir da definição de socialismo, da posição rigorosa da perspectiva duma sociedade sem classes, resolutamente outra do que o capitalismo, como objectivo final da revolução. E na apresentação duma perspectiva concreta, económica, política e portuguesa, de via para essa sociedade sem classes. J.M.P. tem, sobre a maior parte, senão a totalidade, das análises que para aí se têm feito, a vantagem de não largar nunca o campo da economia e de nunca tratar das questões políticas sem as articular com as económicas. Tem a vantagem de não se situar, ele que foi membro de governo, do ponto de vista do aparelho de Estado, mas, antes pelo contrário, de ter como ideia força, ao longo de todo o texto, o acento nas possibilidades enormes da força dos trabalhadores na transformação da sociedade, dos trabalhadores enquanto força de trabalho e enquanto imaginação concreta, em oposição flagrantemente a todos os aprendizes de planificação estatal. A sua perspectiva põe radicalmente em questão o papel "dirigente" da burguesia, de qualquer burguesia, a do capital como a dos estudos: não haverá "direcção política" senão em relação constante com o movimento popular.

O seu texto tem outra vantagem: a de permitir propôr uma alternativa, ao menos no plano teórico, à análise do processo português, a de evitar que estas se fechem nas acusações mútuas entre partidos e partidinhos ou nas análises minuciosas e estereis dos acontecimentos políticos, o papel dos "Nove" em Agosto de 75, os paraquedistas e o "25 de Novembro", etc. Permite assim desbravar o terreno duma alternativa revolucionária, — até agora sempre um horizonte nebuloso de palavras e desejos.

Se a questão que ele põe, tratando embora do período de 74-75, é uma questão que permanece actual, sendo a alternativa fascização duma ou doutra maneira ou revolução, o debate do seu texto é extremamente importante, é um serviço prestado às forças que se reclamam da esquerda, do socialismo, da revolução.

Deixo de lado duas questões que J.M.P. não trata explicitamente, embora muito importantes. Uma é a de saber se a determinante do processo político de uma formação social como a portuguesa é a do seu processo interno ou se o conjunto dos factores económicos, tecnológicos, estratégicos da hemisfera imperialista não tem um peso inultrapassável (2). Outra é a questão da "revolução cultural", quando se trata da zona norte do país: a perspectiva de J.M.P. situa-se dominante, senão exclusivamente, em termos da grande indústria, do essencial do aparelho de Estado, dos campos do Alentejo; a sua proposta, a ter sido viável, não teria tido como consequên-

cia (mal menor?) o esmagamento ideológico da zona norte do país durante muitos anos?

Debater o texto de J.M.P. implica pôr esta questão: o que ele propõe é bonito, mas por que não foi possível? É ele um iluminado e mais ninguém viu o que ele propõe? Bastaria que uns tantos intelectuais o tivessem visto para terem jogado o papel de "intelectual colectivo" a que ele se refere na p. 265? Para o caso concreto das nacionalizações, J.M.P. afasta explicitamente esta hipótese: se não houve "investimento no socialismo" é "porque não havia condições" para tal (p. 234). Também a propósito da "fuga dos técnicos" e da necessidade de "uma direcção política do movimento de massas", acrescenta que o que propõe "é extremamente difícil durante a fase pré-revolucionária" (p. 232).

Por exemplo, várias vezes J.M.P. reclama um "poder revolucionário", uma "direcção revolucionária do movimento de massas" em alternativa aos governos provisórios sob a égide de Vasco Gonçalves (pp. 228, 234, 242, 249, 250, 255, 257, 265): por que razões não existiu essa direcção revolucionária? Bastaria que a estratégia do P.C. tivesse sido outra, não participando nos governos de coligação? A razão estará então na "cabeça" (no "subjectivo", como se diz) dos principais dirigentes desse partido? Ou houve qualquer coisa que tenha a ver com as características mesmas do processo português que tenha "obrigado" o P.C. a adoptar aquela estratégia?

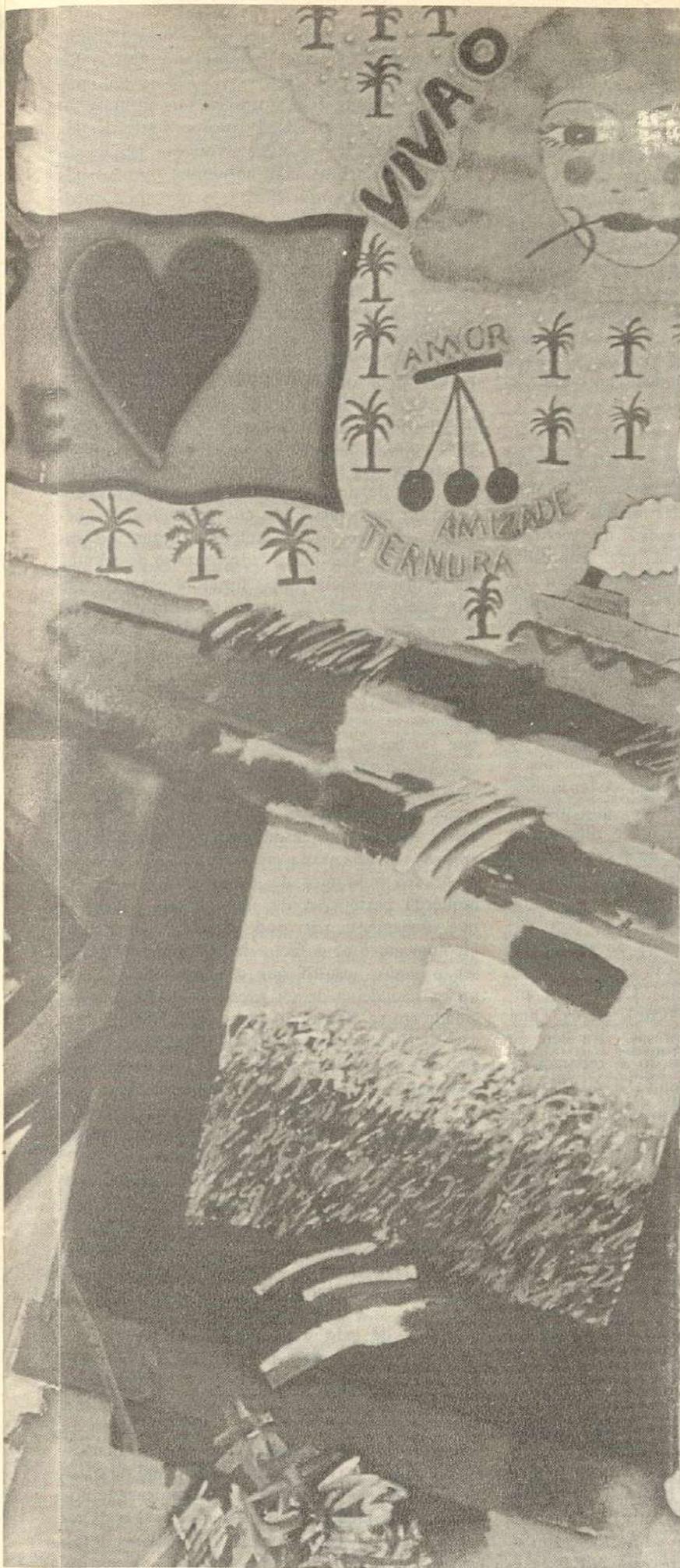
Julgo que um dos méritos do texto de J.M.P. é permitir responder a essa questão de forma diferente da que ele próprio responde, e é isso mesmo que vou aqui tentar, sabendo embora que nestas coisas sou um simples "curioso".

Se a minha leitura das principais teses deste texto é correcta, será possível encontrar um vício teórico fundamental na articulação entre os dois primeiros capítulos e o terceiro. As revoluções conseguidas até à data, que J.M.P. analisa e que caracteriza como "revoluções camponesas", têm como problema estratégico fundamental "a questão das alianças de classe operário-camponesas" (p. 32, cf. p. 123), enquanto "que, em países onde o campesinato se encontra reduzido a uma importância social e económica muito limitada (países altamente industrializados), a questão não se pode pôr do mesmo modo. A ditadura do proletariado tem, nesses casos, de assentar numa aliança de outro tipo, especificamente, entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa" (p. 152). A tese a que acima chamei 5.^a, abonada por Gramsci, justifica-se justamente pela necessidade teórica de abordar o caso português em termos diferentes dos das tais "revoluções camponesas".

Ora bem, ao iniciar a análise do impasse político do processo português, J.M.P. denuncia a estratégia do P.C. (colocar-se no campo do poder de Estado), argumentando assim: "interessa,

O PC e o aparelho de Estado





por exemplo, sublinhar que nunca (eu sublinho, F.B.) uma situação pré-revolucionária desembocou numa ruptura revolucionária estando o partido revolucionário — a vanguarda das massas — integrado no Governo, representante da legalidade institucional” (p. 198). Donde vem aquele “nunca”? Obviamente das revoluções até à data conseguidas, que foram todas “revoluções camponesas”, em que a questão fundamental é a da aliança operário-camponesa. Não será que o facto de se tratar duma situação pré-revolucionária, em que a aliança é a fazer com a “nova pequena burguesia de assalariados, não implicará justamente a necessidade de o partido que está de facto ligado ao proletariado tenha que assegurar também a aliança com essa pequena burguesia, e que tal não possa ser feito senão a partir da sua presença no aparelho de Estado, a que uma boa parte dela está ligada, sobretudo quando se nacionalizou a parte dominante da indústria, a banca e os seguros? A maior parte, senão a totalidade, dos exemplos de curto-circuitagem económica avançados por J.M.P. não pressupõem exactamente essa possibilidade de “directão revolucionária do movimento de massas” poder controlar o aparelho de Estado? Como o único exemplo conseguido, o da Reforma Agrária, com a legislação adequada, a criação de “novos órgãos de Estado descentralizados e profundamente ligados às massas” (p. 256)? A esta questão, e à das nacionalizações operadas, J.M.P. responde com um “não é evidente” (p. 204-205) a que o mínimo que se pode dizer é que se trata duma resposta “não evidente”, porque não responde. Ou seja, a questão do lugar do P.C. no aparelho de Estado não pode ser posta em termos de “não estar lá” mas de “estar lá, sim, mas para fazer o quê”, ou seja a questão da sua relação com o movimento de massas, e esta parte da crítica julgo-a fundamentada. Por que não esteve da maneira adequada a um processo revolucionário? Questão de “estalinismo obtuso”, sem mais? Poder-se-ia argumentar, e porquê esse “estalinismo” em Portugal? Para responder, seria necessário um outro tipo de análise que não está ao meu alcance, mas haverá que pôr uma questão que tem algo a ver com ela, e que diz respeito à famigerada “nova pequena burguesia”.

Mas, antes disso, assinala-se que esta indicação dum possível “vício teórico” no texto em debate poderá pôr a questão da distinção tão marcada entre “fase pré-revolucionária” e “transição para o socialismo”: se ela parece correcta para as “revoluções camponesas”, sê-lo-á ainda para formações sociais como o Chile e Portugal? (3). As nacionalizações, o início da Reforma Agrária, a curto-circuitagem económica proposta por J.M.P., segundo a sua conceptualização, relevam precisamente da “transição para o socialismo” e não duma “fase pré-revolucionária”, como o próprio texto o reconhece (cf. p. 118 e 232, por exemplo). Talvez se tenha de dizer que uma das especificidades das formações sociais já suficientemente avançadas no capitalismo seja a da sobreposição da fase pré-revolucionária e da transição para o socialismo. Sempre por causa da “nova pequena burguesia”.

A QUESTÃO DA "NOVA PEQUENA BURGUESIA"

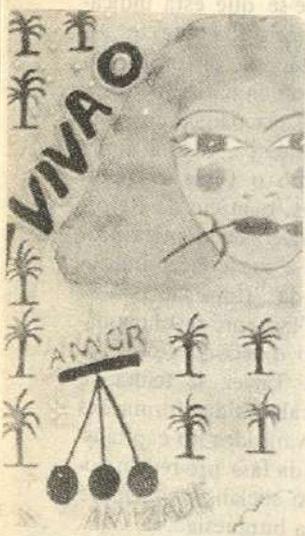
Começemos por um índice curioso. Só a Reforma Agrária conseguiu a ruptura preconizada por J.M.P.: terá isso que ver com o facto de ser um campo de que essa nova pequena burguesia (e bem assim o operariado) está ausente, de forma significativa? Pergunta insidiosa, porventura, mas que obriga a definir o lugar dessa "nova pequena burguesia" (N.P.B.) na economia e no aparelho de Estado e a pôr a viabilidade dos outros exemplos de curto-circuitagem económica propostos por J.M.P. diante justamente dos interesses de classe da N.P.B. sendo certo que, na análise do caso português, se a não tem praticamente em conta, quando a importação teórica de Gramsci levaria a pensar que a aliança camponato/operariado/nova pequena burguesia deveria ser a chave dessa análise.

Como a caracterizar em termos de lugar específico na estrutura da formação social? J.M.P. coloca sob o termo "camadas médias" os "pequenos empresários, empregados de serviços, funcionários, profissões liberais, etc., impregnados de ideologia pequeno-burguesa (o sector terciário, do funcionalismo e dos serviços, representava, mais de 40% do Produto Interno — o que vale como 'indicador' apenas, pois o que caracteriza tais sectores, em geral, é precisamente a sua natureza improdutivo)" (p. 262). Deixemos de lado os pequenos empresários, correspondentes ao conceito de pequena burguesia do século XIX de Marx e as profissões liberais, a ligar às classes de média burguesia. A terminologia "serviços", "sector terciário", que provém de sociologias suspeitas, mascara a dificuldade justamente de situar a N.P.B. de assalariados na estrutura da formação social. Indiquemos, de forma não exaustiva, os sectores onde ela é manifesta: banca, seguros, previdência, função pública, "escritórios" (de empresas de grande dimensão), transportes (TAP, CP, companhias de navegação, Carris, camionagem), CTT, TLP, imprensa (escrita, rádio, TV, edição), escola. Qual é a prática deste tipo de empresas, para além de conterem sectores de produção e reparação? Não é produtiva, como assinala a citação de J.M.P. que acabamos de fazer. As três primeiras categorias da lista asseguram circulação monetária, em termos gerais; as três seguintes, a circulação de "organização política", se se pode dizer, ou seja, trata-se de "burocracia", no sentido corrente da palavra, em que "cracia" indica o poder de organizar os lugares dos agentes na formação social, de garantir a sua "ordem", não na produção de bens mas na sua circulação; as últimas enfim, a circulação de informações, de textos, de ideologia, em termos gerais ainda. Ou seja, o que especifica a N.P.B. das formações capitalistas que desenvolveram gigantescamente a dimensão das suas estruturas (monopolismo de Estado, como se diz) é a sua inserção nos **aparelhos de circulação** de tais formações sociais. 40% do P.I., indica J.M.P.. O que permite avaliar o peso desta circulação, dos salários que ela implica nomeadamente, no conjunto da produção dum país. Donde resulta que se possa formular a **contradição** específica entre esta N.P.B. e o

camponato e o operariado produtores de valor. Uma parte extremamente importante deste valor é desviado para os salários da N.P.B., o seu crescimento recente (em Portugal, nos últimos 20 anos) faz-se em detrimento dos produtores. Por isso se trata de burguesia, embora "pequena", ou seja assalariada, com interesses opostos aos das burguesias proprietárias, o que, por outro lado, justifica a necessidade da tal aliança.

Ideologicamente, como caracterizar a N.P.B.? "A penetração imperialista, diz J.M.P., revelava-se um poderoso 'agente ideológico' de imposição de modelos de consumo, de comportamentos e aspirações sociais, ou seja, de 'conservadorismo' e 'conservadorismo' políticos — no mais forte sentido, e não apenas eleitoral, da palavra política" (p. 262-3). Em que consiste este 'conservadorismo'? Na defesa da sua posição (emprego) e do seu salário: são conservadores, antes de mais, contra tudo o que ameace a estrutura burocrática em que se inserem. Começa-se a perceber aonde pretendo chegar, mas vamos devagar. Por outro lado, trata-se de agentes da formação social que "foram à escola", que têm acesso à leitura corrente na formação social o que lhes permite uma **mobilidade ideológica** relativa, acentuada pela "individualização" urbana do seu estatuto e pela penetração dos tais modelos de consumo. Nos seus elementos, encontram-se pessoas com um leque ideológico que vai da extrema direita à extrema esquerda, caso praticamente único em todas as classes sociais (4). Mas da atenção! Desde que os seus interesses de "conservação" do emprego e do salário sejam respeitados, desde que a estrutura burocrática não seja posta em questão. (Uma grande parte dos militantes de esquerda e de extrema esquerda pertencem de facto a esta N.P.B., o que obviamente não pode deixar de os marcar ideologicamente; o facto de "pequeno-burguês" ser o maior insulto que se possa fazer nesses meios não deixa de ser revelador da sua incapacidade em se assumirem como agentes da formação social e de assumirem o seu discurso ideológico e a sua prática política por aquilo que eles são, como se a leitura de Marx, Lenine e Mao os tivesse "transformado" ideologicamente para além das suas **condições materiais** de prática quotidiana; o que talvez explique também a incapacidade de análise política frequente de muitas destas organizações, ou seja, o facto de que foram e são incapazes de pôr o problema político português nos termos em que Gramsci os põe, de aliança entre camponato, operariado e nova pequena burguesia!).

Deixo de lado uma questão mais geral que aqui se poderia pôr: a da razão de os países que já não são "sub-desenvolvidos" e não estão industrializados ainda, em grosso a Europa e a América Latinas, conhecerem um fenómeno de desenvolvimento irracional dum discurso marxista especulativo (e não analítico), cheio de ortodoxias e de excomunhões, e isso não sucede nos países mais industrializados; bem como o da relação desta questão com a catolicidade dominante de uns e o protestantismo de outros



(J.M.P. assinala a questão de passagem, p. 29, n. 9, em óptica weberiana). Mas não é questão de somenos, pois que ela se relaciona com a famosa questão da "revolução cultural" em países ocidentais e com a tese gramsciana da necessária hegemonia ideológica antes da tomada do poder político.

O ponto aonde eu queria chegar tem a ver com os exemplos de curte-circuitagem económica apresentados por J.M.P.: analisados um a um, verificar-se-á que todos se inserem na polémica do texto contra o burocracismo e que, portanto, teriam como consequência, ao serem aplicados, porem em questão, ao menos a médio prazo, mas com consciência imediata desse perigo pelos ameaçados por tais medidas curto-circuitadoras, uma parte importante dessa N.P.B.. Esses exemplos todos favorecem sistematicamente os produtores e vão contra os interesses imediatos dos circuladores, se se me permite o termo.

A meu ver, assim se explica, em termos de luta de classes e não de intenções subjectivas, que não tenha aparecido a tal "direcção política do movimento revolucionário". "Em muitas situações, contudo, as soluções de ruptura não emergiram imediatamente da prática social, até porque o sistema capitalista se caracteriza pela separação dos produtores (e dos trabalhadores em geral) uns dos outros, em unidades e locais de trabalho distintos, em actividades compartimentadas, articuladas precisamente com uma estrutura complexa dificilmente apreensível ao produtor individual (ou mesmo ao nível do simples colectivo de trabalho). Competiria ao 'intelectual colectivo', em cada situação concreta, face a cada 'resposta' titubeante de um poder fraco, pôr alternativas novas; revolucionárias, mobilizadoras", diz J.M.P. (p. 265). O que significa que a apreensão da estrutura complexa só é possível ao "intelectual", ao que tem estudos, ao "pequeno burguês". Isso iria contra os seus interesses imediatos de classe: não vejo outra razão para se explicar por que é que a tal direcção revolucionária não apareceu. Ela teria que se assumir como "vanguarda pequeno-burguesa" no seio da aliança campesinato-operariado-pequena burguesia!

Também julgo que se explica a estratégia do P.C., para além da "inteligência" ou da "obtusidade" dos seus dirigentes: o seu aparelho era constituído em grande parte por militantes da N.P.B. e foram estes, normalmente, que tomaram a iniciativa nos seus locais de trabalho, os aparelhos de circulação. O partido não podendo reduzir drasticamente o seu aparelho à fracção proletária (num país com 40% de P.I. relevando da N.P.B., isso seria suicidário para o aparelho!), não podia também oferecer uma estratégia que levasse parte importante dos seus militantes a uma prática igualmente suicidária em termos de classe!

Se se quisesse dar exemplos desta dificuldade concreta, teria que se perguntar quais foram os bloqueios concretos que se puseram às experiências do S.A.A.L. (cf. p. 233, n. 33) e aos C.R.R.A.: eles terão vindo das direcções burocráticas (ministério das Finanças, câmaras muni-

cipais, sistema jurídico, para o caso do S.A.A.L.), antes de mais, mas haverá que ter em conta o desabafo de alguns membros de Governos provisórios (o próprio João Martins Pereira o poderá dizer), vencidos na sua vontade de governação pela rotina das burocracias dependentes deles, opondo resistências paralisantes às tentativas de eficácia e rapidez. O que leva a pensar que o aparelho de Estado, no estágio de desenvolvimento actual, não pode ser visto apenas como um "instrumento da classe dominante", com o que o termo de "instrumento" implica de maneabilidade, mas como estruturas extremamente pesadas e de difícil capacidade de mutação: para além da "intenção revolucionária" que tivessem os seus membros, por hipótese, é a própria rotina que faz parte da estrutura, até da estrutura mental dos próprios agentes, a tal N.P.B. que "aprende" a fazer uma coisa e está desprovida de capacidade de aprender rapidamente a fazer outra.

Se nos entregamos ao jogo de pensar o que teria sido o desenvolvimento revolucionário da Reforma Agrária, o processo de transformação das relações sociais sob o impulso do movimento popular, tal como alguns trabalhadores e militantes o pensavam no Outono de 75, jogo que tentei com Vitor Matias Ferreira, teríamos que prever os bloqueamentos vindos do Ministério das Finanças e da banca nacionalizada, nas suas relações burocráticas com o Ministério da Agricultura, em primeiro lugar; em seguida, se as adubadeiras nacionalizadas e a Metalúrgica Duarte Ferreira (produtora de alfaías agrícolas) quisessem (e quiseram, mas as Comissões de trabalhadores) entrar em fornecimento directo às unidades colectivas de produção, os Ministérios e burocracias a entrar (Indústria e Tecnologia, para começar); para se estudarem e construírem barragens agrícolas, mesmo pequenas, além do Ministério do Equipamento, viriam os cimentos, o ferro da Siderurgia; para se promover uma saúde adequada, creches e cantinas, seria o Ministério dos Assuntos Sociais e a sua pesadíssima máquina; para a alfabetização e ensino de contabilidade, o monstruoso M.E.C. De tudo isto, houve tentativas de parte quer de algumas Unidades colectivas, quer de militantes variados ligados aos vários tipos de prática. Nunca se ultrapassou o estágio de experiências isoladas, locais, dependentes da imaginação e da boa vontade dos que em tal se meteram. Mas quando se pensa em termos de 450 unidades colectivas, de mais de uma centena de milhar de trabalhadores rurais, de um terço da geografia de Portugal, quando se sabe o que é a rotina e o peso das tais burocracias, é que se pode avaliar o que representa a famosa N.P.B.. Como seria possível avançar, se o P.C.P., por hipótese animando e dirigindo um tal processo, o fizesse de fora do aparelho de Estado e por aí vindo à tomada do poder? Tal hipótese, pela enormidade da sua inverosimilhança, obriga a retomar a questão da hegemonia ideológica posta por Gramsci.

Para pôr esta questão, será necessário mudar de registo na discussão. O que foi a hegemonia



QUE REVOLUÇÃO

A necessária hegemonia ideológica

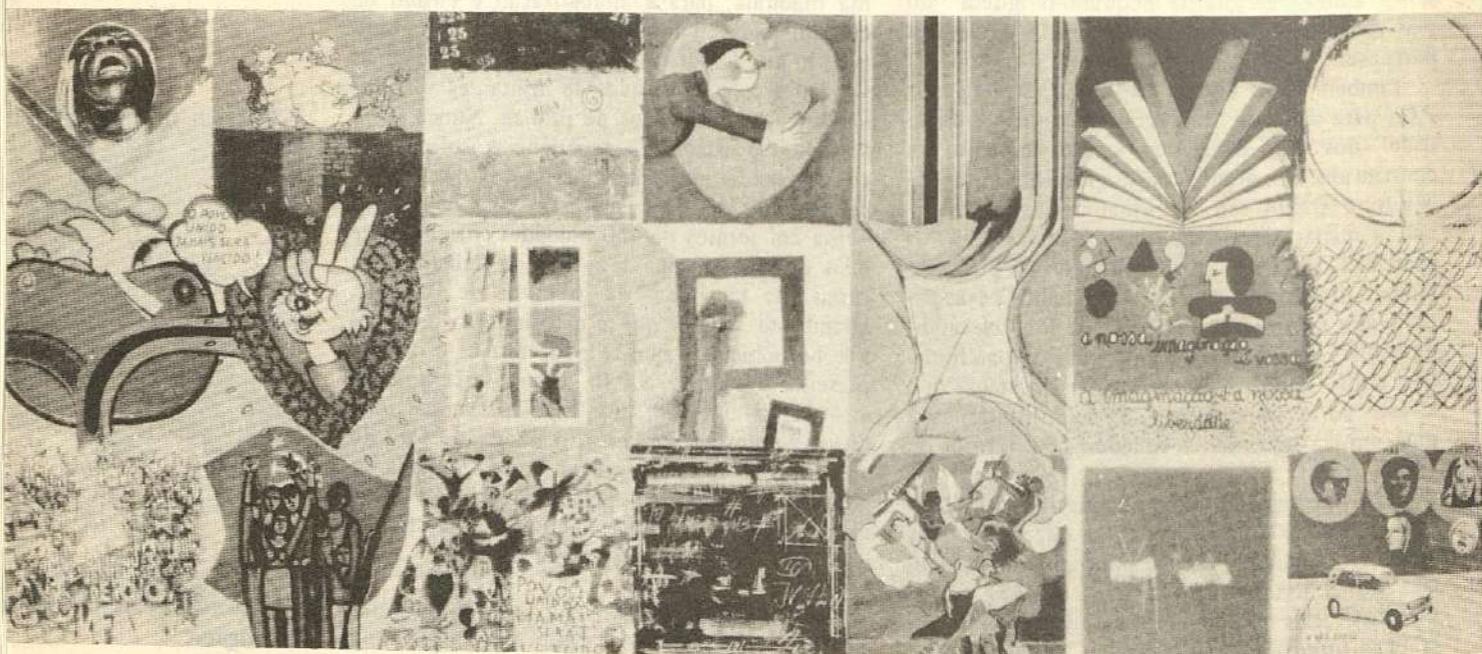
QUE REVOLUÇÃO?

conquistada pela burguesia, a que se refere J.M.P. (p. 89-90)? Comece-se por notar a raiz etimológica do termo "pensamento", que vem de "pesar", do termo "razão", de "ratio", que é originalmente "ração": o que nestas etimologias se indica é a origem do pensamento e da razão ocidentais no comércio dos mercadores, ou seja, no cálculo comercial, no peso e na medida. Ou ainda, que o pensamento ocidental, aquele que a burguesia teve que impôr, foi nada mais nada menos do que a lógica da lei do valor, a lógica e a racionalidade do lucro. Ora, J.M.P. assinala várias vezes que é contra o estágio actual desta racionalidade que é necessário romper para passar ao socialismo. Os seus exemplos de curto-circuitagem vão todos na linha desta anti-racionalidade dominante, vão todos contra o discurso económico dominante. O que é próprio desse discurso, e Marx permitiu romper com isso teoricamente, mas não é certo que essa ruptura se tenha dado de facto (na China?), é não dar nenhum lugar ao proletariado enquanto portador de acção, de discurso, de força (produtiva e revolucionária): em tal discurso, o proletariado desaparece na rubrica "salários", está apagado por números e por contas! Tomar o poder, para o proletariado, significará tomar o poder de fazer coisas não sujeitas aos números e às contas, justamente o que os exemplos de J.M.P. reclamam, e esse é o mérito enorme do seu texto, a meu ver, o de pôr enfim, e por alguém que é economista, a subversão desse discurso economista pelo proletariado como condição de passagem ao socialismo. Mas justamente estamos no tempo em que essa racionalidade (nomeadamente pelos mecanismos do dinheiro, no seu uso corrente) atingiu os poros mais finos da estrutura social, a saber todo o consumo, mesmo o dos tempos ditos livres, a burocracia e os ditos serviços, a estrutura mental de todos os agentes da formação social, incluindo os operários! (Incluindo também, é claro, o Exército: por que fez este Tancos e o 25 de Novembro? Primeiro, porque o objectivo anti-colonial do M.F.A. do 25 de Abril se transformou em anti-monopolis-

mo, após o 11 de Março; segundo porque a democratização tentada no Exército punha em questão o seu funcionamento próprio, o único que eles — rotineiramente, enquanto N.P.B. armada — conheciam, Vasco Gonçalves reconheceu-o recentemente; enfim, porque o seu fim próprio, dos oficiais, é dar "ordem": para serem cumpridas, para impôr a "ordem" qual? a ordem das contas, do cálculo, a "ordem" do capital dos números acumulados. O que significa que esta questão da hegemonia tem também que ver com as Forças Armadas e que é cegueira política julgar que se trata apenas de opôr soldados e marinheiros a oficiais e sargentos!).

Voltemos à N.P.B.. O que é que esta faz, nos seus "escritórios"? Preenche papéis, claro, mas sobretudo (é a finalidade desses papéis) faz contas: a N.P.B. existe para calcular (hoje está sendo substituída pelos computadores para isso) e nunca para pôr os problemas a que essas contas dizem respeito. Daí a rotina, aliás. A N.P.B. é efeito directo do discurso económico do capitalismo, do cálculo, da lei do valor! (5). Por isso o socialismo não pode deixar de a pôr em questão, como o assinala a polémica antiburocrática de J.M.P.

Quer isto dizer que a revolução é impossível? De forma nenhuma, mas de que é lenta e longa, extremamente complexa, e exige como condição "sine qua non" a conquista da hegemonia ideológica por uma parte muito larga do proletariado, do campesinato e da nova pequena burguesia. Disto eu tinha consciência muito confusa antes de ler o texto de J.M.P.. Por isso saúdo este texto como um texto fundamental, novo, enorme, capaz de pôr em questão, a partir da economia (como Marx), o discurso marxista tradicional, feito de repetições, de citações importadas de outras condições históricas, incapaz de analisar as situações novas postas às formulações ocidentais. É essa a ambição do texto, aliás, que se deu o trabalho de reler Marx e Engels, os principais processos revolucionários,



como condição de pôr novos problemas à análise e à estratégia revolucionária.

O processo português aí está, espécie de laboratório oferecido às análises teóricas, às discussões de militantes, à imaginação enfim. Concretamente, julgo que o texto de J.M.P. poderá permitir uma análise concreta das lutas havidas (para que volte a haver) pondo novas questões: quais os obstáculos concretos que se lhes levantaram, alguma vez as sugestões avançadas por J.M.P. foram encaradas pelos militantes e pelos dirigentes políticos? Se sim, quais os obstáculos? Se não, por que não foram sequer pensadas? Que obsta a que se as pense? Quais as relações reais, nas lutas, entre proletariado e nova pequena burguesia? Ou seja, e será o pano de fundo do debate, como é possível pensar a aliança operariado-camponês-nova pequena burguesia em termos concretos, a partir das estruturas capitalistas existentes (com capitais, capitães e cabeças pensantes especializadas).

Se se conseguir, e não será difícil, articular esta questão de fundo com a da ecologia, com a da trama da vida quotidiana, com a do desabamento da família, com a da nova escola ligada à sociedade (tudo questões postas por elementos da N.P.B. e negligenciadas pelos marxistas puros e duros como "pequeno-burguesia"!), teremos aí a trama essencial do debate a instaurar para a tal conquista da hegemonia ideológica. Tarefa longa, é bem certo: razão de peso para começar rapidamente e para jogar a fundo. Haverá dificuldades imensas, mas também algum prazer. ■

NOTAS

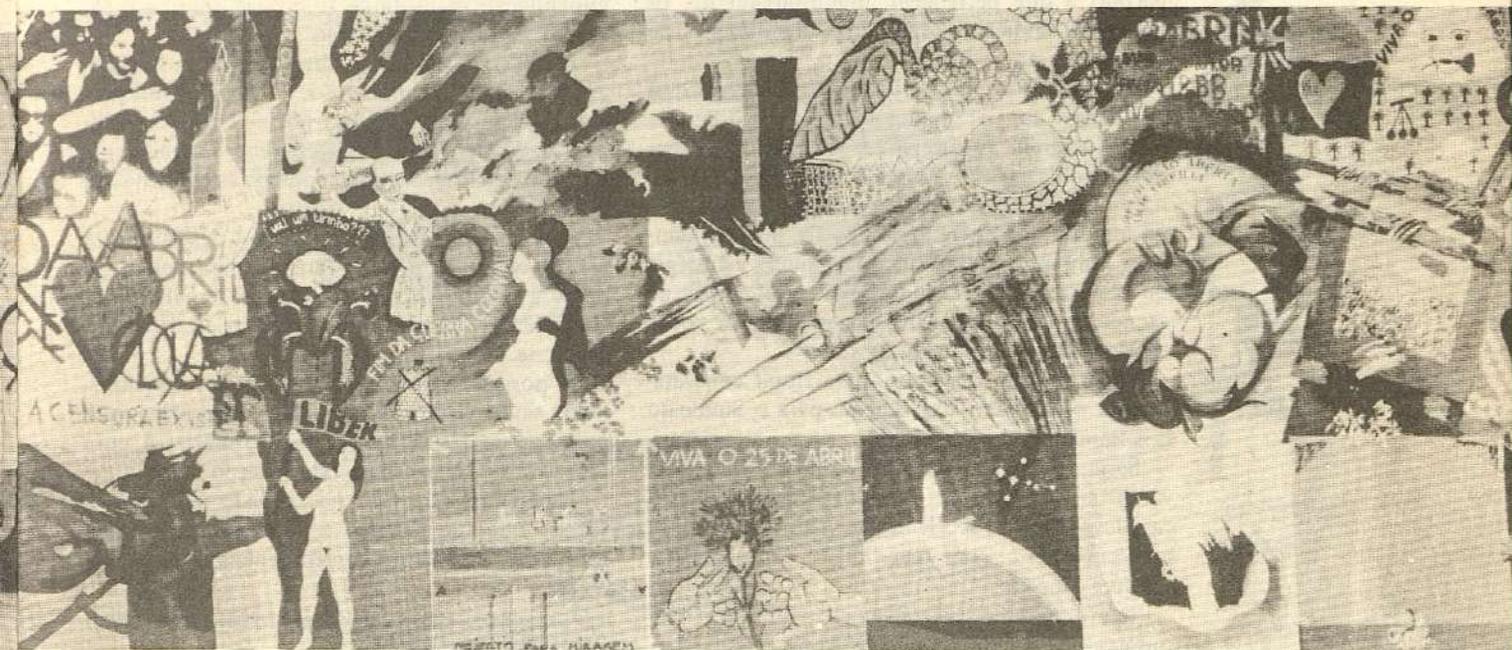
- (1) J.M.P. nunca utiliza esta terminologia "nova pequena burguesia" (N.P.B.), que em certos sectores se está impondo, e que adiante procuraremos caracterizar.
- (2) J.M.P. propõe, mas não demonstra, a dominância dos factores internos (p. 257-259).
- (3) Note-se que há uma diferença importante entre estas duas formações sociais, que tem muito a ver com

esta questão do P.C. e do aparelho de Estado. Segundo A. Touraine, em *Vida e morte do Chile popular*, o Estado chileno era relativamente débil diante das organizações gremiais das burguesias chilenas e do seu controle dos órgãos de comunicação social, TV inclusivé; foi essa debilidade que liquidou Allende. Em Portugal, o Estado herdado do fascismo era obviamente extremamente poderoso, o que eventualmente explicará a rapidez com que foi possível nacionalizar como se nacionalizou e como se operou o processo da Reforma Agrária. Também explicará a estratégia do P.C., embora as razões de fundo sejam outras, como direi.

(4) A utilização costumeira da terminologia "opção de classe" é típica da N.P.B., é sintoma da mobilidade ideológica desta classe. Nem as grande e média burguesia, nem o proletariado, têm "opção de classe" a fazer.

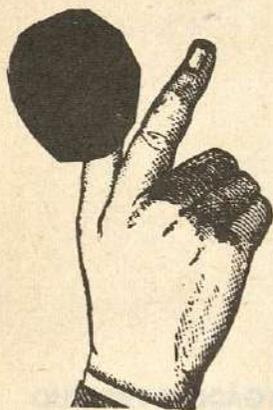
(5) Obviamente, não se trata aqui de propor uma qualquer guerra quixotesca às contas ou ao cálculo (tenho uma formação de base de engenheiro!). Mas de sublinhar que há uma divisão do trabalho adentro da burocracia, que permitirá eventualmente distinguir entre N.P.B. e burguesia burocrática: esta é que "põe os problemas", quem diz que contas há a fazer; aquela faz as contas, rotineiramente. Onde a sua falta de imaginação, que está ligada, adentro da burocracia, à "posição dos problemas".

Esta N.P.B. desenvolveu-se em Portugal a partir dos anos 50, com o surto de escolas secundárias por todo o país. Filhos de operários e de camponeses, ao entrarem para estas escolas e depois para um tipo novo de empregos e para um novo estatuto de consumo, cortaram-se da "cultura" própria das suas classes de origem, criando um novo tipo de "cultura" urbana, artificial, sem raízes infantis, feita de estereótipos e de modas, que explicará em parte a tal "mobilidade ideológica". Enquanto que as outras classes sociais mantiveram todas um enraizamento cultural, operário, camponês ou burguês que explica, também em parte, a sua fixidez ideológica. Esta N.P.B. é assim efeito da escola, que é justamente o aparelho ideológico de Estado típico do capitalismo. Que lhes ensina essa escola? Elementos ideológicos burgueses dispersos (que lhes dão "aspirações" a serem burgueses como os outros), muito pouco conteúdo de "conhecimentos" interessantes do ponto de vista do trabalho que virão a fazer, e sobretudo que os ensina a ler, escrever e contar; e é disto que a burguesia terá necessidade!



Qual é neste momento a estratégia sindical correcta ?

FERNANDA LOPES CARDOSO ★



Nas últimas semanas assistiu-se, por um lado, ao agudizar de conflitos sectoriais, quer ao nível sindical quer directamente ao nível das empresas. Conflitos, quase sempre, de carácter reivindicativo, em torno das negociações de acordos ou Contratos Colectivos.

Num ou noutro caso, porém, a reivindicação material é ultrapassada por divergências mais amplas com o patronato — caso da Sociedade Nacional de Sabões — ou directamente com o Estado, como acontece na luta conduzida pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Esta agudização dos conflitos laborais — que parece ser a tónica do último comunicado da CGTP-IN —, vai de par com um certo endurecimento nas negociações de listas sindicais, em que o PCP parece ter optado por uma estratégia global de afirmação própria, após uma fase em que foram constituídas de facto, algumas listas sindicais unitárias.

Como é óbvio, as lutas sindicais não são isoláveis — nem existem isoladas — do contexto político global em que se inserem. Assim como, no caso particular de Portugal, as posições que o Movimento Sindical assume não podem deixar de estar ligadas às posições políticas do PCP, partido a que pertencem, maioritariamente, os dirigentes sindicais — tanto nas organizações de base, como na CGTP-IN.

Significa isto que o Movimento Sindical “está enfeudado” ou é “manipulado” pelo PCP? De modo nenhum o afirmámos. Não deixa porém de reflectir na sua orientação geral, pela razão, natural e iniludível da sua própria presença, a da maioria dos dirigentes sindicais, que são também militantes comunistas. Daí que a estratégia de alianças a nível sindical entre as forças de esquerda tenha, ela também, que ter em conta essa realidade.

Serve, o que dissemos, para situar concretamente, o problema das eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Seria, em nosso entender, inútil voltar a levantar o problema da divisão (perigosa) das forças de esquerda, se ele tivesse sido, neste caso, suficientemente compreendido — porque claramente explicado.

Na verdade, as negociações para uma lista unitária decorreram sem problemas e sem cho-

ques enquanto se discutiram apenas os princípios gerais. A lista unitária parecia possível, as forças de esquerda — dada a divisão da direita e do PS —, pareciam em condições de se assegurarem a vitória.

Porém, a ruptura deu-se.

E deu-se, em nosso entender, porque a lista unitária, ganhando e desenvolvendo — como era de prever dada a qualidade dos sindicalistas que a compunham — um trabalho sindical correcto, poderia ser o veículo da implantação e crescimento duma nova força sindical de esquerda, autónoma do PCP. Daí a imprevista ruptura, como preventivo contra mais perigosos concorrentes futuros do que aqueles que hoje se opõem à hegemonia comunista no movimento sindical.

Daí, também, o concorrer-se às eleições separadamente. Para medir forças, para que a esquerda não comunista — como força sindical — se encontre e se apresente como entidade a não negligenciar em futuras acções comuns ou em futuras eleições sindicais.

Não invalida o que dissemos, que continuemos a ver como correcta uma estratégia sindical unitária. Não hegemonizada, sobretudo, por nenhuma força política, quando não houver implantação maioritárias marcadas como é o caso dos sindicatos de serviços.

É evidente que nos sindicatos operários, a hegemonia do PCP mantém-se — porque reflecte, até, a própria composição política dos sindicalizados activos. Não será essa hegemonia que impedirá a participação activa doutros sindicalistas na vida sindical.

Mas uma estratégia de unidade, desejável e, a nosso ver, única possível, não poderá deixar de reflectir também uma posição de respeito e de coexistência pelas diversas opções sindicais de esquerda.

A posição assumida na eleição dos bancários pelos sindicalistas da esquerda e comunista que apresentaram, eles uma lista unitária, é uma tentativa de tornar clara esta posição.

Esperemos que esta necessidade não volte a surgir, que, de futuro, o Movimento Sindical reflita de facto uma real democracia interna. ■

(*) Fernanda Lopes Cardoso é membro do Secretariado Nacional Executivo da UEDS.

Decorrido o período imediato ao 25 de Abril, os trabalhadores que, numa luta por vezes árdua, mas sempre viva e combativa, e unidos espontaneamente, conquistaram os seus mais elementares direitos como base para a construção duma sociedade melhor e mais justa, contra o capital e seus fiéis servidores, viram-se confrontados entre si pela intervenção partidária na organização do movimento sindical em torno da questão da Unicidade.

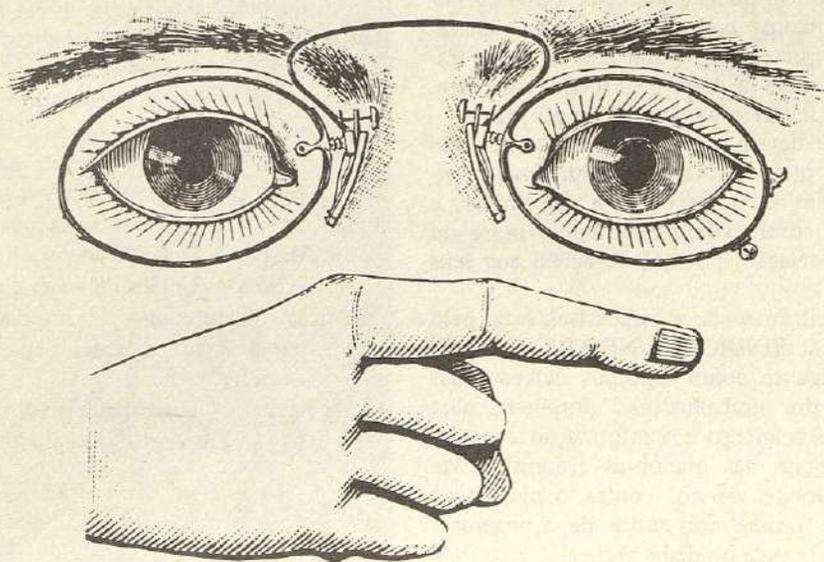
Desta cisão entre os trabalhadores, antes da liquidação das estruturas do anterior sistema corporativo-colonial e da criação de modelos alternativos consentâneos com o caminho inequivocamente escolhido, que era, e é, o Socialismo, tirou dividendos a classe exploradora, que logo aí, guiada pela "inteligência" imperialista norte-americana, escolheu para seu agente o Partido Socialista, o qual tem vindo progressivamente a cumprir o papel para que foi escolhido, culminando com a coligação P. S./C. D. S..

Olhamos em redor, e que nos resta? — O orgulho de ter conseguido elaborar uma Constituição que consagrou as conquistas operadas pelas massas trabalhadoras, não obstante a divisão que grassou durante o ano de 1975 no meio político e sindical, enquanto somos espectadores da destruição dessas mesmas conquistas por um Governo para quem a opulência e os privilégios não são desconhecidos, que deprecia os trabalhadores a quem acusa de não trabalharem, enquanto faz da Constituição letra morta. Na verdade, vimos os trabalhadores serem novamente objecto de exploração e opressão — não esqueçamos, entre outros casos, que foram mandadas fazer listas dos trabalhadores da função pública que aderiram à greve — quando votaram por forma a não existirem dúvidas nos Partidos que lhes eram afectos, para manterem o poder nas suas mãos e para construir o Socialismo, palavra de ordem de todas as campanhas eleitorais, especialmente do partido do mesmo nome e vencedor incontestável das mesmas.

O poder democrático dos Trabalhadores, o seu domínio político como factor principal das classes trabalhadoras, foi traído pelo Partido So-

cialista, especialmente pelos seus dirigentes, onde se destaca o seu líder Mário Soares, Vice-Presidente da Internacional Socialista, que de socialista só tem o nome, pois não passa de uma Associação dos grandes-patrões europeus, ligados com os cabecilhas do imperialismo norte-americano, que, em nome da democracia e dos direitos humanos, visam a neutralização das organizações dos trabalhadores servindo os fins dos grandes monopólios internacionais. Vimos o P. S. ir pela mão do C. D. S., partido que votou contra a Constituição, defender os interesses de uma minoria de privilegiados marginalizando os direitos da grande maioria que neles acreditou, pondo a descoberto que as promessas eleitorais não passaram duma fraude com que se vigarizou o povo português. A dita representação do povo na Assembleia da República, onde o P. S. tenta encobrir o carácter reaccionário resultante da sua opção de coligação com a direita, é uma mascarada, que nos é servida pela TV em dias de "festa" e que apenas tem servido para a descreditar, e tudo isto em nome do Socialismo. Vimos ainda os principais meios de comunicação, pagos com os nossos dinheiros, ao serviço do Governo e dos seus partidos; ouvimos o elogio dos inimigos da Revolução; vimos corrupção, compadrio, festas, almoçadas, pregação religiosa-obscurantista a par com a repressão aos trabalhadores, o aumento do custo de vida, a degradação das mais elementares condições de vida.

Por tudo isto, que não passou de um enunciar de títulos, pois muito mais haveria para dizer, impõe-se, como forma imediata e mais eficaz para desenvolver a nossa luta pela manutenção das conquistas alcançadas, a UNIDADE SINDICAL. A força do trabalho, motor para o desenvolvimento da Sociedade, a nossa actividade criadora na transformação da natureza e criação das riquezas materiais, base do progresso e da cultura, são a nossa arma, e permite que nos consideremos o sujeito da história. Torna-se fundamental para tanto que o movimento sindical se assuma unitário, reforçando a democracia no seu seio, combatendo a cisão.



ENCRUZILHADA SINDICAL

AMARINO
SABINO *

*Membro do
Secretariado Executivo
Nacional da UEDS



A hegemonia partidária dentro do movimento sindical terá de ser relegada, os trabalhadores não poderão servir de moeda de troca em quaisquer pactos, negociados publicamente ou nas suas costas.

A designação de esquerdismo não poderá servir para deixar uns quantos de fora, por vezes suficientes para assegurar a Vitória, porquanto o movimento sindical unitário deverá assentar na participação de todos em torno de um programa que defenda acima de tudo os direitos e os interesses dos trabalhadores. Cabe aqui referir, a título de exemplo, a introdução do Manifesto da Lista Unitária dos trabalhadores de escritório nas últimas eleições; cito: "Na hora que passa, e nos tempos difíceis que se avizinham, torna-se ainda mais fundamental UNIR todos os trabalhadores, não só porque a UNIDADE é uma aspiração profunda de todos nós, mas porque temos consciência de que divididos não teremos força para lutar pela melhoria das nossas condições de vida, e defender os nossos direitos e conquistas" e afirmo que a prática da Lista Unitária provou que a intenção do Manifesto não só estava absolutamente certa, mas também, que era possível a unidade, activa e participada. Já passaram quatro meses após a formação da Lista e recordamos que a classe foi consultada sobre o programa e atendidas as suas sugestões, ainda, sobre os candidatos e participou activamente em todo o processo. As reuniões com as comissões de apoio foram inúmeras e a A. Geral de 13 de Maio veio demonstrar pela participação e pelas intervenções, o conhecimento pomenorizado que todos tinham do processo eleitoral, que vieram a impugnar. É de justiça referir que a outra lista de esquerda esteve unida na mesma luta, os trabalhadores seus apoiantes também estiveram no Pavilhão dos Desportos e votaram por forma a demonstrar que a UNIDADE TOTAL em torno dos Sindicatos é possível (assim nós o queiramos).

Desta lição se deveria tirar exemplo, mas assim não foi, e disso temos o caso das eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas em que a unidade não foi conseguida, e eis-nos chegados à encruzilhada, e como quem procura o rumo, interrogamo-nos e reflectimos pensando a quem poderá interessar a divisão sindical. E obtemos como resposta que, apenas aqueles que pretendem o domínio da classe trabalhadora, senão no todo pelo menos em parte, para dela se servirem na negociação política.

A isso se devem opor os trabalhadores, não consentindo que o movimento sindical seja dividido em duas ou mais Centrais amestradas, e que apenas sirvam como contra-peso nesta ou naquela negociação, porventura alheia aos seus interesses.

Será difícil, mas não é impossível, lutar pelo MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO independente e actuante como legítimo defensor das conquistas dos trabalhadores. Impõe-se para tanto o esclarecimento e a informação constante, as denúncias das manobras cisionistas, venham elas donde vierem, contra o pluralismo sindical e as formas mais subtis de o promoverem. Em frente pela unidade sindical! ■

Filme da crise

- 22 de Fevereiro — O Governo repudia oficialmente as declarações do presidente da Líbia, coronel Khadafy, que preconizara a independência da Madeira e dos Açores.
- 25 de Fevereiro — O mau tempo instala-se em todo o País. Durante vários dias vento ciclónico e muita chuva causam estragos consideráveis nas culturas, comprometendo, entre outras, a produção cerealífera de 1978. Em Sines, e surpreendentemente, o mar destrói 400 metros de um molhe previsto para suportar a chamada "tempestade dos 100 anos". Muitas populações ficam desalojadas, especialmente, nas zonas ribeirinhas do Tejo e Douro.
- 26 de Fevereiro — Em Coimbra reúnem-se agricultores do Minho, Trás-os-Montes e Beiras que aprovam uma Carta de Lavoura e decidem criar a Confederação Nacional de Agricultura, vivamente contestada pela CAP. Para além desta organização, também os partidos de direita se opõem ao encontro, que conta com o apoio do governador civil do distrito e do bispo da diocese de Coimbra.
- 27 de Fevereiro — Fica completo o elenco do II Governo Constitucional com a posse de Jaime Gama como ministro da Administração Interna, e de mais dois secretários de Estado do sector da administração. Com 52 elementos, o "II" tem menos 7 personalidades que o "I".
- 2 de Março — O CDS nomeia os seus porta-vozes nas diferentes áreas governamentais. Esta equipa de dirigentes centristas passa a ser conhecida por "gabinete-sombra".
- 3 de Março — Uma maioria PS-CDS aprova, na Assembleia da República, a lei das

empresas em autogestão, cujo texto final é remetido para a Comissão de Trabalho onde serão clarificadas as "dúvidas" dos democratas-cristãos. Votam contra o PCP, a UDP e os deputados da UEDS. O PSD abstém-se.

10 de Março — Trabalhadores da Função Pública e Professores estão em greve nacional reivindicando, os primeiros, uma nova tabela salarial e os últimos a abertura de negociações com o ministro Sotomayor Cardia. Para os sindicatos, as greves atingem 80 por cento de adesão em todo o País, enquanto para os ministros eles não abrangem mais de 26 e 50 por cento dos trabalhadores respectivamente. Não restam dúvidas, no entanto, de que o aparelho de Estado foi seriamente abalado pelo maior dia de greve depois do 25 de Abril.

11 de Março — Vasco Lourenço evoca no Ralis o 11 de Março: "que a morte de um militar aqui ocorrida há três anos seja o símbolo de um acto condenável que convém recordar para que, servindo de ensinamento, não mais se repita e permita às Forças Armadas cumprir o seu verdadeiro papel nacional".

14 de Março — A reintegração de Rosa Coutinho é publicada na Ordem da Armada dando assim continuidade ao acórdão do Supremo Tribunal Militar que considerara sem efeito a passagem compulsiva à reserva determinada pelo CEMA, almirante Souto Cruz.

— Mário Soares parte para a América Latina na sua qualidade de Vice-presidente da Internacional Socialista.

15 de Março — Eanes não aceita o pedido de

demissão de Souto Cruz e reafirma a sua confiança no CEMA, sublinhando, em nota oficiosa, o respeito que lhe merece a atitude tomada por aquele militar no caso Rosa Coutinho, "em defesa de padrões ético-profissionais num quadro institucional indiscutível".

— O Governo envia à Assembleia da República os projectos de Orçamento Geral do Estado e do Plano para 1978. O primeiro documento prevê um défice de 60 milhões de contos (mais 12 que no ano anterior) e reduções drásticas nas despesas com o sector público. O Plano estima uma redução no défice para 41 milhões de contos, uma inflação na ordem dos 20 por cento e a estabilização do desemprego. O crescimento do PNB será contido em 3 por cento. Entretanto, os ministros confirmam o aumento generalizado de preços e o agravamento de certos impostos.

18 de Março — Um incêndio destrói totalmente o edifício da Faculdade de Ciências de Lisboa. Um telefonema anónimo reivindica para o "Comando de Defesa da Civilização Ocidental" a autoria do fogo. Subsistem no entanto dúvidas quanto à origem do incêndio.

18-19 de Março — Reune em Lisboa o Conselho Nacional da UEDS que procede à análise da situação política e ao balanço da actividade do movimento. Lopes Cardoso salienta "as contradições internas da coligação governamental e o agravamento da crise económica" antevendo uma crise política ainda antes de 1980.

O programa e a declaração de princípios do Partido Socialista são, talvez, dois dos documentos políticos mais promissores elaborados na Europa desde a II Guerra Mundial. Em comparação o programa do Partido Comunista é peregrino. Mas se o programa do PCP teve sempre um portador da sua mensagem defeituosa, o programa do PS continua à espera de uma força capaz de o traduzir para o plano da prática política.

Este facto explica-se, não pelo pretenso carácter "social-democrático" do PS, nem pela "traição" dos seus dirigentes, mas pela sua vacuidade ideológica. O Partido Socialista, enquanto organização política, é uma aglomeração amorfa de negações: nem estalinismo nem social-democracia, nem leninismo nem reformismo, nem PCP nem PSD, antes, e sobretudo, pelo contrário. As múltiplas negações que constituem o PS enquanto partido socialista, da maneira como são formuladas e sentidas pelos seus militantes, não são compatíveis entre si. Nada têm em comum senão o seu carácter negativo.

Não interessa, aqui, analisar a campanha contra a unicidade sindical, na qual a oratória de Salgado Zenha, a invocação de princípios liberais, a catalização de um difuso sentimento libertário entre sectores das classes trabalhadoras e o aproveitamento do anti-comunismo primário (e recalçado) da pequena burguesia fizeram do PS um partido de massas. Tampouco interessa analisar como, durante o verão "quente" de 1975, o PS colaborou com o PCP e outras forças para criar o mito do "gonçalvismo" e das "liberdades ameaçadas". (O "gonçalvismo", por social e politicamente inviável, não passou, efectivamente, de um mito; mas já que, como disse alguém, "em política o que parece é", serviu como pretexto eficaz para projectos políticos dos mais variados, desde o desvario esquerdista à conspiração revanchista e ao bombismo). Interessa, antes, constatar que, tendo-se definido pela negativa ao longo de 1975, o PS tem vindo desde então a adiar a clarificação necessária, a compatibilização entre o seu programa positivo e a base de apoio conseguida graças a uma auto-definição negativa.

O Partido Socialista é uma força política contraditória e ainda não se mostrou capaz de definir um projecto político coerente e autónomo. Um projecto alicerçado, por um lado, no seu programa e na sua declaração de princípios e, por outro lado, na sua inserção, enquanto força política, na complexa e desarticulada estrutura do país real — o que implica, necessariamente, que o PS tal como ele é hoje se desconhece a si próprio e se encontra, por conseguinte, impedido de assumir e superar as suas próprias contradições.

O discurso político do PS contém um elemento anarquizante que assume, embora de maneira não muito explícita ou coerente, a tradição do socialismo libertário. Este elemento, que se manifestou, por exemplo, na dinamização de comissões de trabalhadores numa altura em que o Partido Comunista sonhava com o aparelho de Estado, situa o PS claramente à esquerda do

NEM CAPITAL NEM DITADURA NEM MONOPÓLIOS NEM TORTURAS

ROBERTO ROWLAND

PCP. Simultaneamente, no entanto, o PS assume a tradição liberal e parlamentar europeia. Este segundo elemento traduz-se, naturalmente, no eleitoralismo e na insistência no "jogo democrático" exclusivamente parlamentar. Este elemento situa o PS claramente à direita do PCP.

A fórmula "socialismo em liberdade" reconcilia, mas de maneira puramente abstracta, estes dois elementos, transformando-os numa plataforma de oposição ao PCP e aos partidos da direita. Enquanto não forem explicitadas as "liberdades" a que se refere a fórmula — as da tradição libertária e as da tradição liberal — esta oposição será puramente formal. E enquanto não forem compatibilizadas as duas tradições não poderá haver um projecto autónomo do PS nem será possível dar um sentido concreto ao socialismo que se quer realizado "em liberdade". A recusa de assumir e superar as contradições que decorrem da combinação num único discurso de uma tradição de origem burguesa e de outra nascida das lutas e dos anseios dos trabalhadores obriga o PS a definir-se em função de outros partidos e dos discursos por eles veiculados.

No plano parlamentar, um partido de governo que se encontra entre dois fogos, que se define por uma dupla negativa, que não assume qualquer projecto próprio, e que detém apenas uma maioria relativa, encontrar-se-á condenado. Mantendo-se numa solidão orgulhosa nada fará. Só conseguirá governar se aceitar suprimir uma das oposições mas, ao fazê-lo, e não podendo afirmar através de negociações um projecto próprio, acabará por assumir as feições do parceiro que vier a escolher. O PS poderia ter optado por se transformar na ala direita do PCP ou na ala esquerda do PSD, mas o seu próprio instinto de sobrevivência levou a melhor. Preferiu uma política oscilante de alianças pontuais, e o I Governo Constitucional foi o que se viu: um governo "nacional" sem qualquer política coerentemente socialista. A insólita fórmula do II Governo Constitucional revela-se, nesta óptica, como a única compatível com a sobrevivência do Partido Socialista. Aliando-se ao CDS, partido com o qual não há risco de confusões ou osmose, o PS mantém a dupla negação que o define (nem PCP nem PSD) e garante a sua sobrevivência como organização. O futuro dirá qual o custo, para o PS e para toda a esquerda portuguesa, de mais este adiamento da prestação de contas do PS consigo próprio.



Sociólogo, historiador e professor numa Faculdade do Porto, Robert Rowland conhece particularmente bem a evolução política portuguesa. Análise simultaneamente estrutural e análise de conjuntura, este texto propõe hipóteses extremamente estimulantes, derivadas sobretudo do confronto com a realidade política de outros países, sobretudo a italiana.

O programa e a declaração de princípios do Partido Socialista são, talvez, dois dos documentos políticos mais promissores elaborados na Europa desde a II Guerra Mundial. Em comparação o programa do Partido Comunista é peregrino. Mas se o programa do PCP teve sempre um portador da sua mensagem defeituosa, o programa do PS continua à espera de uma força capaz de o traduzir para o plano da prática política.

Este facto explica-se, não pelo pretensão carácter "social-democrático" do PS, nem pela "traição" dos seus dirigentes, mas pela sua vacuidade ideológica. O Partido Socialista, enquanto organização política, é uma aglomeração amorfa de negações: nem estalinismo nem social-democracia, nem leninismo nem reformismo, nem PCP nem PSD, antes, e sobretudo, pelo contrário. As múltiplas negações que constituem o PS enquanto partido socialista, da maneira como são formuladas e sentidas pelos seus militantes, não são compatíveis entre si. Nada têm em comum senão o seu carácter negativo.

Não interessa, aqui, analisar a campanha contra a unicidade sindical, na qual a oratória de Salgado Zenha, a invocação de princípios liberais, a catalização de um difuso sentimento libertário entre sectores das classes trabalhadoras e o aproveitamento do anti-comunismo primário (e realçado) da pequena burguesia fizeram do PS um partido de massas. Tampouco interessa analisar como, durante o verão "quente" de 1975, o PS colaborou com o PCP e outras forças para criar o mito do "gonçalvismo" e das "liberdades ameaçadas". (O "gonçalvismo", por social e politicamente inviável, não passou, efectivamente, de um mito; mas já que, como disse alguém, "em política o que parece é", serviu como pretexto eficaz para projectos políticos dos mais variados, desde o desvario esquerdista à conspiração revanchista e ao bombismo). Interessa, antes, constatar que, tendo-se definido pela negativa ao longo de 1975, o PS tem vindo desde então a adiar a clarificação necessária, a compatibilização entre o seu programa positivo e a base de apoio conseguida graças a uma auto-definição negativa.

O Partido Socialista é uma força política contraditória e ainda não se mostrou capaz de definir um projecto político coerente e autónomo. Um projecto alicerçado, por um lado, no seu programa e na sua declaração de princípios e, por outro lado, na sua inserção, enquanto força política, na complexa e desarticulada estrutura do país real — o que implica, necessariamente, que o PS tal como ele é hoje se desconhece a si próprio e se encontra, por conseguinte, impedido de assumir e superar as suas próprias contradições.

O discurso político do PS contém um elemento anarquizante que assume, embora de maneira não muito explícita ou coerente, a tradição do socialismo libertário. Este elemento, que se manifestou, por exemplo, na dinamização de comissões de trabalhadores numa altura em que o Partido Comunista sonhava com o aparelho de Estado, situa o PS claramente à esquerda do

NEM CAPITAL NEM MONOPÓ

ROBERTO ROWLAND

PCP. Simultaneamente, no entanto, o PS assume a tradição liberal e parlamentar europeia. Este segundo elemento traduz-se, naturalmente, no eleitoralismo e na insistência no "jogo democrático" exclusivamente parlamentar. Este elemento situa o PS claramente à direita do PCP.

A fórmula "socialismo em liberdade" reconcilia, mas de maneira puramente abstracta, estes dois elementos, transformando-os numa plataforma de oposição ao PCP e aos partidos da direita. Enquanto não forem explicitadas as "liberdades" a que se refere a fórmula — as da tradição libertária e as da tradição liberal — esta oposição será puramente formal. E enquanto não forem compatibilizadas as duas tradições não poderá haver um projecto autónomo do PS nem será possível dar um sentido concreto ao socialismo que se quer realizado "em liberdade". A recusa de assumir e superar as contradições que decorrem da combinação num único discurso de uma tradição de origem burguesa e de outra nascida das lutas e dos anseios dos trabalhadores obriga o PS a definir-se em função de outros partidos e dos discursos por eles veiculados.

No plano parlamentar, um partido de governo que se encontra entre dois fogos, que se define por uma dupla negativa, que não assume qualquer projecto próprio, e que detém apenas uma maioria relativa, encontrar-se-à condenado. Mantendo-se numa solidão orgulhosa nada fará. Só conseguirá governar se aceitar suprimir uma das oposições mas, ao fazê-lo, e não podendo afirmar através de negociações um projecto próprio, acabará por assumir as feições do parceiro que vier a escolher. O PS poderia ter optado por se transformar na ala direita do PCP ou na ala esquerda do PSD, mas o seu próprio instinto de sobrevivência levou a melhor. Preferiu uma política oscilante de alianças pontuais, e o I Governo Constitucional foi o que se viu: um governo "nacional" sem qualquer política coerentemente socialista. A insólita fórmula do II Governo Constitucional revela-se, nesta óptica, como a única compatível com a sobrevivência do Partido Socialista. Aliando-se ao CDS, partido com o qual não há risco de confusões ou osmose, o PS mantém a dupla negação que o define (nem PCP nem PSD) e garante a sua sobrevivência como organização. O futuro dirá qual o custo, para o PS e para toda a esquerda portuguesa, de mais este adiamento da prestação de contas do PS consigo próprio.



L NEM DITADURA ÓLIOS NEM TORTURAS



Sociólogo, historiador e professor numa Faculdade do Porto, Robert Rowland conhece particularmente bem a evolução política portuguesa. Análise simultaneamente estrutural e análise de conjuntura, este texto propõe hipóteses extremamente estimulantes, derivadas sobretudo do confronto com a realidade política de outros países, sobretudo a italiana.

A ESTRUTURA CLIENTELAR

É possível que a solução encontrada acabe por comprometer a viabilidade da construção do socialismo em Portugal. Se isto não acontecer será preciso reflectir, não só sobre um "modelo de socialismo" em abstracto, como também sobre a realidade concreta da sociedade portuguesa. Em vez de perguntar qual é o melhor modelo de socialismo, ocorre reflectir sobre as possibilidades de construção de uma sociedade reconhecidamente socialista no contexto historicamente específico da sociedade portuguesa.

Portugal é, do ponto de vista histórico-social, um país essencialmente mediterrânico. Insere-se na área geohistórica constituída pela Espanha, pela França meridional, pela Itália e, em certa medida, pela Grécia e por partes da Jugoslávia. Trata-se de uma zona onde a cultura urbana da Antiguidade clássica sobreviveu ao impacto das grandes invasões, e onde se verificou um desenvolvimento precoce do capital mercantil. No Mediterrâneo não se verificou aquela síntese entre as formas antiga e germânica de sociedade que esteve na origem do feudalismo típico. Nesta zona não foram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento autónomo do capitalismo industrial. O capitalismo, na Europa mediterrânica, foi importado. Foi importado tardiamente por sociedades decadentes, com uma agricultura estagnada, com um pequeno campesinato numeroso mas submetido ao domínio efectivo de cidades inchadas e parasitárias. As zonas de latifúndio (Alentejo, Andaluzia, Sicília, Apúlia) não contradizem, antes completam, este quadro estrutural.

Na Inglaterra a lógica do mercado e, depois, o capitalismo industrial acabaram por liquidar o pequeno campesinato já antes do fim do século XVIII. Na Europa mediterrânica a indústria capitalista, tardiamente importada, utilizando técnicas que poupavam mão de obra, não só foi incapaz de absorver a sobrepopulação relativa dos campos, como só muito recentemente começou a impor a lógica do mercado aos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, a escassez de capitais resultou numa estrutura industrial composta por "gigantes" e "anões", os primeiros, poucos, utilizando tecnologias avançadas e empregando uma proporção muito reduzida da população activa, os segundos, numerosíssimos, tecnicamente estagnados ou ultrapassados mas responsáveis pela maior parte do emprego "industrial". A média indústria, um dos elementos mais dinâmicos do ponto de vista da penetração da lógica do mercado capitalista num tecido social, não teve condições para desenvolver-se em escala significativa.

As instituições políticas liberal-representativas só se enraizaram em países dominados pela lógica do mercado, que separa a massa da população dos meios de produção e destrói os laços comunitários ou familiares nos quais os indivíduos se encontravam inseridos, colocando-os perante a necessidade de vender a sua força de trabalho para poderem sobreviver. Estas condições ainda não se realizaram num país como a

Itália, e muito menos em Portugal. E dificilmente se poderão verificar, porque o contexto socio-histórico é hoje muito diferente e, havendo uma alternativa para o capitalismo, só através de uma ditadura repressiva poderiam ser efectuadas as transformações estruturais que seriam uma pré-condição necessária para que tais instituições pudessemingar.

Havendo uma relação tão estreita entre instituições liberal-representativas e a generalização de relações de produção capitalistas, qual é o futuro reservado a este tipo de instituições em Portugal?

A Itália pós-fascista constitui, sob muitos aspectos, um exemplo e uma advertência. Apesar de terem resistido a dezenas de crises governamentais e remodelações ministeriais nas últimas três décadas, as instituições políticas formais na Itália constituem pouco mais que uma fachada liberal. A democracia italiana baseia-se na coexistência de dois tipos de estrutura política: a formalmente liberal, virtualmente restringida a determinadas camadas sociais dentro das grandes cidades, e a clientelar, que predomina sobretudo ao Sul de Roma. Estas duas estruturas complementares organizam a base social de apoio de todos os partidos excepto a do Partido Comunista, que constitui um fenómeno à parte.

A estrutura liberal serve de enquadramento ao comportamento político de todos aqueles que votam, enquanto cidadãos individuais, de acordo com uma livre escolha ideológica. A estrutura clientelar organiza a troca entre o voto e um "favor" ou a esperança de um "favor". Entre os "favores" distribuídos de maneira sistemática em troca de votos incluem-se, segundo os contextos, sacos de farinha, empregos, "cunhas" (*raccomandazioni*), contratos estatais, obras públicas, acesso a crédito, ou simplesmente a não exclusão de algum benefício a que o eleitor tenha formalmente direito. Em muitas zonas um indivíduo que quer um emprego, para si ou para outrem, tem que arrebatar os votos de dezenas de amigos e parentes, em eleições sucessivas, para merecer o "favor" desejado.

Uma estrutura clientelar deriva da existência de intermediários entre o poder político e a população. Quando na administração pública impera a racionalidade burocrática, o funcionário serve a administração e é esta, uma instituição impessoal e apartidária, que medeia entre o cidadão e o Estado. Em países cuja administração é centralizada, napoleónica, hipertrofiada e irracionalmente burocratizada, esta frequentemente existe em moldes que permitem que o funcionário dela se sirva, quer em proveito próprio (corrupção), quer em proveito de um partido, mormente quando este partido se encontra no governo (clientelismo). Neste segundo caso os funcionários, servindo-se da instituição, constituem-se em representantes de um partido ou do governo perante a população.

A Itália preenche todos os requisitos para que se criem feudos clientelares dentro da administração e em seu redor. Fora da esfera do aparelho de Estado, o clientelismo aparece em zonas não sujeitas à lógica do mercado concorrencial. Pela estrutura quer da sua administração

quer do seu capitalismo — e vale a pena lembrar as semelhanças com Portugal — a sociedade italiana encontra-se virtualmente condenada ao clientelismo. Um empresário ou gestor de uma empresa sujeita à lógica do mercado oferece empregos aos mais capazes e não aos eleitores mais fiéis do partido do governo — a menos que, como acontece no Sul da Itália, onde poucas grandes unidades ultra-modernas dominam um meio socio-económico arcaico e em crise, possa escolher o mais capaz de entre centenas de candidatos fiéis ao governo e excluir à partida todos os candidatos não avalizados pelo chefe político da região ou conotados com partidos (e sindicatos) não-governamentais. O empresário que aceitar este papel de agente informal do partido do governo terá a sua contrapartida sob a forma de contratos estatais, acesso privilegiado ao crédito, etc. A caça aos empregos é mais desesperada, mais susceptível de manipulação clientelar, quando estruturas económicas arcaicas estiverem a desintegrar sob o impacto da concorrência que resulta da integração económica.

A Democracia Cristã criou um vasto aparelho clientelar urbano e rural ao longo dos últimos trinta anos: nas cidades, a partir da administração pública e de outros organismos, como os Correios e Telégrafos, sujeitos ao seu controle; nas zonas rurais, sobretudo depois da crise estrutural da pequena agricultura resultante da política agrária do Mercado Comum, surgiram tentáculos clientelares vinculando-as às cidades e ao aparelho urbano, e favorecendo uma nova pequena burguesia parasitária na província. Esta criação original constituiu, de 1946 em diante, o segredo da longevidade da Democracia Cristã como partido de governo. Violando todos os princípios da democracia liberal a DC conseguiu manter como fachada, e manipular no seu próprio interesse, instituições políticas liberal-representativas. Esta a perder a sua eficácia na medida em que já não consegue neutralizar os conflitos que resultam da crise do capitalismo italiano ou controlar os sintomas de desagregação que assinalam a crise do regime que criou. Mas isto já é — e será — outra história.

Do ponto de vista estrutural há muitas semelhanças entre a sociedade italiana e a portuguesa. Não há, nem pode haver, qualquer solução política em Portugal baseada exclusivamente em instituições liberal-representativas. Estas transformar-se-iam inevitavelmente e por necessidade estrutural numa fachada por trás da qual se consolidariam as práticas clientelares que já começam a surgir um pouco por toda a parte.

Deste paralelo podem retirar-se duas conclusões.

A primeira é que não tem qualquer sentido falar numa hipótese social-democrática para Portugal. O PSD, com as suas componentes diferenciadas urbana e rural, assemelha-se estruturalmente à Democracia Cristã italiana ou talvez, sobretudo nas zonas rurais, ao antigo PSD brasileiro, que controlava os votos rurais através do "coronelismo" e foi

herdeiro do populismo nacionalista de Getúlio Vargas. As social-democracias da Europa setentrional consolidaram-se em países onde partidos socialistas se encontravam inseridos em instituições liberal-representativas solidamente enraizadas. Só estas poderiam tornar possível um projecto reformista como o consagrado no I Congresso do então PSD. Sem elas a prática do partido afastar-se-á progressiva e necessariamente do seu programa e aproximar-se-á cada vez mais à de um partido clientelar à italiana.

A segunda conclusão é mais importante. Entre os fundadores do PS há um sector com bastante peso que merece, no bom e no mau sentido da palavra, a qualificação de "liberal". Trata-se dos republicanos históricos, anti-fascistas e democratas convictos, mas essencialmente conservadores. Este sector entende por "liberdade" as liberdades reais, valiosas, mas em si insuficientes, da tradição liberal e burguesa. É incapaz de compreender ou de assumir o elemento libertário na fórmula "socialismo em liberdade" e aposta quase exclusivamente na democracia parlamentar. Confia em que, baseado numa maioria parlamentar, um governo socialista poderá efectuar, gradualmente, transformações significativas na estrutura da sociedade portuguesa. Não interessa discutir se, por esta via, se chegará algum dia ao socialismo. A questão é puramente académica na medida em que instituições exclusivamente liberal-representativas tenderão, em Portugal, a transformar-se num sistema clientelar. É a "via clientelar ao socialismo", embora interessante como hipótese para discussão numa mesa de café, pouco ou nada terá a ver nem com o programa do Partido Socialista nem com o projecto reformista que por vezes é atribuído à ala "social-democrática" do PS.

O elemento libertário no projecto político do PS é menos explícito. Manifestou-se no apoio dado, desde o início, às comissões de trabalhadores. Traduz-se no discurso autogestionário e cooperativista, descentralizador e antiburocrático. Foi veiculado, ao nível de várias escolas superiores, pela JS. Constitui, talvez, uma razão determinante da preferência dada ao PS (contra o PCP) por sectores significativos do operariado e pequeno campesinato.

Embora implícito no projecto inicial do PS o elemento libertário está ausente do discurso parlamentar do mesmo PS e, por maioria de razão, da prática governamental. O que é facilmente explicável, porque o discurso libertário, quer nas suas origens quer nos seus prolongamentos pelo século XX adentro, não tem qualquer viabilidade como projecto autónomo.

Mas apesar de não ser realizável o discurso libertário corresponde a uma exigência, mais sentida que pensada, de sectores da população que se vêem marginalizados e subalternizados pelo desenvolvimento do capitalismo. Trabalhadores de pequenas indústrias arcaicas, pequenos camponeses, habitantes de bairros-dormitório na periferia das grandes cidades, sectores da juventude trabalhadora e estudantil, todos reagem contra forças invisíveis que os subalternizam exprimindo anseios confusos de autonomia e co-

NÃO TEM SENTIDO FALAR NUMA HIPÓTESE SOCIAL-DEMOCRATA PARA PORTUGAL

O ELEMENTO LIBERAL E O ELEMENTO LIBERTÁRIO DO P.S.

A CRISE DO PARTIDO SOCIALISTA

mo que uma nostalgia por um comunitarismo mítico e anti-alienatório. Os 800 000 votos obtidos por Otelo em 1976, mais de um quarto dos quais parece ter vindo do eleitorado socialista, atestam a receptividade de um tal discurso na sociedade portuguesa. Este aspecto importante do país real não pode ser descurado por quem se proponha construir um socialismo adequado à complexidade da sociedade portuguesa.

O discurso liberal e o discurso libertário não são necessariamente contraditórios, antes completam-se. O discurso liberal parte do cidadão, dos seus direitos e deveres enquanto indivíduo, e determina por exclusão o papel residual que compete ao Estado. É compatível quer com a centralização administrativa quer com a descentralização. Num país heterogéneo como Portugal o discurso liberal poderia traduzir-se na limitação dos poderes do Estado e da burocracia central, atribuindo-lhe funções de coordenação não-coercitiva, real, autónoma e democrática, e desde que a articulação entre os poderes locais e regionais e os órgãos nacionais fosse assegurada por estruturas (partidárias ou outras) capazes de exprimir e de conciliar os anseios porventura divergentes das populações das diferentes regiões do país.

É evidente, no entanto, que esta forma de articular instituições liberal-representativas não seria capaz de evitar a clientelização da política (antes a favoreceria) em grande parte do território nacional. O discurso liberal acabaria por desvirtuar-se a si próprio e as instituições liberal-representativas transformar-se-iam na sua própria negação.

É precisamente aqui que se situa o lugar de encontro possível, em Portugal, entre o discurso liberal e o discurso libertário. Este último diz respeito à democracia molecular, nos bairros, nas aldeias e nas fábricas, na salvaguarda da autonomia dos indivíduos na sua vida quotidiana, no encorajamento à acção colectiva e democrática das pessoas na resolução dos problemas que lhes dizem mais directa e intimamente respeito. Dar às pessoas e às pequenas colectividades (de trabalho e residência) o poder e o direito de decidir sobre estes problemas é atacar o clientelismo pela raiz, retirando-lhe a sua razão de ser e as suas condições de sobrevivência.

Nem o discurso liberal nem o discurso libertário são realizáveis, isoladamente, em Portugal. Articulados e inseridos na textura heterogénea da sociedade portuguesa, fornecem talvez o único conteúdo para o termo "liberdade" que seja compatível com o projecto socialista de que o PS se afirma como portador e garante.

A confluência de elementos liberais e libertários no discurso do Partido Socialista resulta, em primeiro lugar, da recusa simultânea, por parte dos militantes socialistas, dos discursos e da prática da direita e do PCP. Neste sentido, trata-se de uma confluência negativa. Mas a ambiguidade que daí resulta não impediu que dessa confluência, e do enquadramento organizativo e

ideológico fornecido pelo aparelho partidário, nascesse uma identidade psicológica e sociológica que faz do militante típico do PS um ser complexo, confuso, e, ao mesmo tempo, facilmente identificável.

A trajectória política seguida pelo PS desde 1975 fez da lealdade partidária um valor supremo e da lucidez política um perigo potencial. A generalidade dos militantes socialistas está mais preocupada com a delimitação das fronteiras que separam o seu partido dos partidos vizinhos (e com a caça aos "submarinos") que com definições e clarificações programáticas.

Daí resulta o recalçamento de todas as dissensões que poderiam ter vindo à tona num partido mais aberto e mais consciente da sua própria heterogeneidade, mais preocupado com a sua inserção política no país real. Daí resulta o risco permanente de desagregação do partido, não tanto como consequência da atracção exercida por outros partidos — nem o PSD nem, muito menos, o PCP constituem uma alternativa para militantes socialistas desiludidos — mas pelo facto de a ambiguidade estrutural e congénita do PS produzir um sentimento difuso mas irresistível de mal-estar entre os militantes que a ele aderiram em função do projecto delineado no seu programa. A prática governativa do partido, que se confessa obrigado pelas circunstâncias a adiar a construção de um socialismo ainda por definir, acentua esse mal-estar.

Manifestando por vezes ressentimentos só explicáveis pelo recalçamento de frustrações acumuladas, muitos militantes socialistas afastam-se da actividade partidária ou desvinculam-se formalmente do partido. Às deserções formais há que acrescentar a desilusão generalizada e palpável, que não pode ser esconjurada por declarações rituais de optimismo por parte dos dirigentes ou por sondagens à opinião pública. Ao nível das suas bases, e talvez especialmente fora de Lisboa, o Partido Socialista está em crise, e esta crise atinge sobretudo os militantes que integravam a corrente difusamente libertária no interior do PS, que acabam por não poder mais digerir um discurso de poder e uma prática governativa que nada têm a ver com as razões que os levaram ao Partido Socialista.

Surge nesta conjuntura a UEDS. Ao contrário do que tentam, sem convicção, fazer crer alguns socialistas, esta organização não é uma FEPU mal disfarçada e não põe em perigo a fronteira entre o PS e o PCP. O seu projecto político tem muito mais a ver com a corrente libertária dentro do PS que com a ortodoxia quadrada do PCP. Para muitos militantes socialistas desiludidos a UEDS constitui uma alternativa à desmobilização, a única opção possível entre um PS que já não podem digerir e um PCP que sempre recusaram. Quer o queiram quer não dirigentes socialistas e mentores da UEDS, esta organização constitui, pela sua composição, pelo seu programa, e pelas circunstâncias

cias que rodearam o seu lançamento (nomeadamente a coincidência temporal entre a sua Convenção e o acordo PS-CDS), uma "reserva do Partido Socialista". Representa um pólo agregador em torno do qual têm vindo, e continuarão, a confluír aqueles "socialistas de esquerda" que, considerando incompatíveis a prática governamental e o projecto delineado no programa do PS, acabaram por preferir à lealdade partidária a fidelidade programática. A disjunção entre as duas torna-se possível em consequência da ausência de clarificação programática que tem marcado a vida interna do partido, sobretudo ao nível das secções e dos núcleos. É sintomático que sejam principalmente militantes de base e sindicalistas os que aderem à UEDS e que só três dos deputados que simpatizavam com a Fraternidade Operária tenham abandonado o PS.

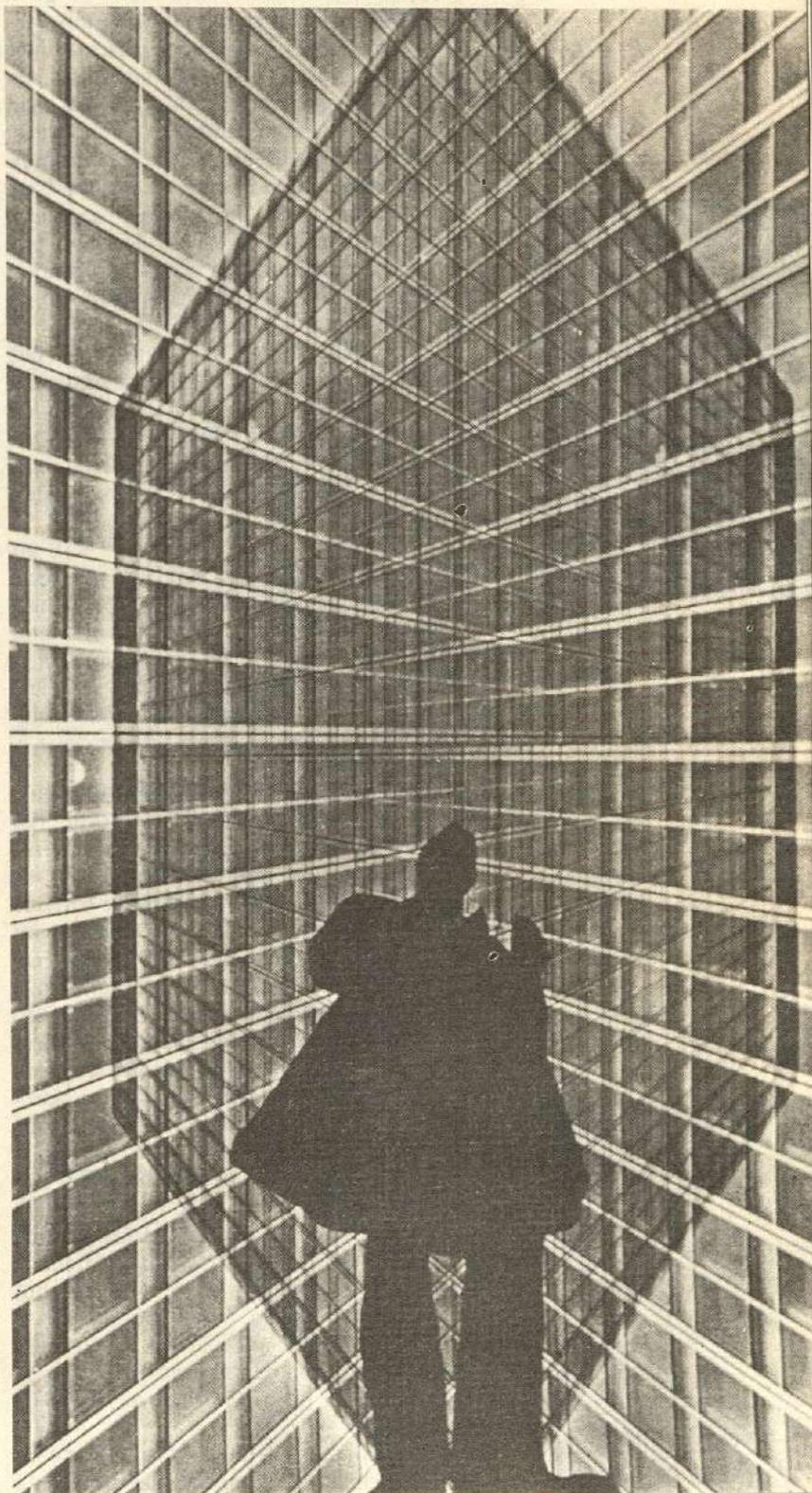
Para muitos desses militantes a adesão à UEDS poderá não representar uma ruptura definitiva com o Partido Socialista, mas manifestar apenas a impossibilidade de conciliar, enquanto militantes de base ou sindicalistas, as suas convicções socialistas e a prática governamental do partido. Passada a actual conjuntura a sua reintegração individual ou colectiva poderá não ser um desfecho inconcebível.

Num paradoxo apenas aparente, o afastamento voluntário de muitos militantes de base coincide com a adesão ao PS de quase todos os membros da Intervenção Socialista. Constituída em 1975 como grupo de reflexão, recusando a sua transformação em movimento político, a IS compunha-se quase exclusivamente de quadros políticos e técnicos superiores. Satirizada por alguns como "club de ministeriáveis", a organização podia aspirar apenas à intervenção informal nos corredores do poder. A influência restringia-se à medida que os partidos passavam a controlar toda a vida política. As suas análises constituíam uma "leitura de esquerda" do programa socialista, e a sua incorporação no Partido Socialista representava uma pré-condição necessária para que os seus membros pudessem intervir de maneira significativa, e no âmbito das suas competências específicas, na vida e nas decisões políticas. O surpreendente não é a incorporação, mas o facto de ela ter sido tão tardia. É possível que resistências no interior do próprio PS a tenham retardado, e que elas tenham passado para o segundo plano face à exigência, sentida por dirigentes socialistas, de compensar o acordo com o CDS e minimizar o impacto do aparecimento da UEDS.

Se assim fôr, torna-se importante constatar, para além da publicidade interessada que tem sido feita em torno do caso, que as mesmas circunstâncias que determinam o afastamento do PS de militantes de base nas secções e núcleos espalhados por todo o país — a impossibilidade de manter, a esse nível da estrutura do partido, uma leitura de esquerda do seu programa — tornam possível a incorporação no PS, destinados a ocupar lugares de responsabilidade política em Lisboa, nos centros de decisão do partido, de indivíduos que fazem do mesmo programa a mesma leitura. Se os que agora

abandonam o PS fossem economistas e quadros prestigiados e não sindicalistas ou militantes de base, eles teriam provavelmente assegurados no partido o seu lugar e a possibilidade de fazerem ouvir a sua voz.

A entrada para o PS dos membros da Intervenção Socialista, que declaram não abdicar das suas posições e análises políticas, faz prever novas discussões acerca do programa e do projecto socialista, e poderá contribuir para a necessária clarificação programática da qual dependerá o futuro, não só do PS, mas de toda a esquerda portuguesa.



Em Junho de 1971, no congresso de Epinay, François Mitterrand e os convencionais tinham defendido uma emenda que visava eliminar dos estatutos a inclusão do novo partido na Internacional Socialista ⁽¹⁾. 27 de Novembro de 1976: na imensa sala de conferências da Organização Internacional do Trabalho em Genebra, abre o XIII congresso da Internacional Socialista. O presidente da sessão solene de abertura chama-se François Mitterrand. O seu discurso programático sobre "o socialismo democrático no mundo de hoje" inaugura três dias de trabalhos e de debates que iriam revolucionar a organização e abrir caminho ao seu renascimento.

A Internacional Socialista representa hoje uma força considerável: agrupa trinta e três partidos membros que, em conjunto, contam mais de oito milhões de militantes; o S.P.D. alemão reúne sozinho mais de um milhão de membros. Aproximadamente cem milhões de pessoas vivem — rio Ocidente — sob um governo socialista. E se contarmos com os cidadãos de outros países onde os socialistas, sem serem maioritários, participam de um modo decisivo na direcção do Estado, este número ultrapassa 300 milhões.

Facto surpreendente: a Internacional que abriga alguns dos homens políticos mais cínicos deste século (Helmut Schmidt, da Alemanha, ou Daniel Obduber, da Costa Rica), continua a ser aos olhos dos povos uma instituição moral, uma autoridade de fé. Ilusão, mentira? Não. A Internacional acarreta com a razão de Estado tal como acarreta com a moral de justiça ⁽²⁾. É por este facto uma organização ambígua, equívoca. Por um lado, uma espécie de clube privado onde se encontram os chefes e ministros de governos socialistas; por outro, o lugar onde se cruzam as esperanças, onde se investem os sonhos de milhares de militantes. Mas sobretudo é um incomparável instrumento potencial para a luta de classe, a luta anti-imperialista.

Existe actualmente um imaginário socialista, um "imaginário de convocação" (Regis Debray) ⁽³⁾. Este imaginário encarna-se na Internacional Socialista. Ou, mais precisamente, as esperanças imensas que os progressos dos partidos socialistas na Europa acordam nos povos dominados do terceiro mundo reportam-se à Internacional. Cinco partidos árabes (o F.L.N. argelino, o o Néo-Destour tunisino, a União Socialista do Egipto, o Baas sírio, a União Popular das forças progressivas de Marrocos), quatro partidos africanos, seis movimentos latino-americanos, aproximam-se hoje da Internacional. Esta (resolução de Madrid de 17 de Outubro de 1977) apoia a luta do povo saharauí. Em Setembro, Olof Palme chefiou uma missão de informação e de solidariedade da Internacional, na África Austral, através dos cinco Estados da "linha da frente".

Mário Soares, Bernt Carlson e delegados dos partidos francês, italiano, suíço, partem para o México, a Costa Rica, a Venezuela e a República Dominicana, a fim de estreitarem os laços da Internacional com os movimentos socialistas da América Latina.

A Internacional suporta um certo número de antigos problemas. Há, primeiro, um problema

de organização: o aparelho da Internacional é fraco. Exemplo: o novo — e eficaz — secretário-geral, Bernt Carlson (antigo secretário internacional do partido sueco), trabalha em locais exíguos, em Londres, rodeado por dois secretários a tempo inteiro e dois colaboradores em tempo parcial. O partido socialista italiano — e com pouco peso nos negócios do seu país — ocupa sozinho em Roma sumptuoso edifício de cinco andares. Conta, apenas na sua sede central, com mais de duzentos e cinquenta funcionários a tempo inteiro.

O XIII congresso tomou resoluções: o novo presidente, Willy Brandt — que felizmente pôs fim à era Pittermann (antigo presidente e antigo vice-chanceler da Áustria) — exige uma reforma e um reforço do secretariado, que deveria também ser subtraído à tutela do partido trabalhista britânico e transferir a sua sede para Genebra; mas, um ano depois do congresso, nenhuma destas decisões está realizada, faltam, curiosamente, os fundos.

Problema difícil: no tempo da presidência Vandervelde, e até à segunda guerra mundial, a Internacional estava em condições de impor as resoluções dos seus congressos aos partidos membros recalcitrantes. Contra a razão de Estado — por vezes — triunfava a moral da justiça. Léon Blum tinha suores frios quando era obrigado a explicar a sua política espanhola à Internacional ⁽⁴⁾. Outro exemplo: em 1904, a Internacional (congresso de Bruxelas e de Amsterdão) impõe praticamente — a Guesde e a Jaurès a reunificação do partido francês ⁽⁵⁾.

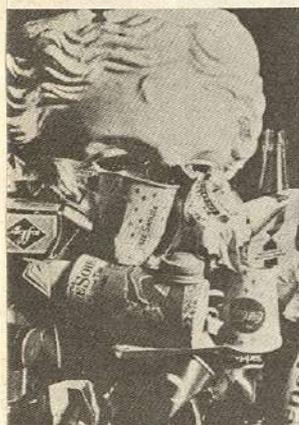
O actual desequilíbrio, que se acentua desde 1945, entre o deficiente aparelho administrativo e financeiro da Internacional e a força dos aparelhos de certos partidos membros (nomeadamente alemão, italiano, austríaco) limita o poder de intervenção e de controlo da Internacional na aplicação das suas resoluções.

Segundo problema: um fosso separa os partidos membros que praticam uma política de união das esquerdas dos que, como os partidos alemão, escandinavo, austríaco, permanecem ferozmente opostos a qualquer colaboração com um partido comunista, seja ele qual for.

Junho de 1972: assinatura do programa comum em França. Algumas semanas depois a Internacional reúne-se em Viena. François Mitterrand e o partido francês permanecem isolados.

Maiço de 1975: François Mitterrand reúne em Latche os dirigentes dos partidos socialistas do sul da Europa: Mário Soares, Felipe Gonzalez, Beno Craxi, os dirigentes do PASOK grego e do P. S. belga. A posição do P. S. francês e do seu dirigente é a seguinte: "Trata-se de saber como desenvolver nos nossos países a união das massas em torno de e com os partidos políticos que representam as forças populares. O que põe o problema da aliança, da união, da coesão entre P.S. e P. C.. Trata-se para todos nós de uma escolha socialista. Eis o aspecto particular, novo, moderno das nossas preocupações" ⁽⁶⁾.

No princípio de 1976, os delegados da Internacional reúnem-se em Elseneur (Dinamarca). O conflito está no auge: um violento incidente opõe Helmut Schmidt a François Mitterrand.



OS EQUÍVOCOS DA SOCIAL-DEMOCRACIA

JEAN ZIEGLER

Hoje o conflito está em via de ser reabsorvido. A política consequente, rigidamente unitária, corajosa, do partido francês acabou por impressionar mesmo os socialistas alemães.

Um conflito novo, mais perigoso, mais carregado de ameaças que todos os precedentes, divide actualmente a Internacional: trata-se do combate a conduzir contra a dominação imperialista nos países da África, da América Latina.

Todos os dias morrem doze mil pessoas de fome no nosso planeta. O mundo onde vivemos não é mais que um imenso Auschwitz. Para três quartos da humanidade, cada noite que passa, cada dia, são apenas um interminável martírio. O mundo dos Estados é um mundo de fria crueldade, de cálculos de força (os Estados socialistas nisto não são excepção).

Os velhos marxistas alemães (Horkheimer, Marcuse, Bloch) disseram-no incansavelmente: a instauração do socialismo começa por uma ruptura epistemológica. É pela destituição da velha fala humanista, burguesa, geradora de todas as indiferenças, de todas as cobardias, de todos os crimes que se cometem em plena legalidade, que começa o fim do reino do capital. Edgar Morin: "A moral anterior ao fascismo donde saiu, justamente, o fascismo é naturalmente a moral humanista burguesa, a que glorifica o homem abstracto e cobre de silêncio o assassinio quotidiano do homem concreto"⁽⁷⁾.

Defrontam-se dois campos no próprio seio da organização: o primeiro é o da social-democracia alemã e anglo-saxónica, cujo objectivo é a redistribuição do rendimento nacional segundo parâmetros de equidade, a construção de um Estado social e de uma Europa anti-comunista apoiando-se na América. Não põe em questão nem o modo de produção capitalista, nem a propriedade monopolística dos meios de produção, nem a renda rural, nem nenhuma das estruturas de base da sociedade desigual burguesa.

Face aos povos dominados do terceiro mundo, a posição do S. P. D. e do partido trabalhista

é simples: o aumento do produto nacional bruto, a acção "benéfica" das sociedades multinacionais, dos impérios bancários e, porque não, de certos regimes muscudos da América Latina, da Ásia e da África, é que garantirão a esses povos da noite uma lenta e progressiva evolução para o bem-estar. Para isso, é preciso, de acordo com o aliado norte-americano, combater os movimentos revolucionários "comunistas" e "anarquistas" do terceiro mundo. Uma instituição financiada pelos sindicatos alemães ocupa-se justamente disso: o Instituto latino-americano de investigação social (ILDIS), cuja sede era no Chile até 1964 e está hoje em Quito, no Equador⁽⁸⁾.

O dinheiro do S. P. D. domina ainda hoje a Internacional. A Friedrich Ebert-Stiftung⁽⁹⁾ é a sua primeira fonte de financiamento — os partidos socialistas português e espanhol sabem-no bem. A Fundação Friedrich-Ebert dispõe de um enorme orçamento, cujo número real é um segredo cuidadosamente guardado. Mais de trezentas pessoas trabalham no seu "departamento internacional". Tem sucursais num grande número de países, sobretudo na América Latina⁽¹⁰⁾. A sua direcção está nas mãos das personalidades mais reaccionárias do S. P. D., entre as quais Walter Hesselbach, presidente do Bank fuer Gemeinwirtschaft (o principal instituto financeiro do S. P. D. e do movimento sindical), que dirige o seu conselho de vigilância. A seu lado estão o presidente da IG-Mettal (o sindicato mais forte), Eugen Loderer, o ministro da defesa, Georg Leber, o Deutsche Gewerkschafts-Bund (Confederação dos sindicatos alemães), H. O. Vetter. Loderer e Vetter estão intimamente ligados aos dirigentes americanos e participam, a pedido de David Rockefeller, na Comissão trilateral, onde se encontram há muitos anos com Carter, Vance e Brzezinski. Atrás de Vetter, Loderer, Hesselbach, há Helmut Schmidt, chanceler da mais potente nação da Europa, fiel aliado do poder americano. A Comissão trilateral elabora a estratégia a longo prazo da agressão capitalista imperialista contra os povos da periferia.

O segundo campo é conduzido pelo partido francês. No recente congresso de Nantes, os seus

A QUESTÃO
DO TERCEIRO
MUNDO



dirigentes evocaram o "império germano-americano". Perante os representantes da FRELIMO (Moçambique), do M. P. L. A. (Angola) e da SWAPO (Namíbia), da A. N. C. (África do Sul) e de Carlos Altamirano (secretário-geral do P. S. chileno), François Mitterrand prometeu o apoio sem reservas do partido — e eventualmente do governo de amanhã — aos movimentos de libertação combatidos justamente pelo ILDIS.

François Mitterrand: "Será preciso, quando se defende a liberdade e se avança ousadamente, será preciso ver onde pomos os pés ou será preciso olharmos para cima sem nos preocuparmos com tudo isso e dizermos sempre a verdade que sentimos? Afirmando que temos o dever de intervir junto da consciência universal e, sendo assim, junto da política universal quando nos chega o eco dos fuzilamentos no Irão, na Indonésia... A lista é tão longa! Ajudaremos os movimentos revolucionários sempre que for possível"⁽¹¹⁾.

Para os socialismos francês, escandinavo, belga, suíço, a tarefa do movimento socialista é a unificação gradual de todas as forças progressistas de um país (mais tarde do mundo); a abolição da propriedade monopolística dos meios de produção; a transformação das relações de trabalho; a descentralização dos aparelhos de produção e de decisão; em resumo, a criação de todas as condições objectivas necessárias para que possa nascer, em liberdade, a complementaridade das comunidades autogeridas por homens e mulheres responsáveis pelo seu destino. A tarefa do movimento socialista é, por fim, fazer desaparecer do mundo a fome e a tortura.

Mas a Internacional Socialista não se resume a esta simples oposição entre projectos divergentes. As coisas são mais complicadas: o S. P. D. é hoje um partido profundamente dividido. Em Hamburgo, a 15 de Novembro de 1977, a esquerda e a direita do congresso do S. P. D. defrontam-se duramente, sobre o *Berufverbot*, a questão nuclear, a luta contra o "terrorismo". Ehmke diz: "É um milagre que esta coligação de ideias tão diversas e muitas vezes contraditórias se possa manter"⁽¹²⁾.

Em 1976, efectuou-se no seio do S. P. D. uma espécie de "repartição tácita das competências": a ala direita conserva o poder na Alemanha (governo, partido, sindicato) e a ala esquerda ocupa-se da Internacional⁽¹³⁾. É assim que Willy Brandt se torna presidente da Internacional. Atrás de Brandt há Horst Ehmke. Homem fascinante, originário de Dantzig, Ehmke chega à Alemanha Ocidental depois da guerra. Tornou-se professor de direito na universidade de Fribourg-en-Brisgau, renova os "Reuter Kreise" (espécie de clubes de reflexão que têm o nome do primeiro presidente da câmara de Berlim Ocidental), que renovam o pensamento socialista alemão, abrindo assim caminho aos movimentos estudantis de 1968 e aos Jusos dos anos 70. É ministro conselheiro junto de Brandt, o seu che-

fe de gabinete (título oficial: Kanzleramts-Minister). Depois da demissão de Brandt, torna-se o chefe da ala esquerda no seio do grupo socialista do Bundestag e o seu porta-voz de política estrangeira. Ele e os amigos (como Karsten Voigt, antigo presidente dos Jusos, hoje deputado de Frankfurt) sofrem então todo o peso da hostilidade de Schmidt. O prestígio internacional de Brandt, o cérebro político de Ehmke, o discreto apoio de Egon Bahr (secretário-geral do S. P. D., antigo ministro e negociador de Brandt), fazem que a nova equipa alemã, colocada à cabeça da Internacional, desperte, nos progressistas de todos os partidos membros, esperanças evidentes. Esperanças desiludidas? Não. Mas a razão de estado alemã (ou mais precisamente germano-americana) parece pesar fortemente sobre o actual presidente da Internacional (e como que independentemente dele). As conferências regionais decididas pelo XIII congresso em Genebra e destinadas a levar a palavra socialista às regiões de além-mar estão anuladas. A conferência de Dakar não se realizará. A do México (ou Caracas) está adiada sine die. A admissão dos partidos irmãos árabes está bloqueada. Em matéria de política relativa ao Próximo-Oriente quem faz a lei é Yitzhak Rabin, vice-presidente da Internacional. Duas missões Kreisky ao Próximo-Oriente não tiveram nenhuma sequência concreta. A Internacional continua ausente do conflito palestino-israelita.

Actualmente existe, no interior da Internacional, um frágil equilíbrio entre a ala pro-imperialista e a ala anti-imperialista. Willy Brandt, graças ao seu prestígio pessoal, tenta arbitrar. ■

(1) Claude Estier, *La Plume au poing*, pref. de François Mitterrand, Ed. Stock, Paris 1977, p. 304. A emenda não obteve 10% de sufrágios.

(2) Colette Audry: *Les Militants et leur morale*, Ed. Flammarion, Paris, 1976. Colette Audry analisa o conflito permanente, no interior do movimento socialista, entre a moral da eficácia e a moral da justiça.

(3) Régis Debray, *Les Rendez-Vous manqués*, Ed. du Seuil, Paris, 1975, p. 38.

(4) Jean Lacouture, Léon Blum, Ed. du Seuil, Paris, 1977.

(5) Michel Bataille, Jaurès, pref. de François Mitterrand, Ed. Pygmalion, Paris, 1977.

(6) Claude Estier, *La Plume au poing*, op. cit., p. 306.

(7) Cf. Edgar Morin, *Autocritique*, Ed. du Seuil, coll. "Points", Paris, 1975, p. 266.

(8) Foi o governo Frey, sob a pressão da ala esquerda da democracia cristã, que expulsou o ILDIS do Chile.

(9) Ebert, dirigente socialista da República de Weimar, ordenou o aniquilamento do movimento spartakista e do movimento dos Conselhos alemães, abafando em sangue a revolução operária imediatamente posterior à guerra (1919-1924). As finanças da Fundação operam a partir de várias bases, e nomeadamente da Suíça.

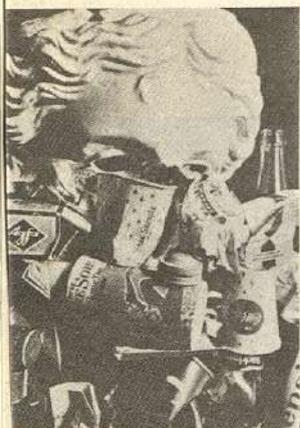
(10) Cf. o exemplo do ILDIS.

(11) Texto do discurso em *Le Monde*, 21 de Junho de 1977.

(12) Horst Ehmke, citado por Gérard Sandoz em *Le Nouvel Observateur* de 28 de Novembro de 1977.

(13) Cf. *Der Spiegel*, n.º 50, 1976.

(texto cedido por *Le Monde Diplomatique* — tradução de M. B.)





A SOCIAL DEMOCRACIA PERANTE AS CLASSES MEDIAS

TYGVE BULL

"Social-democracia" emprega-se em sentidos diferentes: pode-se distinguir entre um sentido preciso e um sentido mais amplo. No sentido mais amplo, chamar-se-á social-democracia à parte do movimento operário que não é nem leninista, nem trotskista, nem maoista, nem de tradição anarco-sindicalista, isto é, a parte do movimento operário que, por princípio, recusa a ditadura e a uniformização sob quaisquer formas e aceita o combate puramente político no Estado. A social-democracia compreende, portanto, igualmente a parte do movimento operário que se refere às teorias revolucionárias de Marx, mas recusa a "ditadura do proletariado" com um sistema de partido único e o totalitarismo. Este movimento, igualmente chamado centrista ou socialista de esquerda, era representado na Alemanha de Guilherme II pelo marxismo ortodoxo ou kautskista, ao qual se opunha o revisionismo de Bernstein. A luta histórica no seio da II Internacional entre Karl Kautsky e Eduardo Berstein tem tendência a reacender-se incessantemente no interior da social-democracia. Correntes e partidos socialistas de esquerda renascem regularmente por períodos mais ou menos longos. Em muitos aspectos, a "nova esquerda" do após-guerra pertence à mesma corrente que os partidos da "segunda e meia" do início dos anos 20. (1)

No sentido mais restrito do termo, social-democracia aplica-se aos partidos que se reclamam abertamente do revisionismo ou do reformismo. Eles sustentam que o socialismo não pode nem deve instaurar-se de uma só vez. Graças a um

processo orgânico longo e difícil, ele deve nascer do sistema capitalista de uma forma que torne impossível datar com exactidão a passagem da época "burguesa" para a época "socialista". Na Grã-Bretanha, onde as teorias de Marx nunca conseguiram verdadeiramente impor-se, esta foi a atitude predominante do movimento operário desde o início. Assim como nos domínios da Austrália ou da Nova-Zelândia. Tal atitude difunde-se mais tarde nos países nórdicos, na Áustria, e, com uma grande força no partido da Alemanha Ocidental. Os dois países da periferia escandinava, Finlândia e Islândia, tal como, embora de uma maneira menos absoluta os Países-Baixos e a Suíça, encontram-se na mesma situação. Com excepção da Áustria, tais países têm um ponto comum: a força da tradição protestante. Na Grã-Bretanha e nos três países escandinavos, o movimento operário caracteriza-se igualmente por uma estreita colaboração entre a social-democracia e um sindicalismo forte e unido. Como na Alemanha Ocidental do após-guerra, os grandes partidos sociais-democratas nunca sofreram séria concorrência dos comunistas.

A experiência do movimento operário norueguês no período entre as duas guerras e nos últimos vinte anos pode esclarecer a situação dos países latinos e católicos da Europa do Sul com os quais pareceria que a Alemanha tem pouco que ver. Quando, no termo da primeira guerra mundial, o movimento operário se cindiu em dois, três partidos ou mais, o movimento norueguês adoptou uma posição mais próxima da que prevaleceu em França, na Itália e na

Checoslováquia do que a da Suécia, Dinamarca ou Grã-Bretanha. Países nórdicos "recentes", a Finlândia e a Islândia ofereciam mais pontos comuns com a Noruega, cuja independência só remonta ao princípio do Século. O partido trabalhista norueguês conheceu a mesma sorte que os outros partidos de massa que tinham aderido ao Komintern após a revolução russa: a maioria recusava o centralismo democrático com todas as suas consequências. A ruptura com Moscovo não tardou: produziu-se em 1923. Uma minoria de militantes fundou então o partido comunista norueguês, que em alguns anos se reduziu a uma verdadeira seita. Em contrapartida, a maioria aderiu, em 1926, ao pequeno partido social-democrata, que desde 1921 tinha feito uma cisão, recusando aceitar as teses de Moscovo. Em 1928, o partido trabalhista norueguês reunificado formava o primeiro governo social-democrata. Governo de curta duração; mas, desde 1935, com excepção de dois intermédios "burgueses" (1965-1971 e 1972-1973), a social-democracia manteve-se continuamente no poder. Na sequência da luta relativa à adesão norueguesa à Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), o partido trabalhista recuou nas eleições de 1973 em proveito de um novo partido socialista de esquerda. Mas, nas últimas eleições, em Setembro de 1977, consolidou de novo a sua posição do primeiro partido do movimento operário e de partido dominante no país. O jovem partido socialista de esquerda encontrou-se seriamente reduzido enquanto o velho partido comunista favorável a Moscovo era praticamente eliminado da cena política com 0,4% dos sufrágios expressos.

O modelo político da Noruega parece corresponder ao dos países industriais da Europa do Norte antes da revolução russa: deslizar de uma grande parte do eleitorado liberal e camponês para os sociais-democratas, consequência do processo de industrialização e urbanização. Em todos estes países, um grande partido social-democrata constitui o centro da vida política. Seja apenas em face de um bloco "burguês" mais ou menos homogêneo que o substituiu, de vez em quando, à testa do governo (Noruega, Suécia, Áustria); seja em colaboração com um partido liberal mais pequeno (Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental); seja ainda em posição de manobrar vários partidos "burgueses" e de se manter assim continuamente em posição central (Dinamarca, Países-Baixos, Bélgica, Luxemburgo, Suíça). A Finlândia e a Islândia são os únicos países em que o partido comunista, ou uma "aliança popular" por ele dominada, é tão forte ou até mais forte do que o partido social-democrata.

Nos países latinos e católicos da Europa do Sul, e em primeiro lugar em França e na Itália, o modelo é outro. A corrente revolucionária foi neles mais forte do que nos países da Europa do Norte desde o início dos anos 20. Durante grande parte do pós-guerra, a importância dos partidos comunistas franceses e italianos foi maior não só do que a do partido que se proclamava socialista, como maior do que a de todos os outros partidos de esquerda em conjunto. O

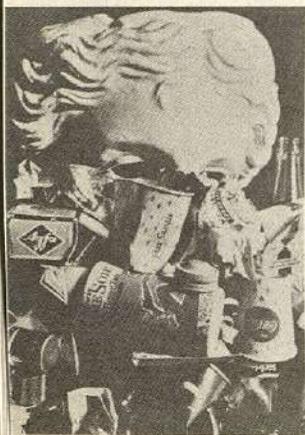
partido socialista francês só se tornou mais importante do que o partido comunista após os recentes acordos de união de esquerda. O eurocomunismo, aliás, parece tornar-se a corrente dominante precisamente nos partidos comunistas destes países latinos.

É impressionante a semelhança entre a evolução do partido trabalhista norueguês dos anos 30 e o processo actualmente em curso nos países latinos. Como na Noruega há cinquenta anos, o movimento operário organizado, na Itália, por exemplo, encontra-se perante a possibilidade real de aceder a uma posição dominante no plano político-parlamentar. Este atraso tem várias causas.

A primeira é a posição de força da Igreja Católica nos países latinos que se traduziu de várias formas. Por um lado, uma parte importante do eleitorado, em particular entre as mulheres da classe operária, sentiu-se obrigada a manter-se fiel à atitude conservadora da Igreja contra certas opções dos partidos socialistas: a questão do ensino de métodos anticoncepcionais pelos poderes públicos ou o direito ao aborto por razões sociais. As Igrejas protestantes da Europa do Norte tiveram também aí uma influência retardadora mas apenas nos eleitores das antigas classes médias, isto é, na pequena-burguesia, e não nas diferentes categorias de assalariados. Porque a especificidade da Igreja Católica traduziu-se igualmente por uma posição mais construtiva e positiva face aos movimentos de reforma económicos e sociais. De modo que os partidos cristãos encontraram maior audiência na classe operária dos países católicos do que nos países protestantes. A divisão do movimento sindical é aliás frequente nos países católicos em que se opõem sindicatos reformistas a revolucionários, cristãos a laicos. Mesmo se a constituição de sindicatos cristãos revela um interesse social maior do que aquele que se encontra nas Igrejas protestantes, é preciso reconhecer que todas as divisões contribuem para o enfraquecimento da combatividade do movimento sindical e dos partidos socialistas.

Em segundo lugar, nenhum país nórdico conheceu uma época feudal comparável pela sua duração e influência à da Europa do Sul ou de Leste. Por conseguinte, o século dezanove viu desenvolver-se um movimento camponês fundamentalmente democrático, anti-burguês, que de algum modo abriu a via ao movimento operário; em seguida, ele colaborou não apenas com a social-democracia em sentido restrito, mas com todo o movimento operário. Esta tradição democrática em meio rural representou uma garantia contra a possível atracção das correntes reaccionárias sobre largas camadas da população: fascismo italiano, nazismo alemão, mas igualmente fenómenos como o poujadismo e, de certo modo, o gaullismo.

Esta apresentação das linhas principais do movimento operário europeu é necessária para compreender a crise que a social-democracia se arrisca a ter que enfrentar proximamente. Encontramo-nos confrontados perante dois problemas maiores que irão constituir provas decisivas para os partidos trabalhistas europeus. Os efei-



tos já se fazem sentir, se bem que não seja irremediável.

O primeiro diz respeito aos países nos quais o movimento operário detém desde há muito uma parte considerável do poder político. Trata-se dos países do Nordeste da Europa e da Áustria — talvez possamos em breve acrescentar Portugal. Reside na capacidade do movimento operário em atrair para si a nova classe média. De um ponto de vista marxista, esta classe não é uma verdadeira classe média, mas apenas uma parte mais ou menos importante do proletariado num capitalismo envelhecido. As lições da história indicam-nos que este novo proletariado, composto por empregados e pessoal subalterno do sector terciário, não irá necessariamente ao encontro das organizações de trabalhadores manuais do tipo "trade-unions". As diferenças nas tradições, na linguagem, na maneira de vestir e pensar, contribuem para separar os dois campos. Se o movimento operário não consegue, de um modo ou de outro, juntar a si este novo grupo, cada vez mais numeroso e consciente, terá que desistir da sua duradoura hegemonia política. Os primeiros avisos já se fizeram ouvir. Os partidos de massa sociais-democratas não conseguiram segurar o seu eleitorado dos anos 50 a 60; a observação estende-se a todos os partidos trabalhistas. Tal foi o caso dos três países escandinavos, da Grã-Bretanha e dos países do Benelux. Nestes países, em que os partidos comunistas favoráveis a Moscovo conservam um perfil proletário muito acentuado, a questão está em saber se os novos partidos socialistas de esquerda aparecidos nos últimos anos poderão recuperar uma parte deste eleitorado. Pelo momento, pelo menos, estes partidos atraem mais o "novo" proletariado do que o "antigo". O que não quer dizer que uma maioria destas novas categorias de empregados, como aliás de professores ou de trabalhadores sociais, se não venha a encontrar sobretudo nos partidos liberais ou mesmo conservadores.

A prova decisiva para os partidos trabalhistas, sejam recentes ou tradicionais, produzir-se-á no entanto se a crise económica dos anos 70 se converter de passageira em permanente e se continuar a agravar. Seria fundamental para a social-democracia que esta se preparasse para isso.

Durante o período de estabilização do capitalismo no fim dos anos 20, a crença ingénua na capacidade do sistema em subsistir foi severamente castigada. O movimento operário nas suas duas alas foi o mais atingido. O partido comunista ficara, neste ponto, fiel ao marxismo; mas pela sua dependência cega em relação ao Estado russo, e pela sua crença fatalista de que uma crise favoreceria automaticamente o movimento operário revolucionário e faria cair o poder nas suas mãos como um futuro amadurecido, os comunistas acabaram por ser tão impotentes no plano político como os sociais-democratas. Se, na Grã-Bretanha, o movimento sobreviveu apesar de toda a sua crise política e moral, e se nos países nórdicos saiu reforçado da prova, é mais graças aos armamentos do que ao New Deal de Roosevelt e dos governos escandinavos. Sem subestimar no entanto a importância psicológica

para a democracia da vontade de agir expressa pelo New Deal.

A confiança no sistema económico reforçou-se após a segunda guerra mundial. Pensava-se ter-se encontrado um fundamento teórico a opor a um marxismo envelhecido: a técnica de John M. Keynes. Assim assegurava-se tanto o Estado-providência como o pleno emprego, e o caminho abria-se para um socialismo democrático. Mas no final dos anos 60 alguns sinais antecipadores mostravam que o caminho se não havia aberto tão facilmente. As revoltas dos jovens e dos estudantes no mundo inteiro traziam a mensagem do que uma nova geração sentia instintivamente: que a nova prosperidade económica tinha por condições uma incessante situação de guerra (Coreia, Argélia, Vietnam, Próximo-Oriente) e a corrida aos armamentos. A revolução industrial da informática e dos autómatos confrontada com a miséria nascente do terceiro-mundo conduzia-nos a uma nova crise de sobreprodução e a um desemprego crónico, ligados não apenas à deflação mas à inflação.

A social-democracia, que deteve nos países do Nordeste da Europa uma grande parte da responsabilidade política, e a nova esquerda socialista e comunista que nos países do Sul da Europa se prepara para assumir a mesma responsabilidade, encontram-se ambas colocadas perante três possibilidades:

1) Uma nova política de crise e um keynesianismo dos anos 70 e 80 serão encontrados. O que deve acontecer depressa.

2) Um ou vários países europeus serão confrontados com a repetição das consequências políticas trágicas dos anos 30. Isto é, com um movimento de massa que abata uma democracia tornada incapaz e abra um período de conflitos.

3) Por fim, um movimento socialista reunificado e renovado poderá nascer. Um tal movimento, rejuvenescido, deverá construir-se com base por um lado nas tradições humanistas e democráticas da social-democracia, herdadas do liberalismo burguês, mas libertas das exigências estreitas do crescimento e do nível de vida; por outro, nas tradições revolucionárias, no melhor sentido do termo, conservadas pelos partidos comunistas, mesmo se por vezes o foram apenas de fachada e em moldes burocráticos. ■

(artigo amavelmente cedido por "Le Monde Diplomatique" — tradução de E.P.C.)

(1) Em 1923, estes partidos ligam-se à II Internacional reconstituída de que fazem uma Internacional operária socialista, reorganizada em 1951 sob o nome de Internacional Socialista.

(2) Antigo professor no Instituto Superior de Pedagogia de Oslo, deputado do Partido Trabalhista no Parlamento (Stortinget) e na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa de 1958 a 1964. Membro do novo Partido socialista de Esquerda (Sosialistisk Venstreparti) desde 1972, data em que rompe com o Partido Trabalhista que se pronunciava a favor da adesão da Noruega à C.E.E.



"FUI SEMPRE UM EXILADO MESMO ANTES DE SAIR DE PORTUGAL"

entrevista com Jorge de Sena

Jorge de Sena é um dos mais complexos e fascinantes intelectuais portugueses: poeta, ficcionista, polemista, ensaísta, erudito, professor universitário, persistente indisciplinador de todas as ortodoxias e fossilizações. A sua obra poética, insuficientemente reconhecida e estudada, mereceu em 77 o Prémio Internacional de Poesia Etna - Taormina. José Camacho Costa e João Lopes entrevistaram Jorge de Sena sobre a sua actividade intelectual e a vida cultural portuguesa.

ABRIL — Parece-lhe que o período histórico iniciado com a data de 25 de Abril de 1974 define alguma ruptura na vida cultural portuguesa?

J.S. — Quando se fala de vida cultural, em entrevistas deste tipo, em geral as pessoas identificam "cultura" com "literatura" ou com "educação", quando a literatura é uma das actividades criadoras em que a cultura se exprime e se faz a si mesma, enquanto a outra pode ser vista como o instrumental básico e essencial, tanto de ensino como de esclarecimento a todos os níveis, no sentido da formação de consciências livres, lúcidas e seguras de si mesmas, sem as quais ninguém forma espíritos independentes. Portanto, "cultura" pode incluir muitos dos elementos básicos da "educação", como bibliotecas, arquivos, produção de obras didácticas do mais diverso carácter, etc.. Pode mesmo incluir, numa concepção mais genérica, a educação inteira. Por isso, ao referir-me a cultura, no contexto da pergunta, procurarei limitar-me às manifestações artísticas, referindo-me ao mais, se vier a propósito. E assim, respondendo, creio que é óbvio que aquela data correspondeu a uma ruptura, sem dúvida. Um regime opressivo e reaccionário de décadas não desaba sem que uma ruptura se dê na vida cultural. A abolição da censura, das restrições à importação de livros ou de filmes, a desaparecimento das actividades castradoras da letra impressa, dos palcos, das telas, etc., é evidentemente uma ruptura monumental, tão monumental que muita gente se não habituou à liberdade de que se imprima tudo, se diga tudo, se mostre tudo (ao vivo, ou na tela), e ou se chocam com tais liberdades em nome da moral e da decência públicas, ou as exploram em seu proveito, ou usam e abusam delas, enchendo as páginas dos periódicos, numa ânsia de promoção e de

exibição, que faria dó se não desse tristeza. Mas sejamos optimistas, e pensemos que as pessoas não-de acabar por entender que a democracia é, sobretudo, a arte de falar sem chatear o próximo, e de deixar ao próximo a liberdade que queremos para nós mesmos. Que para o grande público ler e ver, integralmente, o que estava impedido de conhecer é, sem dúvida, uma ruptura que, esperamos, contribuirá para o esclarecimento do povo português, liberto não só das opressões externas, mas das hipocrisias internas que uma educação errada impôs a toda a gente. Até aqui, muito bem. Mas ruptura é uma palavra perigosa. Devemos cortar com as décadas do fascismo, rompendo com elas. Mas — e é ponto importantíssimo — sem deixar que sejam esquecidas, nem que sejam transformadas em idade de ouro da paz e do sossego. As democracias não são a paz nem o sossego: são a agitação, a reivindicação, a negociação, a discussão. E é necessário que as pessoas se habituem a isso mesmo, sem medo e com naturalidade. Como é necessário que não esqueçamos os males dessas décadas nefastas, visto que os numerosos revolucionários de 26 de Abril, os inúmeros criaturas que viveram prósperos naqueles tempos e continuam mais que prósperos, têm todo o interesse em que a gente se esqueça. Portanto, ruptura, sim, mas sem perda de memória. O que, por outro lado, implica que não se deve deixar aos senhores do país durante esse tempo os séculos de história e de cultura que Portugal é, considerando-se que Portugal voltou às suas origens, começa do princípio. Começa, um raio! Quando um povo se esquece, ou renega o que deve a si mesmo, pratica o suicídio. É cedo para sabermos os efeitos do 25 de Abril: mas os exageros e os disparates naturais, ao fim de tantas décadas de coleta de forças, encontrando um equilíbrio saudável e harmonioso, tanto quanto o resto do mundo, ou sejam as grandes potências, derem licença.

ABRIL — Recordamos que, num dos textos incluídos no seu livro *Dialécticas da Literatura*, defende a ideia de que a noção de crítica, e a sua actividade, são incompatíveis com as regras de um sistema. Não será essa uma disposição fundamental do pensamento moderno, se entendermos por pensamento moderno aquilo a que Michel Foucault se refere, quando afirma que o "estruturalismo não é um método novo; é a consciência desperta e inquieta do saber moderno"?

J.S. — Se vocês me permitem, a frase de Foucault é típica da literatice transformada em ciência. Notem que a segunda parte dela nada tem a

ver com a primeira, a menos que tudo dependa não de falar-se em "estruturalismo" e em "método", que seria o importante, mas do sentido que se dê à palavra moderno. Se o método não é novo, e é a consciência inquieta, etc, então sempre existiu e, com maioria de razão, porque, antes da nossa, houve numerosas épocas caracterizadas por serem inquietas e despertas e, por consequência, possuírem um "saber moderno". Mas se, neste termos, sempre existiu, não só então não é novo, como não nos traz nada de novo, o que é o contrário do que Foucault queria dizer, e do que mesmo os inimigos do estruturalismo reconhecem. Isto para arrumar com o Foucault que me puseram na pergunta. Quanto a mim, sem que vá consultar o meu texto para ver o que então disse (não viajo pelo universo com as minhas obras completas na bagagem), devo acentuar que eu insistia em que se distinguisse sistema e método. E é curioso como a pergunta sentiu (ou lembrou inconscientemente) isso, ao juntar, numa aparente incongruência, a minha referência a "sistema" e a de Foucault a "método". Tal distinção é essencial a todo e qualquer pensamento filosófico,

e é bom sublinhar que não existe nada, humanamente nada, nem um mínimo gesto, que não pressuponha uma "filosofia", pelo menos no sentido mais genérico da palavra. Até o fazer amor depende da "filosofia" dominante na cultura em que fomos feitos (ou, se quisermos, das complexas e contraditórias ideologias em que essa cultura assenta e/ou que ela gera). Mas uma filosofia, seja ela a que dá forma e suporte a uma "cultura" ou a um aspecto ou parte dela, ou seja, mais estritamente, um modo de pensar o ser e a existência, uma maneira de investigar como (e se) conhecemos a realidade, que seja a realidade, e que seja conhecimento em si, qualquer filosofia, repito, no mais lato ou no mais restrito e técnico sentido, não tem que ser um sistema, ou seja uma explicação geral do conhecimento, e do homem e do mundo, a todos os níveis. Pode muito simplesmente ser um método de análise daquilo tudo e mais alguma coisa. Manda uma justiça feita a muitos dos grandes filósofos que o pensamento deles não foi sistemático senão no que tinha de pertencer a um homem que se desenvolvia e às suas ideias. O platonismo e o aristotelismo, por exem-



"FUI SEMPRE MESMO ANTES

entrevista

Jorge de Sena é um dos mais completos e fascinantes intelectuais portugueses: poeta, ficcionista, polemista, ensaísta, erudito, professor universitário, persistente indisciplinador de todas as ortodoxias e fossilizações. A sua obra poética, insuficientemente reconhecida e estudada, mereceu em 77 o Prémio Internacional de Poesia Etna - Taormina. José Camacho Costa e João Lopes entrevistaram Jorge de Sena sobre a sua actividade intelectual e a vida cultural portuguesa.

ABRIL — Parece-lhe que o período histórico iniciado com a data de 25 de Abril de 1974 define alguma ruptura na vida cultural portuguesa?

J.S. — Quando se fala de vida cultural, em entrevistas deste tipo, em geral as pessoas identificam "cultura" com "literatura" ou com "educação", quando a literatura é uma das actividades criadoras em que a cultura se exprime e se faz a si mesma, enquanto a outra pode ser vista como o instrumental básico e essencial, tanto de ensino como de esclarecimento a todos os níveis, no sentido da formação de consciências livres, lúcidas e seguras de si mesmas, sem as quais ninguém forma espíritos independentes. Portanto, "cultura" pode incluir muitos dos elementos básicos da "educação", como bibliotecas, arquivos, produção de obras didácticas do mais diverso carácter, etc.. Pode mesmo incluir, numa concepção mais genérica, a educação inteira. Por isso, ao referir-me a cultura, no contexto da pergunta, procurarei limitar-me às manifestações artísticas, referindo-me ao mais, se vier a propósito. E assim, respondendo, creio que é óbvio que aquela data correspondeu a uma **ruptura**, sem dúvida. Um regime opressivo e reaccionário de décadas não desaba sem que uma ruptura se dê na vida cultural. A abolição da censura, das restrições à importação de livros ou de filmes, a desaparecimento das actividades castradoras da letra impressa, dos palcos, das telas, etc., é evidentemente uma ruptura monumental, tão monumental que muita gente se não habituou à liberdade de que se imprima tudo, se diga tudo, se mostre tudo (ao vivo, ou na tela), e ou se chocam com tais liberdades em nome da moral e da decência públicas, ou as exploram em seu proveito, ou usam e abusam delas, enchendo as páginas dos periódicos, numa ânsia de promoção e de

exibição, que faria dó se não desse tristeza. Mas sejamos optimistas, e pensemos que as pessoas não-de acabar por entender que a democracia é, sobretudo, a arte de falar sem chatear o próximo, e de deixar ao próximo a liberdade que queremos para nós mesmos. Que para o grande público ler e ver, integralmente, o que estava impedido de conhecer é, sem dúvida, uma ruptura que, esperamos, contribuirá para o esclarecimento do povo português, liberto não só das opressões externas, mas das hipocrisias internas que uma educação errada impôs a toda a gente. Até aqui, muito bem. Mas **ruptura** é uma palavra perigosa. Devemos cortar com as décadas do fascismo, **rompendo com elas**. Mas — e é ponto importantíssimo — sem deixar que sejam esquecidas, nem que sejam transformadas em idade de ouro da paz e do sossego. As democracias não são a paz nem o sossego: são a agitação, a reivindicação, a negociação, a discussão. E é necessário que as pessoas se habituem a isso mesmo, sem medo e com naturalidade. Como é necessário que não esqueçamos os males dessas décadas nefastas, visto que os numerosos revolucionários de 26 de Abril, os inúmeros criaturas que viveram prósperos naqueles tempos e continuam mais que prósperos, têm todo o interesse em que a gente **se esqueça**. Portanto, ruptura, sim, mas sem perda de memória. O que, por outro lado, implica que não se deve deixar aos senhores do país durante esse tempo os séculos de história e de cultura que Portugal é, considerando-se que Portugal voltou às suas origens, começa do princípio. Começa, um raio! Quando um povo se esquece, ou renega o que deve a si mesmo, pratica o suicídio. É cedo para sabermos os efeitos do 25 de Abril: mas os exageros e os disparates naturais, ao fim de tantas décadas de coleta de forças, encontrando um equilíbrio saudável e harmonioso, tanto quanto o resto do mundo, ou sejam as grandes potências, derem licença.

ABRIL — Recordamos que, num dos textos incluídos no seu livro **Dialécticas da Literatura**, defende a ideia de que a noção de crítica, e a sua actividade, são incompatíveis com as regras de um sistema. Não será essa uma disposição fundamental do pensamento moderno, se entendermos por pensamento moderno aquilo a que Michel Foucault se refere, quando afirma que o "estruturalismo não é um método novo; é a consciência desperta e inquieta do saber moderno"?

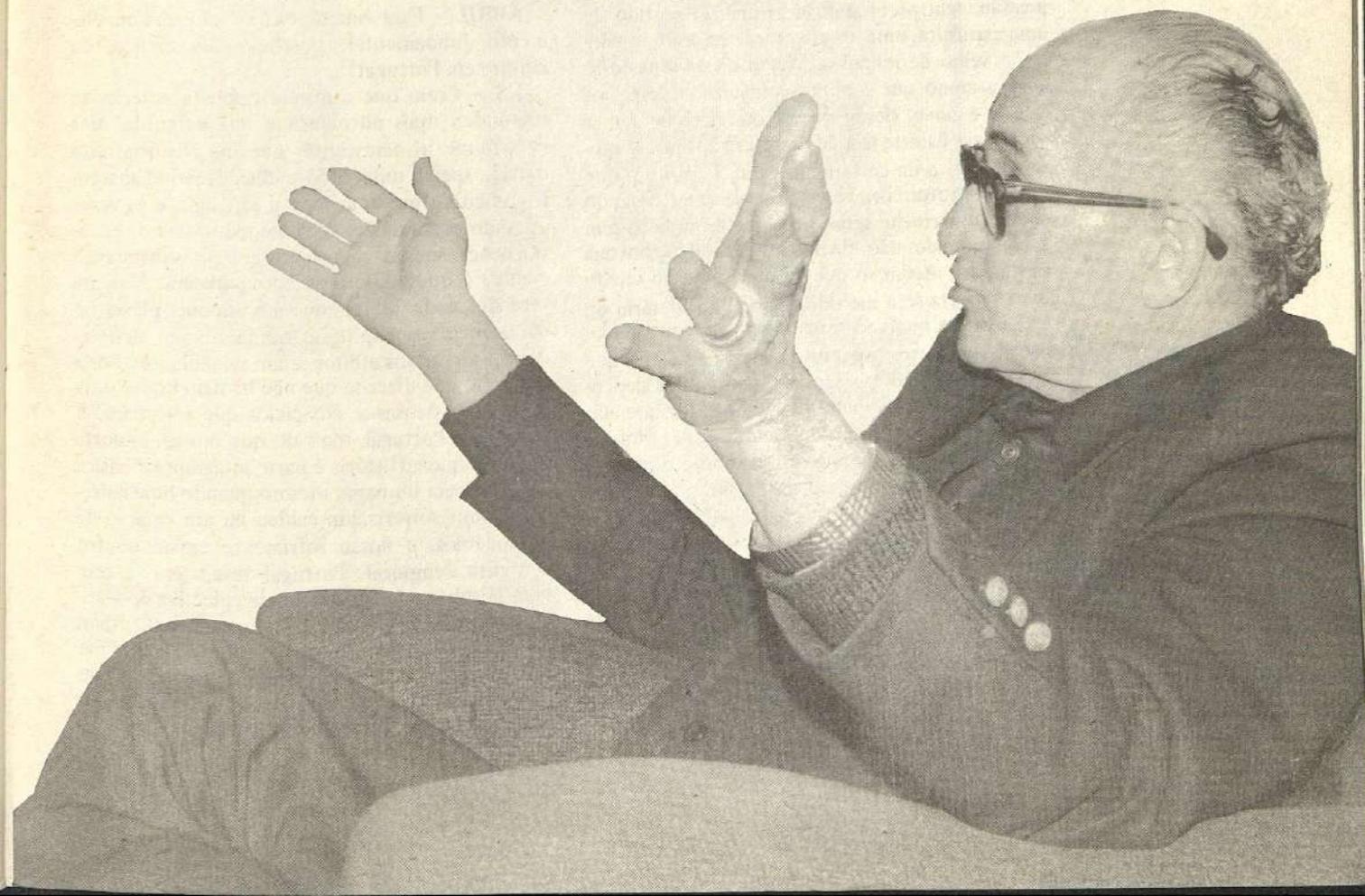
J.S. — Se vocês me permitem, a frase de Foucault é típica da literatice transformada em ciência. Notem que a segunda parte dela nada tem a

UN EXILADO DE SAIR DE PORTUGAL”

com Jorge de Sena

ver com a primeira, a menos que tudo dependa não de falar-se em “estruturalismo” e em “método”, que seria o importante, mas do sentido que se dê à palavra moderno. Se o método não é novo, e é a consciência inquieta, etc, então sempre existiu e, com maioria de razão, porque, antes da nossa, houve numerosas épocas caracterizadas por serem inquietas e despertas e, por consequência, possuírem um “saber moderno”. Mas se, neste termos, sempre existiu, não só então não é novo, como não nos traz nada de novo, o que é o contrário do que Foucault queria dizer, e do que mesmo os inimigos do estruturalismo reconhecem. Isto para arrumar com o Foucault que me puseram na pergunta. Quanto a mim, sem que vá consultar o meu texto para ver o que então disse (não viajo pelo universo com as minhas obras completas na bagagem), devo acentuar que eu insistia em que se distinguisse sistema e método. E é curioso como a pergunta sentiu (ou lembrou inconscientemente) isso, ao juntar, numa aparente incongruência, a minha referência a “sistema” e a de Foucault a “método”. Tal distinção é essencial a todo e qualquer pensamento filosófico,

e é bom sublinhar que não existe nada, humanamente nada, nem um mínimo gesto, que não pressuponha uma “filosofia”, pelo menos no sentido mais genérico da palavra. Até o fazer amor depende da “filosofia” dominante na cultura em que fomos feitos (ou, se quisermos, das complexas e contraditórias ideologias em que essa cultura assenta e/ou que ela gera). Mas uma filosofia, seja ela a que dá forma e suporte a uma “cultura” ou a um aspecto ou parte dela, ou seja, mais estritamente, um modo de pensar o ser e a existência, uma maneira de investigar como (e se) conhecemos a realidade, que seja a realidade, e que seja conhecimento em si, qualquer filosofia, repito, no mais lato ou no mais restrito e técnico sentido, não tem que ser um sistema, ou seja uma explicação geral do conhecimento, e do homem e do mundo, a todos os níveis. Pode muito simplesmente ser um método de análise daquilo tudo e mais alguma coisa. Manda uma justiça feita a muitos dos grandes filósofos que o pensamento deles não foi sistemático senão no que tinha de pertencer a um homem que se desenvolvia e às suas ideias. O platonismo e o aristotelismo, por exem-



plo, como sistemas, devem-se mais aos comentadores do que aos próprios Platão e Aristóteles. O mesmo sucede com o marxismo que é um método de análise e de acção, mas não o sistema rígido que os seus pretensos teólogos têm feito dele. De resto, rigidez e marxismo são uma contradição em termos, já que um método que se funda na dinâmica da dialéctica e na explicação materialista da história em termos dialécticos, é a fluidez e o movimento por excelência (e tanto maior, quanto mais a matéria for uma concepção do novo tempo ulterior a Einstein e Companhia, que nem Marx nem Engels viveram para conhecer). A mania de criar "sistemas" de explicação do mundo foi herdada do século XIX, quando os historiadores da filosofia, todos cavalos catedráticos por mais inteligentes e doutos que fossem, inventaram sistemas coerentes para toda a gente, por terem perdido, coitadinhos, as teologias de que se tinham sustentado durante séculos. E por isso foi que não entenderam (e os herdeiros deles ainda hoje também não) os filósofos gregos, alguns dos romanos, muitos dos medievais, e nenhum dos Renascentistas, como não entenderiam a maior parte dos pensadores desde os fins do século XIX até hoje. Porque uns pensadores propunham métodos, analisavam aspectos de realidade, divagavam ensaisticamente, etc., e pareciam pois literatos e não "filósofos profissionais". Ora o estruturalismo... — antes de mais, há vários, nem todos filhos de Lévi-Strauss ou não só, o que não cabe aqui discutir. Mas todos são métodos de análise, com origem na antropologia, na psicologia, na linguística, etc. que podem ou têm sido adaptados à análise das obras de arte, etc. Ora o estruturalismo contemporâneo, na sua variada metodologia, é efectivamente novo, ao contrário do que diz o Foucault para escrever uma "bela frase" (na pior tradição do que o estruturalismo, desfibrando metodicamente, e ao nível da linguagem, a expressão, tem pretendido destruir). O sentido de uma estrutura, uma arquitectura, um todo orgânico, é velho de milénios. Mas que esse sentido se analisa como um conjunto organizado de signos — isso é novo, desde que se correlacione com a sociologia da arte (ou de literatura apenas, se quiserem), ou a da cultura em geral. E isto é o que muito estruturalista se esquece de fazer, ficando apenas um **croché semiótico**, que é um beco sem saída, quando não é uma intolerável verborreia misteriosa. Assim, o que eu dizia no meu citado livro reporta-se a **métodos de análise literária ou artística**, os quais só funcionam (quando funcionam) para certos aspectos da criação estética que todos juntos não esgotam. Esses métodos dependem de ideologias metodológicas (ou disfarçadas de sistemas, ou sistemas mesmos), e, se, filosoficamente, o nosso método é um (como o marxismo, o existencialismo, o pragmatismo, o intencionalismo, etc.), só podemos aceitar deles o que possa integrar-se no mesmo método filosófico, sem o que se assiste à acumulação de incongruências que caracteriza muitos dos estruturalismos actuais. De resto, por exemplo, e se posso citar-me aqui, aquele ensaio daquele meu livro completa-se e ilumina-se com a **introdução metodológica** a outro meu livro, *Uma canção de Camões*, Lisboa, 1966.

ABRIL — Considera-se um exilado ou um emigrante? Ou o exílio e a emigração são apenas duas faces da mesma ausência?

J.S. — Como "estrangeirado" no meio da gente que vive a cheirar o que se passa ou não passa entre o Minho e o Guadiana, fui sempre um exilado, mesmo antes de sair de Portugal em 1959. Tal como sempre o fui e continuo a ser, no meio dos que vivem à espera do que o estrangeiro diz para saberem o que fazer e o que pensar, e nunca se preocuparam com conhecer, de verdade, a história e a cultura portuguesas, as quais, nunca é demasiado lembrar, não foram inventadas em nenhuma das esquinas do Boulevard S. Michel em Paris. Em Portugal, o povo que emigrava e emigra, ou que se fechava na sua aldeia para o Terreiro do Paço não lhe roubar a carteira, foi sempre "exilado", como eu. Nas últimas décadas, os únicos portugueses não-exilados são a alta, a média e a pequena burguesia que controlam directa ou indirectamente o poder, ou se sucedem nele, menos para fazer transformações sociais que para gozarem o poder que a camada anterior já gozou. E isto tem sido a nossa história, desde tempos bastantes imemoriáveis, com império ou sem ele. De modo que não me considero mais exilado do que qualquer outra pessoa, excepto, é claro, aqueles que ficam como sempre ficaram agarrados à mangedoura, ou fazendo bicha ou revolução para chegar a ela. Emigrante, tecnicamente sou, pois que não vivo regularmente no país e sim no estrangeiro. Mas devo lembrar que muito escritor português mais ilustre do que eu viveu no estrangeiro tanto ou mais do que eu tenho vivido. Ausente, creio que não, uma vez que a minha obra continua a publicar-se em Portugal e para Portugal (excepto quando escrevo outras coisas que aliás também a Portugal servem), desde aqueles idos de 1959.

ABRIL — Essa vida de exílio, não será um elemento fundamental, possivelmente cíclico, da cultura em Portugal?

J.S. — Creio que a minha resposta anterior já respondeu mais ou menos a esta pergunta. Mas deixem-me aí acrescentar que, na História ou/na vida social, uma visão cíclica é apenas aparente. As coisas parecem repetir-se iguais, e às vezes (quando as condições socio-económicas e as estratificações sociais não se alteraram substancialmente) é quase como se se repetissem. Mas, na verdade, nada se repete num mesmo plano ou numa idêntica amplitude, ainda quando algumas das causas ou dos efeitos sejam semelhantes. Seria o mesmo que dizer-se que não há nem houve uma História o pensar-se em ciclos que retornam. E agora, em Portugal, mais do que nunca, importa acentuar que a História é parte integrante e básica da existência humana: mesmo quando hoje sofremos como sofreria um caldeu ou um egípcio de há milénios, o nosso sofrimento existe noutra **contexto temporal**. Portugal teve, tem, e terá uma História que é propriedade colectiva de séculos de portugueses que a fizeram ou desfizeram, fazem ou desfazem, farão ou desfarão. E sublime o colectivo, porque a História não é propriedade privada de ninguém, nem deve ser detestada por alguns só porque outros a desfizeram. ■



**"Festival
de
besteira"**

JORGE DE SENA

O Festival de Besteira foi escrito, como a data indica, estando eu em Lourenço Marques, em Julho de 1972. Era absolutamente impossível publicá-lo então, fosse onde fosse, e só alguns amigos tiveram dele conhecimento. É uma prosa de próximo parentesco com muitos poemas dessa época, do presente autor, como alguns de *Exercismos* (1972), que reflectiam a mais violenta revulsão e repulsa pelo estado de coisas visível em Portugal e suas então dependências. Actualmente, a mais de cinco anos de distância e com a Revolução de Abril de permeio, assume não só tons de profecia constringedora, como, o que é sem dúvida ainda pior, tanto retrata a desvergonha de 1971-72, quando o fascismo se decompunha, como a de hoje, quando a liberdade e a democracia se vêem assaltadas por todos os lados e desde dentro por uma idêntica ânsia de comer do orçamento geral do Estado que não há (quando é que os estômagos ansiosos e insaciáveis não são, virada a casaca, exactamente os mesmos). Por tudo isto, e esperando-se que o leitor de boa vontade faça, os ajustamentos mentais e históricos convenientes, aqui se publica, para — que mais não seja — chamada à memória quando não à decência.

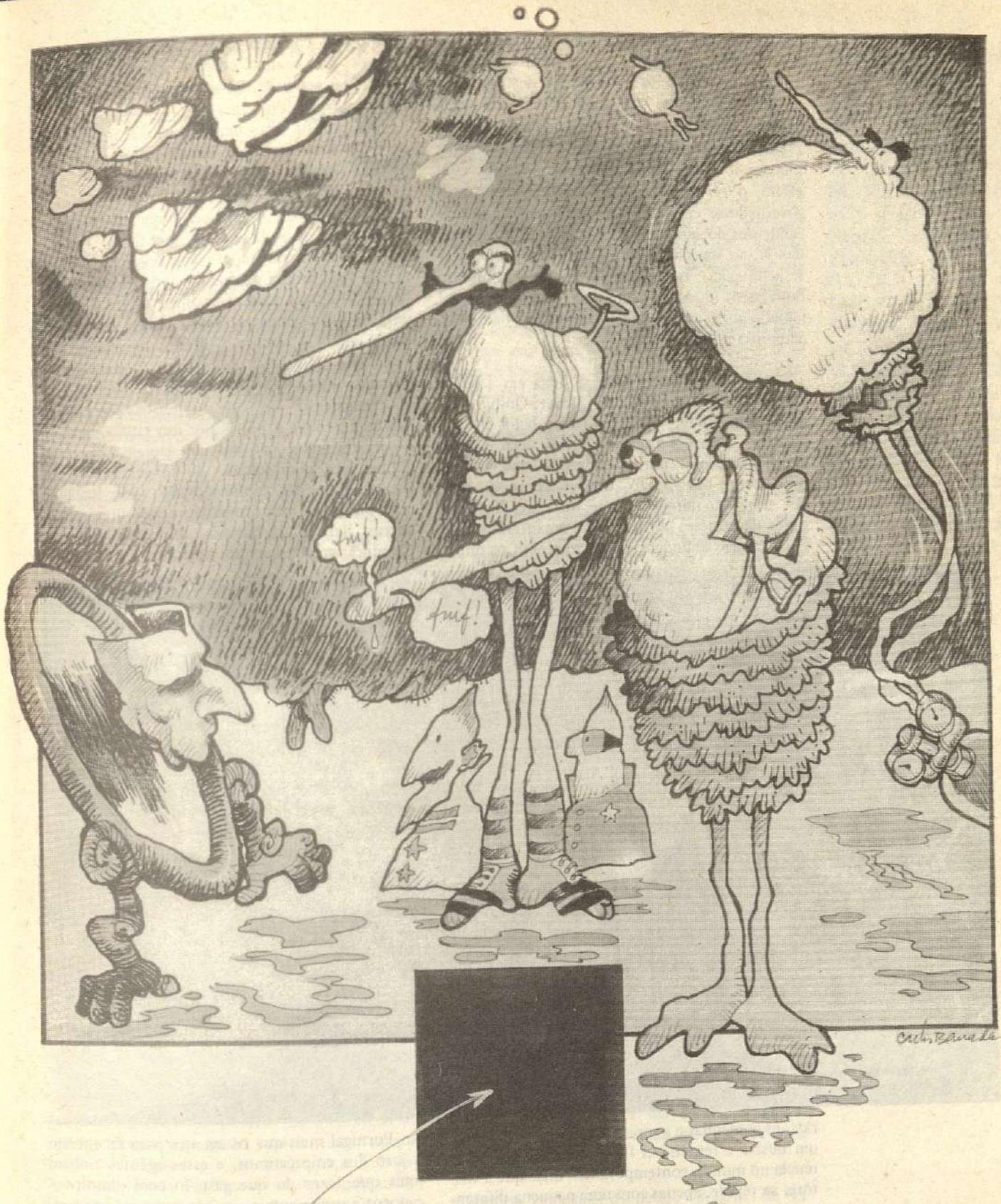
Quando em 1964, no Brasil, a pretexto da revolução militar que derrubou o Presidente João Goulart, todas as vestais, todos os cretinos, e todos os medíocres aproveitaram a oportunidade para fazerem a sua revoluçãozinha pessoal que os levou às cátedras e aos jornais, como ao zeloso policiamento da cultura e outros maus costumes, o famoso jornalista Estanislau Ponte Preta, informando ironicamente o país assarapantado, fazia todos os dias a crónica do que ele chamava "o festival de besteira que assola o país". E era exactamente o caso. Depois, com o tempo, as coisas aquietaram-se num morigerado silêncio de cima para baixo, e alguns esforços têm sido feitos — reconheça-se — para reduzir um pouco à escala devida alguns, ainda que não todos, daqueles medíocres, vestais e cretinos. Em Portugal, há muitos anos, o meu falecido amigo José Bacelar, cuja obra aguarda a ressurreição que ainda não teve, por ocasião de uma daquelas épocas brevemente mensais em que pela imprensa se podia debater (com algumas boas piadas e muita retórica incorrigível) a chamada **situação do país**, publicou um artigo que fez sensação e escândalo: eram tempos ingénuos, ainda primitivos, em que, à Esquerda ou à Direita, havia ou podia haver o que fizesse escândalo e sensação. Solicitava ele, se bem recordo, **que levantassem a tampa**. Agora que as tampas andam um pouco levantadas, que diria ele, tão lúcido e tão irónico, como tão desabusadamente pessimista na melhor tradição dos grandes moralistas franceses seus mestres? Creio que se fecharia mais no seu pessimismo, ante a última desilusão: a entreaberta boceta de Pandora (expressão que aquele Ponte Preta não poderia usar em público, mas cujas conotações brasílicas não ficam mal aqui), se para dentro espreitada, não guardava nada, senão um grande cheiro bafiento de vazio. Nem sequer a esperança, tímida e assus-

tada, ficara sozinha lá dentro, a um canto, encolhida e trémula, depois da fuga, pelo mundo, dos vícios e das virtudes, como na conhecida lenda imensamente grega. Por isso, muita gente em crise de promoção social e jornalística, enche agora o vácuo com gesticulações estentóricas e muita intimidade de tu cá tu lá, para esconderem que não estavam aliás fechados no cofre, e para disfarçarem que, na verdadeira intimidade uns com os outros, continuam a tratar-se de Vossas Excelências. Mesmo os melhores e os mais dignos que sobraram de outro tempo, ou vão apesar de tudo brotando, sentem a necessidade de aceitar essa identificação com o calão de Alcântara, que constitui insulto à laboriosa população do bairro. E nem sequer o usam, como deveriam, para chamar pelos seus nomes as coisas e as gentes.

Entendamo-nos. A cultura portuguesa, cheia de colarinhos de goma, faces emaciadamente escaroladas, cabelos rigidamente penteados, línguas que se enrolam nos rr da grã-finagem (nas horas vagas de outras actividades mais submissas), precisa muito de mangas de camisa. Mas pôr-se uma pessoa em mangas de camisa, exactamente como aqueles encolarinhados fazem para ritualmente comerem bacalhau com batatas num devoto arrotar, não altera nada, e é a mesma coisa, ou pior. Porque, se somos todos muitíssimo ordinários, perdeu-se o que parecia ser o polimento e a crosta fininha da boa educação. Por certo que um Camilo, por exemplo, foi tremendamente malcriado — mas zurziu muito cavalo de seis pernas.

E agora o que temos, é os cavalos de seis pernas a zurzirem os só de quatro ou os bípedes implumes. Sem dúvida que um festival de besteira assola o país. Nunca houve tanta gente envolta em polémicas inúteis; nunca tantos entrevistaram tão poucos; nunca tanta florinha de talento foi comparada aos maiores génios; nunca tanta retórica vazia serviu de ciência sábia e funda; nunca tão longos títulos anunciaram tão estreitas coisas, etc., enquanto as realidades continuam tão desconhecidas como dantes — isto não é senão um bando, de colegiais, em competição pública dos efeitos de haverem comido muito feijão.

Claro que, nas melhores tradições seculares da subserviência lusitana, o que descrevemos não é indiscriminado, por muito que se encubra. Se o compadre, o compincha, a senhora com cujas partes se sonha, etc., são poupados, como sempre foram, os supostamente importantes são-no mais do que nunca. Publique um catedrático que tenha influência nalguma revista que paga muito bem um livro de coligidos artigos, e o delíquio torna-se respeitoso e lambusado. Publique um poeta que seja primo do tio do cunhado de alguém influente um voluminho de composições tipográficas, e o Dante, o Whitman, o Camões, o Shakespeare, etc. (que os citadores nunca leram e por isso não faz diferença) são invocados como comparações que, no fundo, diminuem o comparado que é, na verdade, tão maior do que eles. Mas, se alguém que não seja catedrático estabelecido, assistente de catedrático, secretário de catedrático, funcionário de comissões de leitura, membro de grupo de café com estatutos aprovados pelas autoridades competentes, administrador ou conselheiro de empresa editorial, empregado da redacção de qualquer folha mesmo de couve, sócio ho-



norário de um partido inexistente, etc., publica seja o que for, eis que é logo transformado em bombo do festival, para melhor esconder-se que os outros andam de cócoras ante o mínimo poderoso, e, mais do que outrora, a pedirem esmola à porta do convento. E isto quando já ninguém se contenta com a meia dúzia de galinhas que o Senhor de Cascais (partidário de Filipe II) devia a Camões, segundo quadra fidedigna.

Num arrepio de premonitório horror, a gente pergunta-se se isto é sinal de falta de hábito de

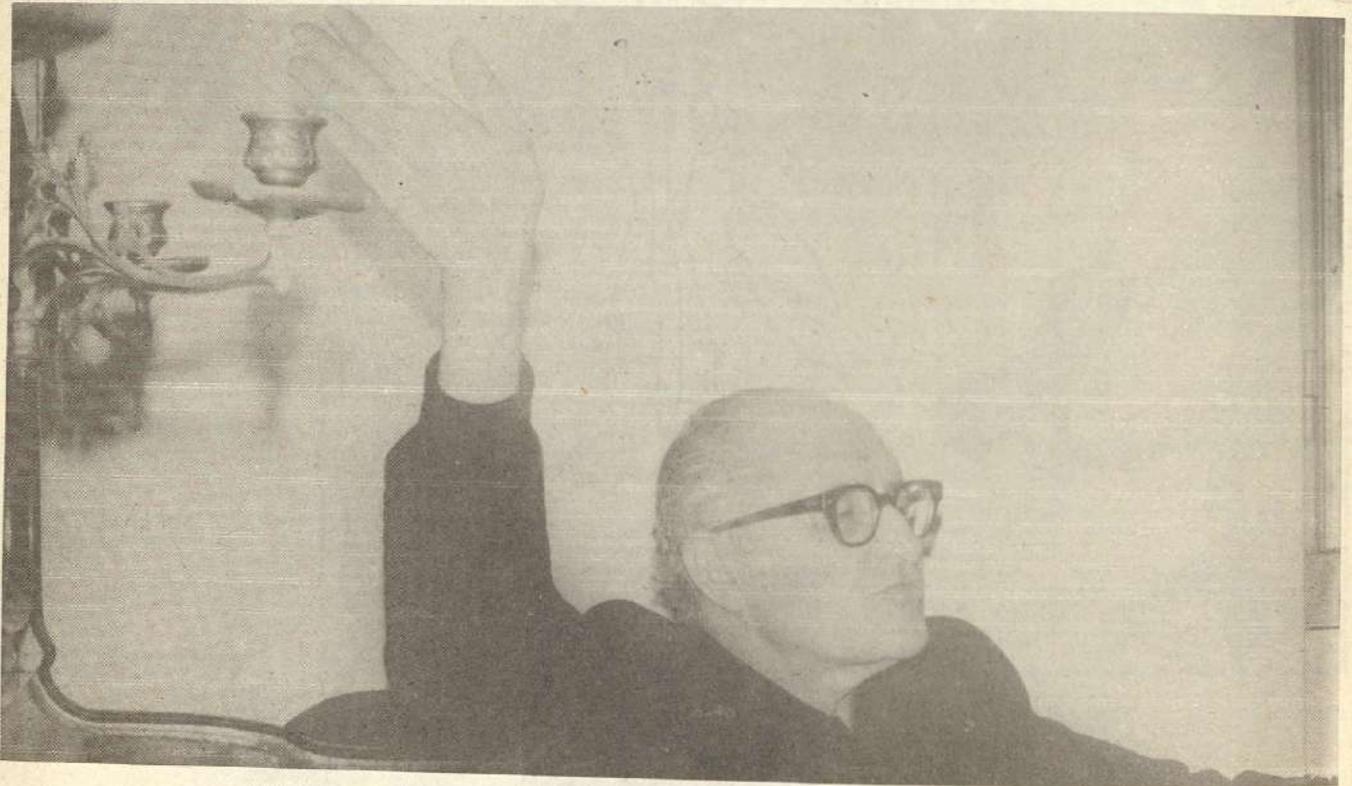
poder ser-se um bocadinho responsável, e portanto corresponde àquele saudável (ainda que pouco discreto e educado) ir largar os gases de uma longa prisão de ventre, ou se, muito diversamente, isto não é sequer um festival de inocente besteira, mas um sinistro fim de festa, um salve-se quem puder, em que não se ganhou a liberdade mas se perdeu a vergonha. Em 1383, Portugal levantou-se: e afinal não havia mais do que a D. Leonor Teles, senhora respeitabilíssima a comparar com inúmeras vestais da nossa praça, e uma invasão

castelhana que estava perfeitamente nos hábitos e costumes de as coroas passarem de mão. Em 1578, o país, quando se embarcou gostosamente para Alcácer-Quibir, não sabia que ia ser pavorosamente derrotado, e muitos dos inimigos das empresas africanas eram sobretudo amigos do que metiam ao bolso com as pimentas da Índia. Com efeito, o rei D. Sebastião não escrevia aos seus governadores em termos menos ásperos e menos candentes do que Camões barafustava nos *Lusíadas*. E, no fim das contas, se o desastre não tivesse acontecido, talvez que os destinos do mundo houvessem mudado, e até o D. Sebastião tivesse tomado gosto pelo casamento, e gerado nele uma numerosa prole. Nunca se sabe.

Será que esta gente toda se julga em 1580 e aposta desvairadamente no Alcácer-Quibir que ainda não houve? É de pôr os cabelos em pé. Mesmo — descansem que não me esqueço — a um cidadão brasileiro (por naturalização) que vive habitualmente nos Estados Unidos, como eu. Porque afinal, no mundo de hoje, os Filipes II, carregados de costelas portuguesas e amantíssimos de Portugal não abundam, para garantirem os impé-

tempos de ecologia e da defesa contra a poluição do globo, não convém contar demasiado com o *laissez faire, laissez passer*, aliás obsoleto no mundo moderno.

Mas que há uma tácita conspiração para que os melhores não sejam ouvidos na gritaria; que há uma desvergonhada irresponsabilidade à custa da boa-fé do grande público ou do desespero de numerosa gente decente e limpa em todos os escalões da sociedade — é um facto. Dir-se-ia que grandes organizações que possuem ou controlam a imprensa desejam realmente que a cultura portuguesa se desacredite e dê de si mesma uma repulsiva imagem. Tudo passei, dizia o Camões, ainda e sempre. Coitado, que exageração! Pois, que não sabia o que era o nazismo da esquerda pago pelo liberalismo da direita. E vivia num tempo em que as pessoas, se podiam descer a vender a pátria por um título para elas e para os netos, não desciam jamais a vender a cultura por uma semana de cabeçalhos de jornal. Aliás, nesses tempos dignos, não havia sequer jornais, e muito menos páginas literárias ou outras. Bancos, já havia — mas eram todos na Flandres, na Alemanha e na Itália, e não tinham



rios, as comendas e a sopa do convento. Uma vez, um ilustre e respeitável filósofo, com muita corência no mundo contemporâneo, disse que a História se repete, apenas com uma pequena diferença sobre o eterno retorno: da primeira vez como tragédia, e da segunda como farsa (Marx dixit).

Queremos crer, todavia, que não é o caso. E que só se trata do resultado de uma deseducação secular que chega ao galarim, e cujos efeitos catastróficos perdurarão longamente, se uma enérgica acção esclarecedora, acima e além de cores e de interesses, não detiver a cultura dos pilritos a multiplicarem-se como escalracho ou outras impetuosas e daninhas ervas. É certo e sabido que as ervas más afogam as boas e acabam por afogar-se umas às outras. Mas, nestes

em Portugal mais que os agentes para receberem o juro dos empréstimos, e esses agentes tinham mais que fazer do que gastá-lo com plumitivos canoros e ornamentais que, de resto, não se vendiam por tão pouco. Nesses tempos heróicos, era a comenda de Cristo, ou nada. E, por haver-se escrito *Os Lusíadas*, e ter servido na Índia, recebiam-se quinze mil réis de tença anual e o respeito público, apesar do ranger de dentes dos invejosos que sempre existiram desde que o mundo é mundo. Cumpre, porém, registar que mesmo os Andrades Caminhas, a quem as lendas dão tão má fama, escreviam ao menos muito bons versos. ■

Lourenço Marques, 28 de Julho de 1972.

Este texto, gentilmente cedido pela Morais Editora, constitui um dos capítulos do livro "O Reino da Estupidez — II", a publicar brevemente por aquela editora.

Ser sem desejo, sem despeito, sem revolta

G. Pérec

Todo o sentimento poderoso provoca em nós a ideia do vazio

A. Artaud

O mundo dos "bas-fonds" de Hollywood dos depressionários anos 30. A crise de 1929, a que se alude no filme, é rampa de lançamento para os subterrâneos repulsivos da lei molhada, retraimento acentuado em que vive ou vegeta X, um vencido do sonoro, the Boy Wonder, menino prodígio que, como ele próprio diz, gastou o fôlego todo de entrada, e a quem já só resta, do antigo esplendor, a memória transida de Martell e um piano branco rodeado de beatas e silêncio. Entalado entre a anomia que gastou e a morbidez que o avassala e a que não tenta fugir — a que desesperadamente se agarra, aliás —, é dos que mais adequadamente "cairiam" sob a rubrica anomia.

X, enquanto (se) espera que uma ampla auto-estrada o venha desalojar da sua gruta-oásis (1), perturbando-lhe a ecologia e a tranquilidade bonacheira, vai aplicando a energia restante na fabricação artesanal — nem sequer tinha de sair de casa para trabalhar, como diria Lilian — de uns inserts, com que pretende lançar as bases de uma nova prática do cinema, "as artes neo-plásticas". Estas deslocariam a (Sétima) Arte para o plano da Vida — para lá do sexo ou da estética. Só que tal plano não transcende os limites da cabeça, e do corpo!, de X, ficando o happening do lado de cá da câmara, só por contágio transmitido aos "actores", — uma veterana companheira de glória e de decadência de X, e um principiante, imberbe e fúnebre, um dos muitos aspirantes a estrela no céu de Hollywood-a-Áurea.

Os personagens são de resto, todos eles, marginais da vida e do cinema. Mesmo Cathy, a que mais longe se situa do meio, embora também ela aspirante a estrela, acaba por ser a que mais intensamente sórdida se revelará, na contra-face da breve descolagem trágica de X. Mas lá chegaremos. Vejamos primeiro os outros. Com efeito, X, o Menino Prodígio, e Lilian são dois póstumos: o álcool, a seringa e a decadência actual deixam para trás o Resto, o que afinal conta e que ainda os mantém vivos, pelo menos fisicamente (mas Lilian não tarda em abandonar também essa "condição humana"). Rex e Cathy são dois prematuros: aspirantes a estrelas, simples peças da chusma imensa que sonha, dia e noite, com a Hollywood Magic e que, de resto, nunca lá chegará a entrar. Resta Big Mac, produtor e galã falhado, mero suporte monetário de uma aventura para ele furtiva, pois dá o capital por mais bem empregado em histórias de cuecas e cachorros quentes...

O único que vibra e faz vibrar é X. Embora tudo fique — quanto ao (seu) cinema — do lado de cá da câmara, como dissemos. Ele é de facto colhido, à entrada de Big Mac e Miss Cake, mais que como realizador falhado, como "showman" empolgante, de si próprio e dos outros, a ponto de a re-presentação se (lhe) quebrar em vida, no ímpeto da "cobra" como no da violação de Lilian por Rex, que vive a representação até ao excesso. Excesso anulado por um golpe de garrafa na cabeça —, que Rex não deixará de retribuir quando, por sua vez, for X a descolar da comédia para a vida. Descolagem cujo combustível se volve momentaneamente propulsivo, embora X de há muito vogue nas águas repulsivas (2) da energia de si, retraído a ponto de nunca sair de casa, nem mesmo à noite como os morcegos ou os bebedores noctívagos, pois vive a face repulsiva de uma anomia gastada, de uma saúde perdida, que não voltam.

A vida neste filme é excessiva. Por isso mesmo não pode prolongar-se em extensão, e apenas aparece de facto em dois momentos breves, autênticos analisadores naturais de todo o resto da "acção": o do entusiasmo misógino de Rex, e essoutro, mais duradouro e ao mesmo tempo mais intenso, da lenta, progressiva conquista de X para o desejo. Em ambos os casos o excesso é quebrado à garrafada, é a violência física que anula a violência metafísica. Em ambos os casos a mulher é apenas suporte, objecto, pretexto, tão funda/mentalmente que chega a rebaixar consigo o próprio agressor macho. Embora Cathy acabe por não aguentar o jogo por si própria criado e se deixe arrastar para o país somato-psíquico da intersubjectividade.

Toda a complexidade e o fascínio da sequência da conquista de X por Cathy reside de resto aí. É o trabalho do desejo que obscuramente faz sair X do universo de necessidade em que toda a fita se situa, através do pedido verbal, verborreico, de Cathy (3). O filme inteiro pode de facto ser visto como uma sinuosa e insidiante transição do campo raso da pornografia para as águas profundas e obscuras do erótico; do Paraíso insípido, deslavado, superficial da carne para o Inferno ardente e fundo do amor, carne povoada de desejo, ericada de loucura. Ou, noutra vocabulário, dramático este: passagem desconcertante da comédia à tragédia, a primeira "blasée" e sem retorno, a segunda, por definição, excessiva e sem perdão. Para que tudo volte de novo ao "statu quo". Empedernido.

"Inserts". Inserção do desejo na carne, da tragédia na comédia, do erotismo na pornografia, da fundura na superfície. Momentâneo desvario, fatal como o de Orfeu. Breve e intensa fuga às re-

"INSERTS" DE JOHN BYRUM COMEÇOU POR SER UMA REVELAÇÃO NO FESTIVAL DA FIGUEIRA DA FOZ. DEPOIS, EM LISBOA, FOI O QUE SE VIU: UM DOS MAIORES ÊXITOS DA PRESENTE TEMPORADA, UM SUCESSO DA CRÍTICA. RAZÕES VÁRIAS: FILME QUE PASSA PELO FETICHISMO "CINÉFILO", PELA MODA "RETRO", PELA VULGARIDADE "PORNO" MAS FILME QUE É TAMBÉM OUTRA COISA. ANTÓNIO GONÇALVES FA-LA-NOS DE UM MODO DE USAR "INSERTS" PARA PROVEITO PESSOAL E RECRIAÇÃO ÍNTIMA. DE TODOS NÓS

ANTÓNIO
GONÇALVES

INSERTS (NÃO) SAIR DO "BUNKER"



Rodeado de beatas e silêncio

gras do jogo, onde Miss Cake passou a ser Cathy, para X. Exemplar e ao mesmo tempo anódina demonstração do poder do nome como oficiante do desejo. Say Cathy. Say it again. CATHY: Inverte-se a relação de forças: Cathy-a-principiante toma a dianteira e (re-)inicia X nas artes do amor, e do cinema! É ela, a Cathy-Miss Cake, quem afinal come o bolo, em vez de ser comida pelo lobo velho, de súbito amansado em cordeiro tímido nimbado de comoção. O veterano aprende com e pela mão, pelo corpo, pelo Nome da novata, pretendente a novica. X deixa-se emolgar, guiar, dirigir — ele que antes era a quem tudo isso competia. Com ele emolga-se o espectador.

Mas afinal X não inseriu a cena no registo de Cathy (a câmara, Hollywood, "the movies", a carne...), mas sim na aderência inesperada ao plano do desejo. Desfasamento que colhe de surpresa actores e espectadores, dolorosa decepção, refeeda para X pela anestesia do golpe de garrafa de Rex. A dor crua, impiedosa, arrastava-se de facto, insustentável, no registo da tragédia — o desejo defraudado de X. Mas a entrada de Rex e Big Mac depressa repõe tudo como dantes, fechando a sequência, desdramatizando, descongelando o impasse sentimental, reduzindo os afectos à superfície lisa — e inequívoca, essa! — da carne e do dever (da necessidade). O dever de continuar a vida para além da gruta mórbida de X, o dever prático e culpado de Miss Cake perante a escorregadela desejante de X, — que de resto não tarda em recuperar do deslize e em colar-se de novo ao piano, não sem ter "absolvido" com um olhar de código a menina chata e sem imaginação que momentaneamente — momentos que valem séculos! — o fizera resvalar até ao perigoso.

movediço Purgatório do imaginário (comprariam roupa branca, limparíamos a piscina...). Triunfo do dever frente ao desejo, dever em que afinal X de há muito se anquilosara.

Inserts: "ela já sabia o que eram" — diz X a Big Mac. É assim que neste filme negro — no filão de certo cinema negro americano, por exemplo: *A vida é um jogo*, *O vale do fugitivo*, *Rocky*, os filmes de Scorsese... —, em que tudo são cenas de interior, apenas se nomeando, fora de campo, a piscina, Beverly Hills..., a longa sequência central, não temporal mas funcionalmente, redonda no inverso daquilo que se esperava: um ritual de passagem para o cinema transforma-se numa (re-)iniciação de X às artes do desejo. A personagem mais imprevisível da história, Cathy, marginal dos marginais, acaba por usurpar a Lilian o lugar central de parceira e cúmplice de X. Ela exige a morte física de Lilian para, por breves e cheios momentos, fazer aceder X à cena do desejo, e mesmo à do imaginário — sem demora apeados, em derrocada estrondosa de ecos interiores e surdos, reprimidos, da cavalgada ferosa que tinham chegado a comandar.

Derrocada que repõe o "statu quo". O "bunker" sem saída de X. Desdramatizado ao piano. Até à cilindragem compacta de uma auto-estrada em oito faixas, distraída de cachorros-máquinas rolantes. ■

- (1) Gruta platónico-maneirista propiciadora de luz interior.
- (2) A oposição propulsão/repulsão como espinha dorsal do paradigma saúde/doença é sugerida por Canguilhem.
- (3) Para utilizar a tríade laciana.

Miguel Serras Pereira, poeta, ensaísta, jornalista, está agora em Macau. ABRIL chegou a Macau, Serras Pereira leu e soube ler — efeitos da distância incentivando o amor das coisas — o que outros nem viram nem leram: o trabalho clandestino, paciente e persistente, de uma mensagem. E, assim, Serras Pereira embarca no mais vivo do (nosso) texto e condu-lo aonde nós não ousávamos ir, ou dizer. O que nos proporciona um dos mais espantosos textos políticos que ABRIL poderia (hoje) publicar. Neste ABRIL de Abril, Miguel Serras Pereira vem dizer a diferença de ABRIL — a soletrar.

João Lopes, nome ligado à leitura do cinema, propõe-nos, na mesma linha de ocupações e preocupações, uma reflexão sobre as palavras — esses significantes cuja gestão efectiva é o objectivo último de todas as revoluções (sobretudo as desejadas).

Estes dois textos abrem um espaço: arquitectura submersa de uma cidade futura.

preocupações femininas

uma cidade feita em cada casa

MIGUEL SERRAS PEREIRA

0. A “esquerda” por que ABRIL pergunta tem origem numa ocasional repartição de deputados no espaço de uma sala oficial. É, portanto, na cena do Estado que, pela primeira vez, se representa. Mas a mão esquerda é também a materna, a que o Pai não vê, um pouco a maldita e um pouco a humilhada. É a que, para mais, se prende ao lado do coração. A mão romântica — ou desajustada, e de quem se diz canhoto.

Romantismo, menoridade, desvio em relação ao normal. Indícios de “esquerdismo” que, na revista, embora talvez com demasiada racionalização e escrupulosidade, estão presentes. É a contra-capta com o rosto de Eugénio de Andrade e um dos seus mais belos poemas de sempre ao rés de torso. É também o excerto do artigo de Melo Antunes sobre a dissidência, em que as mulheres e os jovens são (parecem ser) postos em primeiro plano entrecruzado. E, ainda, outras coisas mais que talvez (logo se verá) serão faladas após este primeiro soltar de amarras “impressivo”.

1. Mas agora, dito isto, apetece perguntar: e se a questão da tomada do poder não fosse a primeira e, a bem dizer, nem sequer a última, mas aquela que as nossas práticas diversas devessem eliminar quanto possível?

Um pouco mais a partir, na esteira do “novo romantismo”, do melhor Lefebvre, procurarei

LIBERTAR AS DIFERENÇAS

com esta pergunta, não sistematizar, mas entretecer-lhe algumas outras ideias.

Logo na abertura do n.º 1, o Eduardo escreve, que dá gosto lê-lo, sobre a produção das diferenças. Lembrou-me ele ter escrito há tempos já: abolir as classes para libertar as diferenças, e eu ter acrescentado, a esse propósito, que o melhor, em tal caso, era não adiar a libertação, e, pela afirmação das diferenças, ir desde já abolindo as classes.

Porém, agora é-me possível prosseguir um pouco mais, dizendo que o que se dá com as classes se dá, até certo ponto, e mais primariamente, também com os sexos, e que a dicotomia primária homem-mulher, tal como nós lhe subordinamos, é aprisionadora de outras diferenças mais inumeráveis e abertas. E não é da história de uma abolição dos sexos que assim nos aproximamos, todavia. Mas de uma história que não se limita à sua dicotomia. História sem fins últimos (utópicos), para tornar meios as suas ilimitáveis (a)venturas, e que prolifera e adolece.

A distinção dominante entre os sexos, quero dizer, é o primeiro modo de aprisionar as diferenças, de as tornar de tipo classista, de assim as "classificar", se não temermos jogar com as palavras. Da "especificidade" à "igualdade" femininas, tudo passa a ser visto em relação à imagem que chamarei aqui a do Homem Masculino. E mal se torna necessário explicitar, segundo espero, como esta imagem do Homem Masculino (atente-se no grotesco da representação logo que enunciada) é mutiladora não só das mulheres, como daqueles a quem a sua vigência se aplica como privilégio, tão abundante em "benefícios secundários".

A implantação-fixação ao nível anatómico do destino — "a anatomia é o destino" (Freud) — é a própria matriz de um processo em cujas homologias com o do racismo não vale a pena insistir.

2. Chegados a este ponto, podíamos inflectir o discorrer das linhas e perguntar algo de tão estranho ou pouco razoável como se a esquerda é, também ela, necessariamente antifeminista. E... responder que depende. Assim, o tema da esquerda em vez de se tornar um continente negro (como as mulheres para a psicanálise freudiana) em que as diferenças se esbatem, servirá ao menos para a multiplicação e reconhecimento destas últimas. Será um ponto de partida, e não de chegada, e que talvez seja conforme aos desígnios de ABRIL.

Deste modo, quando a esquerda, para utilizar uma metáfora de José Saramago em resposta ao vosso inquérito, acha que o importante não é discutir o sexo dos anjos, mas que estes, machos ou fêmeas, procriem (o socialismo), instala-se decisivamente num projecto de redução/repressão das diferenças, e é anti-feminista por excelência. Depois, bem pode falar-se de igualdade entre mulheres e homens (perante a procriação ou outras coisas), de salário doméstico ou protecção à maternidade e à infância, a par da profissionalização em cheio da mão de obra feminina "socializada". O que conta é outra coisa e, na realidade, sempre a mesma que para qualquer direita conhecida: a to-

mada do poder, a gestão da economia, a administração do trabalho (forçadamente) abstracto, o princípio de rendimento. O Fernando Belo e a Teresa Joaquim disseram-no muito bem ao pôr em evidência que a esquerda e a direita em Portugal, embora com soluções diametralmente opostas para cada um deles, se referem e subordinam exactamente aos mesmos problemas.

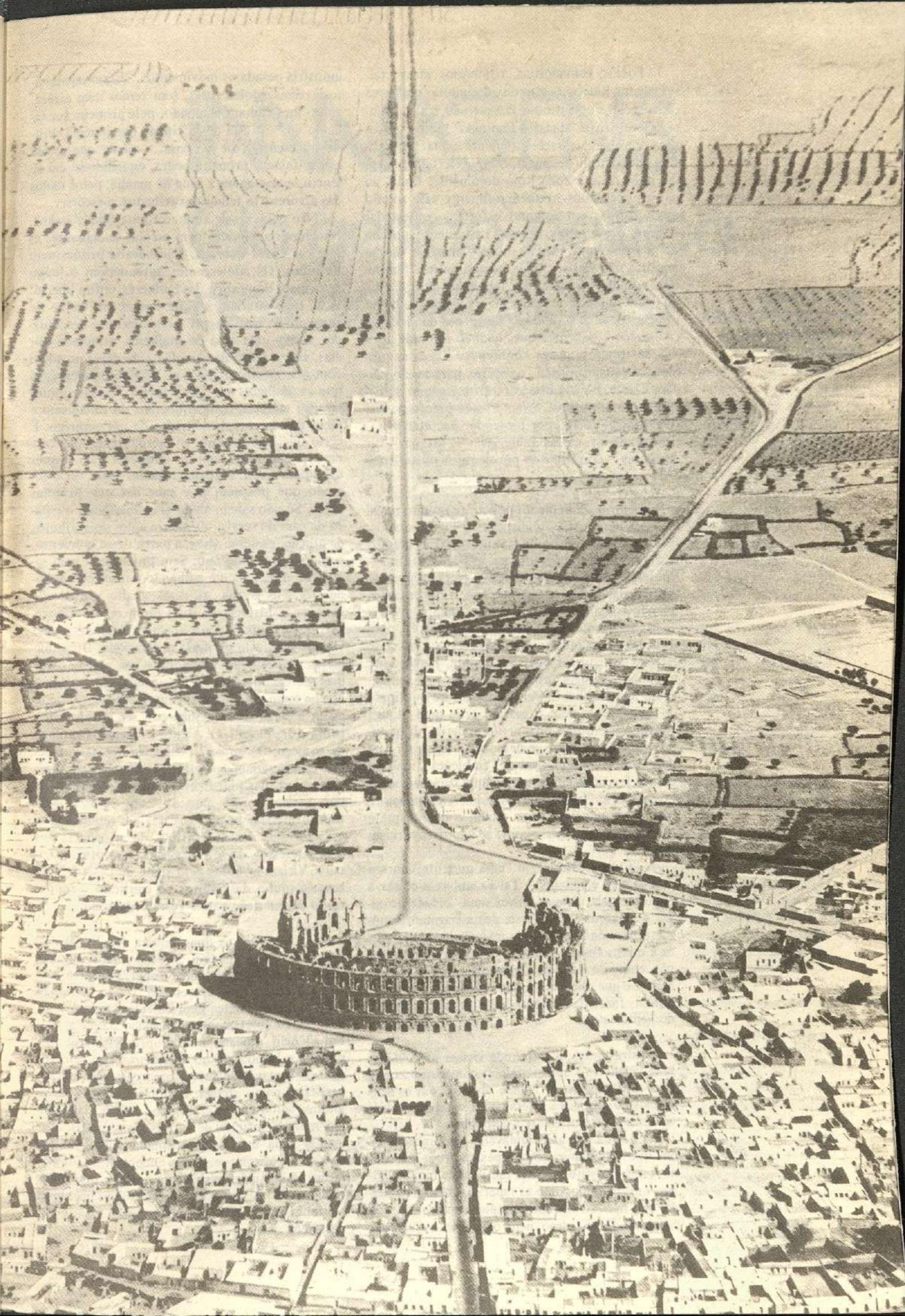
Graves problemas ou, como dizia o outro, "ciclóticos trabalhos". De tal modo que logo à boca vem, ao tentar enumerá-los, que a tarefa de resolvê-los é (e não pode deixar de ser) "de homem", claro está. O "resto", essas pequenas futilidades sentimentais da felicidade quotidiana, de viver do amor ou da sua impossibilidade (sua incompatibilidade prática com os objectivos transcendentes da dominação da natureza e do desenvolvimento contínuo das forças produtivas, — esse resto, por pouco que comecemos a esmiuçá-lo, logo o reconhecemos, muito familiarmente, como nada mais do que o somatório romântico das "preocupações femininas". Secundárias, estas quando não alienantes, já se vê, e de que o socialismo, juntamente com a eliminação dos anjos, libertará as "novas mulheres".

E, no entanto... No entanto, se bem li as suas páginas, é neste "resto", nestas preocupações "femininas", no seu ainda tímido alterar, que ABRIL me pareceu uma revista animada de propósitos diferentes dos de todas (ou quase) as publicações "de esquerda" que, em Portugal, surgiram após o 25.

Mas trata-se, não só de reconhecer estes problemas, como também, e acima de tudo, de não procurar integrá-los, mais ou menos decorativamente, numa estratégia que os secundarize e, de novo, reduza a epifenómenos curiosos.

Um primeiro passo para "mudar a vida" parece-me estar em reconhecer, por exemplo, o carácter primário da divisão entre os sexos, e dentro desta divisão, para quebrar os seus limites, atentar melhor no que se passa e vive nesse continente negro, a que, não menos que a considerável misoginia freudiana, a "construção do socialismo" tem reduzido o "mundo feminino".

Não se trata de ir buscar, que me entendam bem, ao feminismo, novos valores para enriquecer a esquerda, anexando-os a "construção do socialismo" em seu proveito, reconhecendo-os a Grande Política em troca da sua abdicação ou adiamento táctico. O contrário, parece-me, seria mais justo. É que só mudando de problemas, mudando os problemas próprios da dominação, nos libertamos afinal (quando comecemos, e se comecemos de facto, a libertar-nos). Um pouco ao contrário de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (de quem todavia me quero livremente confessar maximamente devedor), eu diria que não se trata, por conseguinte, de trazer o feminino à "transcendência" prometeica da Política, mas de tornar a política "menor". Política menor, políticas menores, percursos fluindo à tona da "imanência", do "imediato", do "quotidiano" e "insignificante", que, recalcado e denegado embora até à paranóia, forma o conjunto e alvoroço de tão antigo "universo feminino".



UMA CIDADE EM QUE SE DISSIPA A PESADA TREVA MASCULINA

3. Poetas, romancistas, visionários vários, talvez alguns loucos e, sem dúvida, muitas mulheres obscurecidas o sentiram. Porque não se trata agora de politizar a "questão feminina", como outrora se lhe chamava tacteantemente ainda. É a política que se trata de transformar, desertando antes do mais da sua zona hoje dominante, onde, ao entrar, aceitamos irremediavelmente esse acordo entre formas contestantes e formas contestadas de que, quase todos, falamos ritualmente, passando à frente por um ou outro "mas...". O que importa não são apenas os temas, muito "femininos" afinal de contas, da "felicidade quotidiana" ou desse primeiro primado do amor que, há quem o diga, torna as mulheres "incapazes de ideias de civilização". Sabemos que, quando a grande política se apodera destes "conteúdos" com as suas (dela) formas próprias, andamos para trás e não para diante, na sua direcção. O terrorismo de Estado, o totalitarismo, caracteriza-se precisamente, entre outras coisas, por pretender decretar/planificar também nestas matérias — "íntimas" ou "privadas", conforme as perspectivas ou os dizeres.

Procurar a "tomada do poder" (e quanto mais, melhor) para a sua "realização" é logo matá-los. E é por isso também que nunca desconfiaremos bastante das próprias utopias. "Cidade futura"? Confesso que essa rubrica com a carta do poeta é do tipo das coisas que me tocam. E, no entanto, quando ouço glorificar o futuro, quando vejo a "negação do que é em nome do que não é", penso irresistivelmente nas humilhações que talvez se estejam a justificar para o presente. Lembro-me um pouco daquela "irmã", que surge num romance de Maria Isabel Barreno e que casara imaginando que a vida com o marido seria uma "longa conversa", em que finalmente poderia "dizer tudo", ir dizendo tudo, e descobre a seguir ser esse desejo incompatível com as "ambições", mais ou menos forçadas também elas, que caracterizam a "carreira" e "futuro" do marido. A promessa ficou por cumprir e, pior ainda, o desejo que a animara morreu, quase como se não tivesse existido.

4. "Cidade futura" ou "casa presente" no seu espaço vivo e próximo? Talvez ambas as coisas, a começar pela última. Talvez uma "cidade próxima e longínqua", como essa deste fragmento anónimo de uma história cujo manuscrito tenho agora à minha frente e em que a tradição de Lesbos não combate Prometeu, mas não o segue, nem a Sísifo, e que, dizendo-se de Lesbos, não pretende, porém, fazer da anatomia nem privilégio invertido nem destino.

"Outras vezes, a casa onde viviam parecia-lhes uma cidade (...) ambas tinham construído com a casa uma espécie de cidade aberta, com os seus ofícios domésticos e artesanais, a sua independência quase auto-suficiente e completa.

"(...) Quando a imaginavam, era uma cidade em que se dissipara toda a pesada treva masculina, embora estivesse cheia também de rapazes novos, envergando, como as raparigas da mesma idade, um tipo de vestuário amplo e solto, que não lhes prendia o corpo nem ordenava a qualquer

indústria pesada os movimentos. "Eram rapariguinhos", esses adolescentes, sem temor nem avidez, como lhes tinham chamado, pela primeira vez falando em voz alta dessa cidade que parecia abrir-se ou escorrer da sua casa — ou de que a casa talvez fosse a primeira pedra, erguendo-se em silêncio, como agora a água da manhã, pelos ramos das árvores e as telhas dos telhados, a escorrer.

"Não gostavas de conhecer uma cidade assim? Não haveria fábricas nem escolas semelhantes às fábricas e aos quartéis. Não haveria prisões nem hospitais. Os adolescentes aprenderiam o longo artesanato doméstico das mulheres, enfim liberto. E as ruas estariam sempre limpas em frente de cada porta, mas de um modo ligeiro e descuidado, como uma casa de mulheres, arranjada por elas, sem o travo da servidão e do dever no gosto com que as sabem arranjar. Há muitos séculos já que as mulheres não vão à guerra. Durante muito tempo, também nada souberam do calculismo e vício das tarefas descarnadas de um emprego. É certo que lhes fizeram, ao mesmo tempo, da casa uma prisão. Mas sem as mulheres nem sequer existiriam casas. Falta-lhes apenas saber ver o segredo que possuem já e cabe nas suas próprias mãos. Só não sabem ainda que, libertando o espaço da casa do serviço da guerra e dos seus tributos de aflição, poderão viver, a partir desse momento, como sempre quiseram. Sem procuração nem sacrifício, directamente colhendo o resultado de todos os seus gestos. Às vezes, tenho vontade de escrever a história de duas mulheres que desertam. E seria um pouco a nossa história, desde que viemos para esta periferia desocupada. Duas mulheres construindo a sua casa nas margens que lhes deixaram, como uma cidade em qualquer ilha ao largo das cidades prometidas. Descobrimo assim a força do que julgavam ser apenas a sua pedra e fraqueza (...). Alguns homens viriam logo de começo. Os outros, e entre eles muitas mulheres, continuariam com os seus negócios, as suas guerras, as suas injustiças e revoltas. Os que viessem seriam muito poucos, com certeza. Não transformariam as nossas casas em repouso para os intervalos da sua política, da arrogância dos seus interesses, do seu servilismo ressentido e agitado. Viriam atraídos pelo signo de Lesbos. Nem haveria roubo das Sabinas ao contrário, nem período de transição para a Terra Prometida.

"(...) Por fim, as duas tinham ficado caladas, pensando nessa cidade (...). Uma cidade feita em cada casa e pela vizinhança dispersa de uma casa como a sua, e que, entretanto, vendo bem, não era simples esperança nem objectivo futuro, pois vivia já completamente no espaço daquela sala. Em silêncio, ouviam-na na própria respiração, expirando e inspirando no entrecruzar dos seus ritmos. E bastava, de facto, uma casa tão única e periférica como aquela, de duas raparigas, entre muitas, como ambas eram, para tornar claro que um número infinito de outras casas únicas, afirmando cada uma delas a singular liberdade das demais ao afirmar-se, podia encontrar-se em gestação, já, naquele mesmo momento, e que todas elas, numa ou noutra das margens mais próximas ou longínquas, como a sua própria casa, eram possíveis".

INMARGENS

(da gestão política dos significantes)

JOÃO LOPES

“Dans le dispositif libidinal qui monte, avoir raison, c'est-à-dire se placer dans le musée, n'est pas important du tout, mais pouvoir rire et da.ser.”

Jean-François Lyotard
 (“Capitalisme Energumène”,
 in “Des Dispositifs Pulsionnels”,
 10/18, Paris, 1973, pág. 51)

1. Temos o hábito de nomear. Para nós, a nomeação coincide com a própria delimitação do concreto, do real. Somos viajantes da palavra.

Que certezas nos permitem assegurar que o mundo se confunde com o gesto divino da nossa fala oferecida às coisas? Como não duvidar, por uma vez, **deliberadamente**, desse casamento, da sua legalidade e dos seus rituais quotidianos?

Que **imagens**, que imaginário(s) investimos nós nesse tecido de operações que são as palavras e as coisas, as palavras **com** as coisas? E quem nos garante que somos nós os sujeitos desse investimento?

Haveria que sistematizar as nossas dúvidas. Quer dizer, **porque continuamos a falar**, haveria que duvidar dos nossos sistemas.

2. Política. A política. O político.

Na política, no(s) discurso(s) político(s), como em qualquer discurso, propomos, trocamos, delimitamos, programamos — significantes.

E temos significantes fortes (**Partido**). Significantes fracos (**Social**). Significantes discretos (**Nação**). Significantes tímidos (**Cultura**). E também significantes ausentes (**Pai**).

Evidentemente: nem todos **falamos** da mesma maneira, nem todos **queremos** dizer o mesmo quando **parecemos** estar a dizer o mesmo. Não vogamos num espaço de comunicação reduzido a um código universal de significação. Mas, se o reconhecemos, é, afinal, porque as nossas falas podem, por momentos mais ou menos prolongados, encontrar-se num território comum que é esse código universal, ainda que não único.

Quer isto dizer que, **também na política**, há um contínuo trabalho de gestão dos significantes que, apesar de contínuo, ostenta as marcas de rupturas que são, por vezes, a própria definição da sua continuidade real e imaginária.

3. Não se trata de inaugurar uma nova festa dos significados políticos.

Que a política não passa de uma questão mais ou menos elegante, quase sempre tática, de aplicação de significados fortes, inmutáveis e sempre reconhecíveis, eis um dos efeitos típicos — dominantes — da circulação dos significantes políticos.

Inútil também ou, pelo menos, equívoca, a preocupação obsessiva de saturar **todos** os significantes, e os seus significados, de implicações de carácter político. “A política é tudo” não passa da versão totalizante e impotente de uma realidade estratificada em instâncias diversas que não admitem, pela sua complexidade e diferenças, o recalçamento da especificidade de umas na globalidade de outras.

Haverá, talvez, uma gestão política dos significantes ou, simplificando, uma **política dos significantes**. Não uma aplicação metódica e regular dos mesmos significantes, mas o risco de uma abertura às figuras do(s) outro(s). Não as figuras marginalizadas, mas o desejo rebelde (que desejo sem rebeldia?) de significantes inesperados, esquecidos nas **margens** instáveis das nossas palavras feitas.

4. Assim, os significantes-mestre (há também uma hierarquia dos significantes): Esquema, Direita e Poder

É praticamente indescritível a multiplicidade de arranjos de significação possíveis (à esquerda e à direita) entre estes três termos. Será possível provocar alguma deriva no seu trajecto **normal**? Porque o espaço da política é também o espaço que estes significantes desenham. Como provocar o aparecimento de novos significantes, isto é, que trabalhem — que nos trabalhem — de uma forma outra?

5. O que é a minha felicidade para a Esquerda?

6. O que é a minha felicidade para a Direita?

7. Que Poder detenho sobre o meu corpo?

8. **Felicidade** — significante imprevisto no discurso que a figura do eu organiza e provoca na cena da política.

Mas eu não sou o meu corpo — significante que rasga, que me rasga. É quando eu falo sobre o meu corpo que descubro, depois de a ter inventado, a própria fragmentação que o meu nomear instala e o efeito de alucinação que desencadeia. Efeito que a política também é. ■

SURGINDO VEM AO LONGE A NOVA AURORA...

Para a história do diário sindicalista
A BATALHA / 1919-1927

Jacinto Baptista



O filme dos conturbados anos da I República.
Uma evocação que recupera para a memória colectiva
a imagem de um tempo.

O retrato histórico de uma corrente sindical hoje des-
parecida, mas determinante no período que medeia
entre o final da Grande Guerra e o advento da ditadura
militar — o *anarco-sindicalismo*.

Um contributo fundamental para a história do movi-
mento operário português.

colecção



A publicar brevemente nesta colecção:

**A DITADURA MILITAR
E O ADVENTO DO SALAZARISMO**

José António Saraiva/Júlio Henriques

O CINCO DE OUTUBRO

Jacinto Baptista

edições



LIVRARIA BERTRAND

APARTADO 37 — AMADORA